

JOSIMAR ROBSON DA CRUZ LIMA

**CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO PESQUEIRO PRATICADO NO
LITORAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO COM FOCO NA COLÔNIA DE
PESCADORES Z 9 (SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE)**

**RECIFE,
2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS PESQUEIROS E AQUICULTURA

**CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO PESQUEIRO PRATICADO NO
LITORAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO COM FOCO NA COLÔNIA DE
PESCADORES Z 9 (SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE)**

Josimar Robson da Cruz Lima

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco como exigência para obtenção do título de Doutor.

Prof. Dr. Paulo Guilherme Vasconcelos de Oliveira
Orientador

Recife,
Fevereiro/2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Centra, Recife-PE, Brasil

L732c Lima, Josimar Robson da Cruz
Caracterização do associativismo pesqueiro praticado no litoral do estado de Pernambuco com foco na colônia de pescadores Z9 (São José da Coroa Grande) / Josimar Robson da Cruz Lima. – 2019.
156 f. : il.

Orientador: Paulo Guilherme Vasconcelos de Oliveira.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Recife, BR-PE, 2019.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

1. Pesca artesanal 2. Pesca - Aspectos sociais 3. Políticas públicas
4. Capital social 5. APA-Costa dos Corais 6. São José da Coroa

Grande

(PE) I. Oliveira, Paulo Guilherme Vasconcelos de, orient. II. Título

CDD 639.3

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS PESQUEIROS E AQUICULTURA

**CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO PESQUEIRO PRATICADO NO
LITORAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO COM FOCO NA COLÔNIA DE
PESCADORES Z 9 (SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE)**

Josimar Robson da Cruz Lima

Tese julgada adequada para obtenção do título de doutor em Recursos Pesqueiros e Aquicultura. Defendida e aprovada em 27/02/2019 pela seguinte Banca Examinadora.

Prof. Dr. Paulo Guilherme Vasconcelos de Oliveira (Orientador)
Departamento de Pesca e Aquicultura – DEPAq/Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Prof. Dr. Diogo Martins Nunes
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST

Dra. Danielle de Lima Viana
Departamento de Pesca e Aquicultura – DEPAq/Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Profa. Dra. Flávia Lucena Frédou
Departamento de Pesca e Aquicultura – DEPAq/Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Profa. Dra. Rosângela Paula Teixeira Lessa
Departamento de Pesca e Aquicultura – DEPAq/Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Dedicatória

Dedicamos este trabalho a todos que ao longo da minha vida acreditaram e confiaram que um dia aqui eu chegaria, apesar das dificuldades. Em especial *in memoriam* ao meu pai que não teve a oportunidade de presenciar tudo isso em vida, mas que em algum lugar deve estar sentindo algum orgulho do filho que tanto lutou pra criar.

Agradecimentos

A Deus por nunca me permitir desanimar, mesmo nas dificuldades dessa caminhada.

A minha família que foi a base necessária para alcançar esse objetivo, nunca deixando de acreditar na minha força de vontade e capacidade.

Aos amigos de uma vida que são parte de todas as minhas conquistas.

A UFRPE (Campus Recife) por tão bem me acolher nesses quase 6 anos de estadia aqui.

As meninas da *ComuniArte*, Thais Martins, Michely Olveira e em especial a Mariana Veiga pela enorme ajuda dada e apoio durante essa pesquisa.

A todos que fazem o LEP (Laboratório de Etologia de Peixes), em especial aos amigos Pollyana, Alessandra, Isa e Paulo por tão bem me acolher e apoiar sempre que necessário.

A CAPES pela seção da bolsa tão importante para que aqui eu pudesse me manter com tranquilidade e melhor desenvolver as atividades necessárias para a conclusão desse trabalho.

Aos Professores Ana Carla, Diogo Nunes e Renata Shinozaki pelas ricas contribuições dadas na avaliação do projeto e exame de qualificação.

Aos membros da banca por sua disposição e contribuições.

A minha esposa Nina pelo apoio durante todo esse trabalho, acompanhando nas entrevistas e ajudando. Agradeço também sua paciência e carinho.

A presidente da colônia de Pescadores Z9 na época, senhora Sra. Enilde Maria de Oliveira, em São José da Coroa Grande por tão bem nos receber e nos permitir entrevista-la, bem como os pescadores membros da colônia, oferecendo toda a estrutura e apoio necessário.

Em especial a todos os pescadores que se dispuseram a realizar a entrevista e tanto contribuíram para a realização desse estudo.

Aos pesquisadores responderam as entrevistas por sua contribuição para esse estudo, o Dr. Ângelo Brás Callou (UFRPE); a Dra. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa (FUNDAJ); o Dr. Tarcísio dos Santos Quinamo, (FUNDAJ); o Dr. Antônio Carlos Sant`Ana Diegues (USP); e Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho (UFPE).

A minha amiga Profa. Renata Shinozaki, pessoa na qual me espelho e que sempre me ajuda em tudo que preciso.

A também amiga Profa Weruska Costa, um verdadeiro anjo na minha vida a partir da defesa do projeto, dispondo seu espaço e tempo para me auxiliar nesse estudo.

Ao meu Orientador Professor Paulo Oliveira pela paciência, apoio e dedicação que tem tido comigo durante esses 6 anos. Serei sempre admirador do ser humano e profissional que é.

Resumo

A forma como as colônias foram estruturadas, desde as ações da Marinha se refletem até hoje no modo de vida dos pescadores e em toda organização da categoria. Os pescadores artesanais de Pernambuco sobrevivem diante de incertezas que levam a desconstruir modelos de associativismo e cooperativismo praticados no Brasil. A cidade de São José da Coroa Grande possui destacada importância na produção pesqueira do estado de Pernambuco e está inserida na área de abrangência Área de Proteção Ambiental-Costa dos Corais. O presente estudo teve como objetivo identificar as principais características do associativismo pesqueiro praticado na colônia Z9 em São José da Coroa Grande, bem como demonstrar as peculiaridades da pesca praticada. Um questionário que englobou questões ligadas a atividade, aspectos sociais e do associativismo foi aplicado aos pescadores da colônia. Foram entrevistados também presidentes da colônia (atual e anterior), questionados em relação a aspectos estruturais da colônia, sua importância, aspectos sociais e associativistas. Por último foram entrevistados pesquisadores que trabalham com o tema, questionados em relação a história da pesca, importâncias da atividade, associativismo, políticas públicas e capital social. As entrevistas tiveram áudio gravado e transcritos. Ao todo foram 30 entrevistas, 25 pescadores (23 pescadores e 2 presidentes) e 5 pesquisadores. A participação dos pescadores nas atividades da colônia depende de fatores como escolaridade, fatores ambientais, gênero, entre outros. A colônia desempenha papel importante na intermediação de benefícios para a categoria e isso faz com que o pescador se mantenha ativo nas atividades que ela propõe. As políticas públicas direcionadas a pesca artesanal se mostraram numerosas e em muitos casos adequadas, os problemas ocorreram na forma como foram implantadas e na pouca abrangência. A partir da criação da Secretaria especial de Aquicultura e Pesca em 2003 houve uma considerável melhora nesse cenário, com políticas importantes e as colônias desempenhando papel fundamental por viabilizar esses benefícios. O capital social exibido pelos pescadores vem ao longo dos tempos sendo quebrado e perdido por pressões externas e pela situação que a pesca enfrenta em termos de geração de renda. Os pescadores da Colônia se mostraram pouco animados em relação ao crescimento da atividade. Foi perceptível a falta de interesse para que filhos seguissem o mesmo caminho. A atividade pesqueira desenvolvida pelos pescadores não se mostrou diferente de outros locais. Trata-se de uma atividade pouca mecanizada, mas responsável por seu sustento. Eles possuem vasto conhecimento da atividade e da situação que a mesma enfrenta.

Palavras chave: pesca artesanal, aspectos sociais, políticas públicas, capital social

Abstract

The way the colonies have been structured, since the actions of the Navy are reflected in the way of life of fishermen and in every organization of the category. The artisanal fishermen of Pernambuco survive in the face of uncertainties that lead to the deconstruction of models of associativism and cooperativism practiced in Brazil. The city of São José da Coroa Grande has a significant importance in the fishing production of the state of Pernambuco and is included in the area of Environmental Protection Area - Coast of the Corals. The present study had as objective to identify the main characteristics of the fishing associativism practiced in the colony Z9 in São José da Coroa Grande, as well as to demonstrate the peculiarities of the fishing practiced. A questionnaire that encompassed questions related to activity, social aspects and associativism was applied to fishermen of the colony. Also interviewed were presidents of the colony (current and previous), questioned in relation to structural aspects of the colony, its importance, social and associative aspects. Finally, we interviewed researchers who work on the theme, questioned in relation to the history of fishing, importance of the activity, associativism, public policies and social capital. The interviews had audio recorded and transcribed. Altogether there were 30 interviews, 25 fishermen (23 fishermen and 2 presidents) and 5 researchers. The participation of fishermen in the activities of the colony depends on factors such as schooling, environmental factors, gender, among others. The colony plays an important role in the intermediation of benefits for the category and this makes the fisherman stay active in the activities that it proposes. Public policies aimed at artisanal fishing were numerous and, in many cases, adequate, problems occurred in the way they were implemented and in the small scope. Since the creation of the Special Secretariat of Aquaculture and Fisheries in 2003 there has been a considerable improvement in this scenario, with important policies and the colonies playing a fundamental role in making these benefits feasible. The social capital exhibited by fishermen has been broken down over time and lost due to external pressures and the situation that fishing faces in terms of income generation. The fishermen of the Colony were little animated in relation to the growth of the activity. The lack of interest for children to follow the same path was perceptible. The fishing activity developed by the fishermen was not different from other places. It is a poorly mechanized activity, but responsible for its livelihood. They have vast knowledge of the activity and situation it faces.

Keywords: artisanal fisheries, social aspects, public policies, social capital

Lista de figuras

Página

ARTIGO CIENTIFICO 1: Avaliação interativa dos pescadores artesanais na colônia Z9 em São José da Coroa Grande (Pernambuco, Brasil)

Figura 1: Mapa de localização da colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco.....52

Figura 2: Colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco. Fonte: Google Maps.....53

Figura 3: Diferença entre o número de pescadores do sexo masculino e feminino da Colônia de Pescadores Z9, São José da Coroa Grande.....57

Figura 4: Nível de escolaridade dos pescadores entrevistados na colônia Z9 de São José da Coroa Grande.....58

Figura 5: Percentual dos pescadores artesanais da colônia Z9 que desconhecem ou ações de órgãos ambientais no local.....61

ARTIGO CIENTIFICO 2: Influência das Políticas Públicas na vida dos pescadores artesanais da colônia Z9, São José da Coroa Grande, litoral sul do estado de Pernambuco

Figura 1: Mapa de localização da colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco.....74

Figura 2: Colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande.....75

Figura 3: Avaliação do acesso ao ensino em São José da Coroa Grande pelos pescadores da colônia Z9.....80

Figura 4: Percepção dos pescadores artesanais da colônia Z9 em relação a assistência a saúde oferecida pelo município.....83

Figura 5: Percentual dos pescadores da colônia Z9 que disseram receber ou já ter recebido o benefício do seguro defeso.....84

ARTIGO CIENTIFICO 3: Fatores que influenciam de forma positiva ou negativa no Capital Social exibido pelos pescadores artesanais da colônia Z9, em São José da Coroa Grande. Pernambuco

Figura 1: Mapa de localização da colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco..... 97

Figura 2: Colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande.....98

Figura 3: Avaliação dos pescadores da colônia Z9 em relação a administração da mesma.....105

Figura 4: Faixa etária dos pescadores entrevistados na colônia Z9 em São José da Coroa Grande.....107

ARTIGO CIENTÍFICO 4: Particularidades e características da atividade pesqueira praticada em pelos membros da colônia Z9 em São José da Coroa Grande, litoral norte do estado de Pernambuco

Figura 1: Mapa de localização da colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco.....	116
Figura 2: Colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande.....	117
Figura 3: Destino da produção dos pescadores da colônia Z9.....	123
Figura 4: Artes de pesca utilizadas pelos pescadores membros da colônia Z9 em São José da Coroa Grande.....	125

Sumário

Página

Dedicatória

Agradecimento

Resumo

Abstract

Lista de figuras

1- Introdução.....	12
2- Revisão de literatura.....	16
2.1- Histórico da pesca artesanal no Brasil.....	16
2.2- Características importantes da atividade no Brasil.....	20
2.3- A Pesca artesanal em Pernambuco e em São José da Coroa Grande.....	22
2.4- Histórico do associativismo na pesca artesanal.....	25
2.5- Aspectos relevantes do associativismo pesqueiro.....	27
2.6- As Políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro Brasileiro.....	29
2.7- Capital Social e a Pesca Artesanal.....	34
3- Referência bibliográfica	37
4- Artigos científicos	47
4.1- Artigo científico I: Avaliação interativa dos pescadores artesanais na colônia Z9 em São José da Coroa Grande (Pernambuco, Brasil).....	48
4.2- Artigo científico II: Influência das Políticas Públicas na vida dos pescadores artesanais da colônia Z9, São José da Coroa Grande, litoral sul do estado de Pernambuco.....	69
4.3- Artigo científico III: Fatores que influenciam de forma positiva ou negativa no Capital Social exibido pelos pescadores artesanais da colônia Z9, em São José da Coroa Grande. Pernambuco.....	92
4.4- Artigo científico 4: Particularidades e características da atividade pesqueira praticada em pelos membros da colônia Z9 em São José da Coroa Grande, litoral norte do estado de Pernambuco.....	112
4.5- Normas da Revista: Boletim do Instituto de pesca de São Paulo	131
5- Considerações Finais.....	141
APENDICE A: Questionário pescador	
APENDICE B: Questionário presidente da colônia	
APENDICE C: Questionário Pesquisador	

1- Introdução

Associação, em sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Formalmente, qualquer que seja o tipo de associação, pode-se dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos (CARDOSO, 2014).

De acordo com o mesmo autor as associações assumem os princípios de uma doutrina que se chama associativismo e que expressa a crença de que juntos pode-se encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade apresenta. Esses princípios são reconhecidos no mundo todo e embasam as várias formas que as associações podem assumir: OSCIP (Sociedade Civil de Interesse Público), cooperativas, sindicatos, fundações, organizações sociais, rede de empresas e clubes. O que diferenciaria a forma jurídica de cada tipo de associação são basicamente os objetivos que se pretende alcançar.

O associativismo surgiu nos primórdios da humanidade quando o homem sentiu a necessidade de viver em grupos pela sobrevivência, para caçar, pescar, colher frutos, outros alimentos e para defender o grupo. Observa-se que é da natureza dos seres humanos a vida em grupo e o trabalho em cooperação, haja vista que ao longo da história da humanidade, o ser humano evoluiu da vida individual para o convívio com outras pessoas e em grupo (SOUZA,2016).

Ainda de acordo com Souza (2016) no decorrer da história, começaram a surgir às tribos, onde as pessoas perceberam que unidas, facilitava o trabalho em cooperação, poderiam assim obter resultados positivos, já que as atividades eram realizadas com maior facilidade. Com a convivência a comunicação se expandiu, facilitando a realização de tarefas como se alimentar, se proteger do frio e dos ataques de animais selvagens. Com isso em menos de 2000 anos a sociedade se expandiu e multiplicou-se pelo mundo, atravessando os oceanos se adaptando aos mais diversos ambientes, habitando terras, conquistando espaços e delimitando fronteiras e cada vez mais sentindo a necessidade da cooperação para uma melhor convivência em sociedade.

O Brasil historicamente segue um caminho muito semelhante ao dos demais países do mundo. Segundo Ganança (2006) as associações têm sido consideradas como

um sustentáculo para que a sociedade civil dispute e, ao mesmo tempo, compartilhe a responsabilidade pela implementação das políticas públicas no país.

Essa visão é intensificada a partir dos anos 90 quando de acordo com Delgado e Bergamasco (2017) passa a ocorrer a concessão de créditos para a agricultura familiar, incentivo a mecanização de algumas atividades através da aquisição coletiva desses itens, possibilitando assim o surgimento das pequenas agroindústrias. Esse momento também é importante pelo início da demarcação e gestão de assentamentos, reservas extrativistas e territórios quilombolas.

Contudo, em muitos casos o associativismo não é uma estrutura tão sólida quanto parece à primeira vista e alguns fatores podem fazer com que esse sistema vá à falência. Uma dessas razões são os conflitos que podem ser gerados pelas diferenças de valores, interesses, representação, racionalidades e ideologias interindividuais, entre atores representantes de grupos e de organizações; isto é, ocorrem num campo estruturado por valores e normas sociais formais e informais, por poder formal e informal e por diferentes limites impostos aos atores pelo contexto interno da organização ou pelos diferentes segmentos do contexto externo em que a mesma está inserida.

Segundo Coutinho (2006) entidades sem fins lucrativos como as associações possuem inegável dificuldade no uso de instrumentos de administração financeira, podendo em muitos casos ocasionar graves dificuldades para a manutenção das suas atividades. Tal situação se explica em parte devido a quase total inexistência de profissionais na administração dessas entidades, em vez disso há voluntários a sua frente, que mesmo com boas intenções não possuem o conhecimento adequado do ponto de vista financeiro para geri-las de forma adequada.

Além deste, existem também problemas financeiros causados por fatores presentes no sistema, como a corrupção. Como ocorre em todos os setores da sociedade brasileira esse é um fator decisivo para o fracasso de uma instituição, uma vez que gera insatisfação e conseqüente desestímulo a participação dos seus membros. Problemas financeiros são responsáveis por grande parte dos conflitos gerados dentro de uma associação.

No Brasil de acordo com dados do MPA (2011) existem cerca de 760 colônias de pescadores, 137 sindicatos e 47 cooperativas. Assim fica claro que as colônias são ainda a principal forma de organização na pesca artesanal. A forma como as colônias foram estruturadas, desde as ações da Marinha ainda se refletem até os dias de hoje tanto no modo de vida dos pescadores como em toda organização da categoria em torno dessas

instituições. Importantes pra categoria, as colônias permanecem representando bem pouco diante de outras instituições de classe presentes no meio rural.

O associativismo e o cooperativismo, embora guardem semelhanças, são termos que explicam organizações sociais distintas. O associativismo visa à adoção de formas de agir em conjunto, estimulando a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento e o empoderamento das pessoas. O cooperativismo é utilizado quando um grupo de pessoas se unem e formam uma cooperativa, que é uma empresa de sociedade coletiva. “A cooperação é um processo social fundamentado em relações associativas, pelo qual as pessoas buscam encontrar soluções para os seus problemas comuns de forma cooperada” (THESING, 2015). Tanto o associativismo como o cooperativismo são uma forma de organização que tem por finalidade ações que beneficiem todo o grupo, de forma igualitária.

Enquanto a associação é adequada para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial, em média ou grande escala de forma coletiva, e retirar dela o próprio sustento (CREFITO 8, 2015). Outra diferença crucial entre as duas organizações é a relação entre o associado e o patrimônio, pois na cooperativa os associados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos que o processo por eles organizados propiciará. As sobras resultantes das transações comerciais da cooperativa, quando decididas em assembleia, podem ser distribuídas entre os associados. O patrimônio acumulado da cooperativa é de propriedade dos sócios e, no caso de dissolução, pode ser repartido entre estes. Já na associação, o patrimônio acumulado, em caso da sua dissolução, deverá ser destinado à outra instituição semelhante, conforme determina a lei, e os ganhos eventualmente auferidos pertencem à sociedade e não aos associados que dela não podem dispor, pois os mesmos, também de acordo com a lei, deverão ser destinados à atividade fim da associação.

Desse modo, as colônias de pescadores se encaixariam mais no perfil de uma associação, pelo seu caráter representativos da classe dos pescadores e por não possuir diretamente um caráter financeiro. Estas são juntamente com as Federações Estaduais e Confederação Nacional dos Pescadores reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal. Cabendo a elas a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição.

Assim, os pescadores artesanais de Pernambuco sobrevivem hoje diante de incertezas que os levam a desconstruir os modelos de associativismo e cooperativismo praticados no Brasil. O município de São José da Coroa Grande possui destacada importância no setor pesqueiro artesanal do estado, com isso o pescador artesanal juntamente com a colônia Z9 localizada na cidade tem papel fundamental. Além disso, esta localidade está inserida na área de abrangência da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Com isso as atividades que lidam diretamente com o ambiente, caso da pesca, estão sob as orientações e regulações o plano de manejo da APA.

Diante disso o presente estudo teve como principal objetivo identificar as principais características do associativismo pesqueiro praticado pelos pescadores artesanais da colônia Z9 em São José da Coroa Grande, bem como demonstrar as peculiaridades da pesca praticada no local.

2- Revisão de literatura

2.1. Histórico da pesca artesanal no Brasil

A pesca, praticada pelos índios, é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses ao Brasil, e peixes, crustáceos e moluscos eram parte importante de sua dieta alimentar. Os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral atestam a importância da atividade da pesca e coleta (DIEGUES 1999).

Por volta do ano de 1600 de acordo com Levai e Souza (2009) é implantada no Brasil a pesca da Baleia, inicialmente implantada pelos espanhóis na região do Recôncavo Baiano, praticada com o uso de arpões manuais lançados de um bote a remo apenas na parte continental do litoral. Anos depois a coroa portuguesa monopoliza a atividade, controlando-a e fazendo com que esta se difunda por outras áreas do litoral. Esse monopólio segue até por volta de 1800, quando esse tipo de pesca passa a ser controlada pela fazenda real das feitorias baleeiras. O fim oficial da atividade no país ocorre por volta de 1900. Os principais objetivos dessa atividade eram a extração do óleo de baleia e da carne, muito apreciada entre a nobreza da época.

A partir do século XVII a mão de obra escrava africana, originalmente empregada na monocultura canavieira, passou a ser utilizada em diversos setores. Muitos escravos foram empregados na pesca marítima e litorânea até a segunda metade do século XIX, quando passaram a ser substituídos por pescadores livres ou libertos. Nesse mesmo período, o advento dos currais de peixes – armadilhas fixas construídas com mourões, varas e cipós – no litoral nordestino fez com que se estabelecessem novas relações de trabalho e formas de coação do pescador, o que provocou o surgimento de várias comunidades marítimas (SILVA, 1993).

Nas regiões Sudeste e Sul do Brasil formou-se outro grupo de pescadores de grande importância histórica: as caiçaras. Estes se dedicavam prioritariamente à agricultura e praticavam a pesca em caráter suplementar, em especial quando cardumes de tainha e outras espécies de peixes aproximavam-se da costa (BRASIL, 2015).

Já a partir das primeiras décadas do século XX Diegues (1999) destaca-se a pesca da sardinha, atividade que era realizada em barcos que possuíam uma grande rede de cerco (traineiras). Esse tipo de pesca foi introduzido inicialmente na Ilha Grande (RJ), sendo em seguida implantada por Portugueses e Espanhóis em outras áreas

principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro. Nessas localidades a mão de obra utilizada foi principalmente composta por descendentes dos pescadores açorianos que tinham chegado em meados do século XVIII para colonizar o extremo sul do Brasil.

É importante salientar ainda, que a história da pesca artesanal brasileira sofreu forte influência do militarismo, fruto da missão do Cruzador “José Bonifácio” da Marinha, entre 1919 e 1924. Esta expedição marítima, que percorreu o litoral de Belém-PA ao Rio de Janeiro, foi um marco na gestão pesqueira sendo a primeira intervenção concreta do estado brasileiro na atividade. A proposta da missão era nacionalizar a pesca e abrangeu questões sociais, econômicas, ecológicas e principalmente militar, procurando incutir nas comunidades pesqueiras, uma nova conduta social que as fizesse passar do estágio de desenvolvimento em que se encontravam para outro que desconheciam (CALLOU, 2008).

Com a instituição do Estado Novo, na era Vargas, a organização dos pescadores passou por algumas mudanças. Através do decreto nº 23.134/33 foi criada a Divisão de Caça e Pesca, cujo objetivo seria gerenciar a pesca no país. Os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passaram para controle do Ministério da Agricultura. Este elaborou o primeiro Código de Pesca em janeiro de 1934, subordinando os pescadores à Divisão de Caça e Pesca. Em meio ao surgimento dos primeiros sindicatos de trabalhadores, predominantemente urbanos, as relações entre os pescadores e o Estado assumiram diferentes configurações daquela do período de sua fundação (MORAES, 2001).

A FAO (Food and Agriculture Organization) iniciou suas atividades no Brasil em 1949, quatro anos depois de sua criação. O escritório regional da FAO para parte da América Latina (incluindo o Brasil) foi oficialmente inaugurado em 1951, embora já realizasse atividades antes disso. Funcionava à rua Jardim Botânico, 1008, e à sua inauguração compareceram o presidente Getúlio Vargas e sua equipe (FAO, 2009).

Na década de 1950 o escritório teve intensa atividade técnica e interação com técnicos e autoridades de todo o Brasil, especialmente dos estados da Amazônia legal (inclusive com um subescritório em Belém), Bahia, Paraná e Rio de Janeiro, em atividades de silvicultura, agricultura, pesca e nutrição. Pierre Terve e W. Cásseres, seus responsáveis no período, tinham estreita convivência com autoridades de alto e médio escalão dos setores de agricultura, saúde, economia e área diplomática, e colaboraram na concepção, implementação e avaliação de diversos projetos conjuntos FAO/Governo Brasileiro (formalizados em inúmeros Acordos e Acordos Suplementares), os quais

inclusive redundaram no primeiro inventário florestal brasileiro, dentre muitos outros resultados (FAO, 2009).

Um outro marco importante para a atividade foi a criação da SUDEPE em 1962, de acordo com Dias Neto (2004) este órgão foi principal responsável pelas políticas públicas para a pesca no país, nesse período ficou mantida a perspectiva de melhoria das condições de vida dos pescadores iniciada com a criação das colônias, pela via do difusionismo tecnológico, e se amplia por todo o país, a partir de 1968, com a institucionalização da Extensão Pesqueira. Essa forma de conceber o extensionismo na pesca sobreviveu até a extinção da SUDEPE, em 1989. Nesse período, como já vinha ocorrendo em práticas anteriores do governo brasileiro, houve uma tentativa de modernização do setor pesqueiro, buscando uma industrialização do mesmo, desse modo a pesca artesanal e sua importância foi quase negligenciada.

Ressaltamos que no final da década de sessenta, o Estado incentivou a implantação da indústria pesqueira nacional, principalmente através de mecanismos como os incentivos fiscais, da isenção de impostos, buscando atingir divisas para o país através da atividade pesqueira industrial. Em favor dessa nova forma de captura do pescado, a atividade pesqueira artesanal foi perdendo incentivos. “A pesca artesanal, entre 1967/1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais” (DIEGUES, 1983).

Em 1989, por meio da Lei nº 7.735 (BRASIL, 1989), foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, reunindo as atribuições de vários órgãos — inclusive a SUDEPE, que foram extintos. Coube a essa autarquia gerir os assuntos da pesca entre 1989 e 1998. Visando à recuperação dos estoques ameaçados, estabeleceram-se diretrizes ambientais e implementaram-se medidas de ordenamento pesqueiro, tais como: períodos de defeso para proteger o período reprodutivo das espécies; definição de tamanhos mínimos de captura; proibição do emprego de métodos predatórios de captura; controle da frota operante; etc (FAO, 2012).

De acordo com informações de Brasil (2009) entre os anos de 1998 e 2002, as funções de desenvolvimento e fomento dos recursos pesqueiros foram transferidas para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde funcionou um Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA).

Segundo Brasil (2003) em 2003 com a criação a SEAP/PR a pesca artesanal volta a ser lembrada e passa a vislumbrar uma nova perspectiva. A formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento da produção pesqueira e aquícola,

promovendo a execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal, era parte das diretrizes da SEAP/PR.

Em 2009 com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) de acordo com informações de Brasil (2009) novas políticas que tinham como objetivo a promoção de créditos, instalação de infraestruturas, modernização da frota, assistência técnica e extensão para pesca e aquicultura, formação profissional, incentivo ao associativismo, subvenção do óleo diesel, incentivo ao consumo, monitoramento e controle da atividade, desenvolvimento da aquicultura, gestão estratégica de informação, fortalecer a participação do Brasil na política internacional de pesca e aquicultura.

Em outubro de 2015 no governo da Presidente Dilma Rousseff em uma reforma ministerial, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foi extinto sob a justificativa de redução de gastos. Suas atribuições passaram novamente para a pasta do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), voltando a ter status de secretaria.

A partir do início de 2017 o Decreto nº - 9.004, de 13 de março do mesmo ano transferiu o Secretaria de Aquicultura e Pesca e o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Com isso, o MDIC passou a ser responsável pela política nacional pesqueira, fomento da produção, implantação de infraestrutura de apoio à produção, beneficiamento e comercialização do pescado.

Em novembro de 2017 uma série de críticas e pressões do setor pesqueiro e aquícola fizeram com que o governo através da Lei nº 9.502 (BRASIL, 2017) transferiu a Secretaria de Aquicultura e Pesca do MDIC para a Presidência da República. Assim a política nacional pesqueira e aquícola, abrangidos a pesquisa, a produção, o transporte, o beneficiamento, a transformação, a comercialização, o abastecimento e a armazenagem passaram a ser responsabilidade direta da Presidência.

Já em março de 2018, um novo decreto de nº 9330 levou a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República para a Secretaria-Geral da Presidência da República, remanejando cargos em comissões e funções de confiança ligadas ao setor pesqueiro e aquícola.

No início de 2019 com a entrada do novo governo a SAP (Secretaria de Aquicultura e Pesca) foi novamente remanejada, dessa vez passou da Presidência da República, voltando a integrar o MAPA (Ministerio da Agricultura Pecuária e Abastecimento), onde permanece até o presente momento.

O setor pouco valorizado no Brasil, ao perder espaço dentro da estrutura governamental, passou então a ter um menor destaque e conseqüentemente menores investimentos. Todas essas mudanças destacadas anteriormente e ocorridas a partir do fim do Ministério da Pesca e Aquicultura agravam ainda mais essa situação enfrentada pelo setor no país. Esse panorama permanece inalterado até os dias de hoje. Destaca-se o fato de nesse período não ter havido atualização dos dados estatísticos referentes a produção pesqueira nacional, dificultando assim o fomento e controle da atividade.

Em decorrência dos surtos de crescimento das cidades brasileiras nas últimas décadas, a pesca artesanal, em algumas Unidades da Federação, é caracterizada por ser praticada em áreas altamente urbanizadas, convivendo assim com uma grande variedade de problemas relacionados ao cotidiano urbano, tais como a poluição dos meios naturais onde é praticada, a intensa especulação imobiliária nas áreas onde abrigam as localidades pesqueiras, a violência que se faz cada vez mais presente nas localidades pesqueiras situadas na periferia urbana e ao modelo industrial de desenvolvimento que desconsidera todas as formas de trabalho que dele se diferem (RAINHA, 2014).

2.2. Características importantes da atividade no Brasil

Definem-se como atividade pesqueira as ações que envolvem a captura e a venda do peixe. Essa atividade faz parte do sistema agroindustrial do pescado que abrange as atividades de pesca (ou atividade pesqueira em si), as atividades fornecedoras de insumos à pesca (embarcações e redes, principalmente) e as atividades de industrialização e comercialização do pescado já processado. A atividade pesqueira ocorre em águas marítimas, estuarinas (junção de água doce com água salgada) e em água doce (ABDALLAH, 1998).

De acordo com o exposto por Pedrosa et al (2013) esta atividade tem um papel fundamental no desenvolvimento da humanidade, seja como fornecedora de alimento e fonte de subsistência, seja como atividade socioeconômica para as comunidades das regiões costeiras. Além disso, é uma atividade que envolve importantes feições culturais nessas regiões.

No Brasil, a pesca artesanal está ligada, historicamente, à influência de três correntes étnicas que formaram a cultura das comunidades litorâneas: a indígena, a portuguesa e a negra (Silva et al., 1990). Da cultura indígena as populações litorâneas herdaram o preparo do peixe para a alimentação, o feitiço das canoas e jangadas, as flechas,

os arpões e as tapagens; da cultura portuguesa, herdaram os anzóis, pesos de metal, redes de arremessar e de arrastar; e da cultura negra, herdaram a variedade de cestos e outros utensílios utilizados para a captura dos peixes (DIEGUES, 1983).

A pesca artesanal brasileira possui numerosas e complexas especificidades e levam em consideração fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada local. Seus usuários utilizam diversos meios de produção (petrechos, embarcações e estratégias) para capturar diversos recursos geralmente pouco abundantes, em um meio em constante mudança (DIEGUES, 1983) e ainda com conflituosas relações sociais. Nos locais onde ocorre, a pesca artesanal é considerada um indicador de qualidade ambiental, sendo ainda uma importante estratégia para a conservação dos recursos pesqueiros (CATELLA et al., 2012).

De acordo com o exposto por Silva (2014) a pesca artesanal é uma atividade primordialmente baseada em um trabalho pouco mecanizado. Emprega, como meio de realização, motores de pouca potência em pequenas embarcações (quando não apenas movidas por remos e velas), contando, no mais, com a força e o empenho do corpo humano. Embora a indústria pesqueira tenha desenvolvido um rico arsenal tecnológico, subsiste e afirma-se a pesca artesanal distante dessas indústrias. Isso porque é atividade fonte geradora de renda de muitas famílias (mais de 600 mil pessoas em todo o Brasil, segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, de 2010) e possibilita o desenvolvimento econômico autônomo, distante de um mercado de trabalho formal.

A pesca artesanal disputa recursos com grandes empresas de pesca industrial, que possuem infraestrutura muito desenvolvida no que tange aos barcos e recursos de pesca. Mesmo assim, a pesca artesanal continua sendo responsável por um elevado número de empregos nas comunidades pesqueiras. Ela contribui com mais de 50% da produção nacional de pescado, seja em águas costeiras, litorâneas ou águas interiores (DIEGUES, 1993).

Diegues (1995) destaca que na pesca artesanal o manejo dos recursos ocorre através de um complexo conjunto de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, resultando em um uso mais adequado dos recursos naturais, levando a uma manutenção e proteção dos mesmos de forma mais adequada.

Segundo dados oficiais, existem no país 957 mil pescadores artesanais registrados. A Constituição Federal de 1988 assegurou a essa categoria direitos previdenciários como segurado especial, dentre os quais o seguro acidentário, em função da vulnerabilidade de vida em contextos sociais e culturais marcados por condições inseguras, insalubres e sem

infraestrutura para proteção à saúde. Convivem com a degradação dos ambientes dos territórios de pesca pela contaminação de esgotos, por falta de saneamento, poluição química, industrial e agrotóxica. Os territórios da pesca ainda são ameaçados pela expansão do turismo associado à especulação imobiliária e grandes projetos portuários e industriais. Além disso, sofrem os efeitos emergentes das mudanças climáticas que ameaçam os recursos dos quais dependem para a subsistência. Nessa conjunção de dificuldades as ações do SUS (Sistema Único de Saúde) ocorrem de forma pulverizada, sem considerar modos tradicionais de vida e trabalho dessas categorias profissionais. Garantir o direito à saúde dessas populações representa um grande desafio no âmbito da saúde pública, no qual se insere a implantação de ações de VISAT (Vigilância em Saúde do Trabalhador) (PENA e GOMEZ, 2014).

Porém Diegues (1995) destaca as dificuldades para se estimar um número exato de pescadores ativos no Brasil pois a estatística pesqueira disponível não é confiável, uma vez que não existe um sistema seguro para se fazer essa estatística. Mesmo contando com pouco apoio por parte do governo que prioriza o desenvolvimento na pesca industrial, a produção advinda da pesca artesanal ainda permanece significativa. Mesmo assim, é possível perceber a partir dos números apresentados que a pesca artesanal vem diminuindo sua produção ao longo dos anos, enquanto a pesca industrial vai aumentando sua produção.

De acordo com dados do IBAMA (2008) essa atividade é responsável por mais de 65% da produção pesqueira de captura, sendo predominante nas regiões Norte e Nordeste. Em 2009, as estatísticas oficiais apontaram uma produção marinha total de 585.671,5 t (MPA, 2013). Apenas três estados (Santa Catarina, Pará e Bahia) produziram mais de 50% do total da pesca extrativa marinha em 2009, sendo que os dez maiores produtores responderam por 90% de toda a produção.

2.3.A Pesca artesanal em Pernambuco e em São José da Coroa Grande

O litoral de Pernambuco possui 187 km de extensão e ocupa 2,3% de todo o litoral brasileiro. Apesar de sua estreita faixa litorânea, é marcado historicamente pela presença de regiões estuarinas, as quais lhe conferem características ambientais que promovem uma intrínseca relação entre homem-natureza. A zona costeira, com 2.968 km², abriga 21 municípios, onde a costa é baixa, chegando a atingir cotas inferiores ao nível do mar. Essa zona constitui ambientes transicionais, a exemplo da Baía de Tamandaré, e 20 estuários

e manguezais, que fertilizam o mar e são responsáveis por grande parte da produtividade pesqueira artesanal do estado. Essas fábricas naturais de alimentos são responsáveis por mais de 60% do pescado estadual e se destacam por gerar alternativa de renda para milhares de pessoas, que encontram no manguezal e na plataforma continental fontes importantes de alimento e de renda (PEDROSA et al, 2013).

De acordo com (SILVA et al, 2013) a Pesca Artesanal representa a maior parcela da produção pesqueira do Estado, é caracterizada pelo trabalho familiar e comunitário, utilizando técnicas tradicionais como coleta manual, vara de pesca, linha e anzol, tarrafa, redes de cerco, de emalhe, de arrasto e armadilhas, como também fazendo o uso de embarcações, tais como: jangadas, canoas, baiteiras e barcos motorizados de pequeno porte, para fins de subsistência.

No estado ela representa a totalidade da produção que, em 2009, somou 15.019 t, segundo a estatística oficial do Ministério da Pesca (MPA, 2012). Esta produção coloca Pernambuco como décimo produtor nacional e quinto no Nordeste. Em número de pescadores, porém, é o estado do Nordeste que possui menos profissionais (14.452, em 2009) cadastrados no RGP- Registro Geral da Pesca, registro oficial no país.

Existem segundo Nascimento et al (2016) 63 comunidades pesqueiras em Pernambuco, concentradas em 12 municípios do litoral (Goiana, Itapissuma, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e São José da Coroa Grande) e 1 do interior (Ibimirim).

A Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais foi criada por Decreto Federal em 27 de outubro de 1997. Localizada no litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas, estende-se do município de Tamandaré, sul de Pernambuco, até Paripueira no norte de Alagoas, abrangendo desde uma linha dos 33 metros da maré alta até 18 milhas da costa, o que inclui toda a plataforma até a borda do talude continental, e ainda os manguezais. No total, a APA tem uma área aproximada de 413.563 hectares. É a primeira unidade de conservação federal a proteger parte dos recifes costeiros que se distribuem por cerca de 3000 km da costa do Nordeste e a maior unidade de conservação federal marinha em extensão. A área abrange 13 municípios (FERREIRA e MAIDA, 2007). São José da Coroa Grande é um desses municípios parte da APA Costa dos Corais desde sua implementação, sendo membro também do comitê de gestão desta Unidade de Conservação.

A atuação e o manejo implantado a partir da criação desta área de proteção exerce grande influência na pesca local por delimitar áreas totalmente fechadas para a pratica

da pesca, outras em que há fiscalização mais rígida, a proibição da captura de espécies sobreexploradas e artes de pesca pouco seletivas. Cabe destacar ainda que os pescadores locais são parte desse arcabouço de gestão da área de proteção, participando das reuniões, comitês e demais ações propostas.

Distando cerca de 123 km da capital do estado, São José da Coroa Grande localiza-se na extremidade meridional do litoral pernambucano. Com 74,7 km² de superfície, é o menor município do Litoral Sul de Pernambuco e apresenta a segunda maior densidade demográfica desse segmento litorâneo – 186,91 habitantes/km² (IBGE, 2000).

De acordo com Gomes (2003) desde o início da formação do povoado de São José da Coroa Grande, ainda pertencente ao município de Barreiros, a pesca já era praticada. Seus antigos moradores se fixaram, inicialmente, nas costas marítimas, atraídos pela pesca abundante ali existente. Além do mar, o rio Una foi outra fonte de exploração desses pescadores.

Ainda de acordo com Gomes (2003) a pesca é a terceira atividade mais importante de São José da Coroa Grande, sendo responsável pelo sustento das comunidades litorâneas de Várzea do Una e Abreu do Una e de grande parte da população residente na sede municipal. O setor pesqueiro tem sido de grande importância na geração de emprego no município sendo considerado o maior produtor de pescado do estado.

Mesmo distante da capital e sendo um município relativamente pequeno, a pesca sempre esteve um passo a frente aos demais produtores de pescado no estado de Pernambuco. Um, fato que mostra isso é o fato da cidade segundo dados do IBAMA (2002) provavelmente ter sido a primeira a utilizar a pesca motorizada iniciada no ano de 1976.

Dados do ano de 2006 de acordo com o ESTAPESCA mostram a produção pesqueira do município representando cerca de 10% da produção total do estado de Pernambuco.

Embora não existam dados consistentes relativos à atividade pesqueira e aquícola, sabe-se de acordo com dados do IBGE (2000), entretanto, por entrevistas realizadas no local, que o município possui uma Colônia de Pescadores com 503 membros cadastrados na época, desse levantamento, contava com 11 embarcações e um caminhão adquirido com financiamento do BNB (Banco do Nordeste), e petrechos de pesca através de financiamento particular com o mesmo Banco (GOMES, 2003). Informações do TJ-PE (Tribunal de Justiça de Pernambuco) do ano de 2016 mostram que os referidos financiamentos não foram quitados, gerando assim ação judicial do Banco do Nordeste

contra vários pescadores membros da colônia Z9. A Colônia de Pescadores Z 9, que abrange o município de São José da Coroa Grande, foi fundada em 1922, tendo como primeiro presidente José Pitágoras. Depois vieram José Gomes Moreira, Tertuliano Alves da Silva, Antônio Jerônimo, José Domingos Gomes e Josias Freire, entre outros. Conforme pescadores experientes, até final da década de 1990 uma boa pescaria significava 1.000 kg de peixe ou 100 kg de cauda lagosta, mas nota-se uma perda de produtividade nos últimos tempos em torno de 50%.

2.4.Histórico do associativismo na pesca artesanal

Ao longo da história, o associativismo vem se mostrando essencial para a manutenção e viabilização dos direitos e deveres dos pescadores em áreas haliêuticas, mas precisa ser revisto pela forma como vem sendo implantado e absorvido nessas áreas. Mesmo que de forma frágil, este se dá pela participação em movimentos que chamam a atenção da sociedade brasileira, como o da mobilização dos trabalhadores do campo que ocorreu no Brasil com o “Grito do Campo”, hoje “Grito da Terra” (CAMPOS, 1993).

Como afirmam Chamy e Maldonado (2003) na história do Brasil ao longo dos tempos foram observados eventos de mobilização social dos pescadores artesanais, exemplo disso foi a participação deles na ocasião da abolição da escravatura. Apesar disso o marco da criação das colônias de pescadores ocorre somente no ano de 1920, porém é importante lembrar que a fundação das colônias não partiu de iniciativa dos pescadores e sim do estado, através da marinha, que pretendia com isso ter controle sobre a categoria.

Cardoso (2001) acrescenta mais dois objetivos do governo na ocasião dessas missões da Marinha de Guerra. O primeiro era aumentar a produção de pescado no Brasil, uma vez que no início do século XX o país exportava pescado. Um segundo objetivo foi a busca pela segurança nacional através da defesa da costa, utilizando o conhecimento que os pescadores tinham acerca do mar.

A forma vertical e autoritária como as colônias de pescadores foram institucionalizadas ao longo do litoral brasileiro trouxe repercussões históricas negativas na vida das comunidades pesqueiras. Os pescadores enfrentaram, e ainda enfrentam, no âmbito da participação social e política, problemas não apenas dentro das colônias, com representações alheias à categoria dos pescadores, mas, sobretudo, nos processos decisórios das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal (CALLOU e TAUK-SANTOS, 2003).

A colônia de pesca, mais do que uma necessidade de uma categoria, assim como as federações estaduais e confederação nacional dos pescadores, foi um instrumento do poder público, que condenou durante décadas o processo de participação popular. Além disso, nesse período, como responsável por cada área em que se situavam as colônias, emergiu a figura do capataz, vinculado à Capitania dos Portos, que tinha o papel de cobrar dos pescadores taxas relativas às suas embarcações (canoas, jangadas, entre outros) e exigir deles a obrigatoriedade de associarem-se (a função de capataz era algo que datava do Brasil Imperial, a partir do Decreto nº 446, de 19 de maio de 1846, que criou também às Capitâncias dos Portos), disciplinando e ordenando o trabalho dos pescadores (RAMALHO, 2014).

Como relata o mesmo autor, em 1930 ocorre a implantação do Estado Novo, para a pesca e as colônias de pescadores nesse período se intensifica o controle por parte do governo por meio da Marinha e do Ministério da Agricultura, cabendo a este todas as ações de fomento. Em 1933 as colônias passam a ser subordinadas a Divisão de Caça e Pesca (DCP), assim como a Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros. No ano seguinte foi elaborado o Código de Caça e Pesca, primeira lei mais acabada sobre o setor pesqueiro.

Com a fundação SUDEPE, em 1962, a perspectiva de melhoria das condições de vida dos pescadores pela via do difusionismo permanece e se amplia por todo o país com a institucionalização da Extensão Pesqueira, em 1968. Essa forma de conceber o extensionismo na pesca sobreviveu até o desaparecimento da SUDEPE. A partir daí, os pescadores e suas famílias ficaram praticamente sem serviços públicos de apoio ao desenvolvimento do setor pesqueiro (CARVALHO e CALLOU, 2008).

De acordo com o exposto por Eid et al. (2003) no final dos anos 90 a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) tinha registradas 14 cooperativas no Brasil, distribuídas entre, aquicultura, piscicultura e ranicultura. Uma delas, a Cooperativa Mista de Pesca Nipo-Brasileira, chegou a ser considerado o maior complexo pesqueiro nacional com 300 barcos, cerca de 1000 empregados e exportações anuais que chegavam a 20 milhões de dólares, no início desta década suas instalações encontravam-se em fase de sucateamento por falta de operação. A Associação Nacional das Cooperativas de Pesca (ANACOOOP) informa que no final dos anos 90, encontravam-se em funcionamento 53 cooperativas pesqueiras associadas, enquanto que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento tinha o registro formal de 90 cooperativas, muitas em situações de precariedade ou desativadas.

Assim, a partir da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), em 2003, as políticas de desenvolvimento da pesca voltam à ordem do dia e, com elas, o serviço de Extensão Pesqueira. É importante salientar que o cenário de onde essas políticas emergem não é mais o mesmo das décadas de 1960 e 1970, auge do desenvolvimento da economia nacional, particularmente no “milagre brasileiro”, muito menos do período da Missão do Cruzador “José Bonifácio”, marcado pelas ideias de “ordem e progresso”, do início do século XX (CARVALHO e CALLOU, 2008).

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), pela Lei nº 11.598/2009, a promulgação da Lei nº 11.959/2009 (Lei da Pesca), e a realização da 3ª Conferência Nacional, foram passos fundamentais para garantia da continuidade das políticas - institucionalidade e a legitimação da sociedade (MPA, 2009).

Ainda de acordo com o MPA (2012) dentre os objetivos propostos a partir da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura para o cooperativismo pesqueiro destaca-se organização de seminários em diversas localidades do país, a fim de elaborar a Política Nacional de Apoio ao Cooperativismo e Associativismo na Pesca e na Aquicultura. Outras atividades relacionadas à área de organização pesqueira e aquícola, deram-se pela participação do MPA em conselhos e comitês relacionados ao tema, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho Nacional de Economia Solidária e o Comitê Executivo do Programa Nacional de Incubação de Cooperativas.

2.5.Aspectos relevantes do associativismo pesqueiro

De acordo com Leitão (1997), pensar o associativismo na pesca é trazer à discussão a forma como ele foi sugerido e imposto pelas entidades oficiais brasileiras, forçando os pescadores à convivência com dirigentes externos e distantes de sua lida cotidiana. A constatação deste fato é (era) a ocupação por essas pessoas em postos de presidentes de Colônias, Federações e Associações de pescas por várias regiões do Brasil

Um exemplo da situação acima é que os pescadores não foram levados em conta quando o Estado, através de ações unilaterais, criou a Conferência Nacional dos Pescadores (CNP), a Federação Estadual dos Pescadores (FEPA) e as Colônias de Pesca com suas referidas zonas, com discurso de melhor organizar politicamente os “Povos da Águas”. Este fato remonta ao período colonial de D. João VI, quando, numa tentativa frustrada de organizar os pescadores, foi criada a primeira Colônia de Pescadores no

Brasil, denominada de “Nova Ericeira”, localizada em Garoupa, Porto Bello, no Estado de Santa Catarina (PORTUGAL-JUNIOR, 2008).

De acordo com Alcântara e Siqueira (2007) uma das principais características do associativismo pesqueiro através das colônias de pescadores, quando comparadas a outros movimentos sindicais de maior sucesso diz respeito aos muitos tipos de atuações dos associados. Os movimentos sindicais na maioria dos casos lidam com trabalhadores que atuam em apenas um seguimento, já quando se trata de associação de pescadores os ramos de atuação variam muito, unindo desde a pesca em si, até a mariscagem praticada geralmente por mulheres.

Tratando de incentivos do governo para o desenvolvimento do setor associativista pesqueiro, ele veio em vários momentos em maior ou menor quantidade, porem houve erros na gestão desses recursos. De acordo com Alcântara e Siqueira (2007) foi o fato do governo não considerar as dificuldades históricas de mobilização dos pescadores no campo do cooperativismo, ignorando que a formalização de uma empresa cooperativa depende muito mais de fatores organizacionais internos do que externos, como captação de recursos, elaboração de projetos e outros. Parte do insucesso desse sistema se deve a má aplicação desses recursos.

Trata-se de uma situação perversa que obriga o pescador artesanal a conviver com uma dupla marginalidade: a primeira, por determinante geográfica, pois exerce sua atividade pesqueira às margens do oceano, dos rios e das lagoas; a segunda, por imposições estruturais e conjunturais que refletem na carência de organização associativa capaz de libertá-lo da marginalidade socioeconômica em que ainda se encontra, após meio século da tentativa utópica naval (TIMM, 2000).

O que se percebe é que, diferente de outros setores produtivos, a pesca encontra, nos próprios recursos de que se apropria, algumas características muito especiais que atuam de forma contrária à racionalidade que hoje a preside. Assim, cabe destacar que os recursos pesqueiros não surgem como produto do trabalho humano, pois, ao contrário da produção industrial, a reprodução dos objetos de trabalho – o pescado - se realiza segundo leis de reprodução biológica dos cardumes, as quais escapam ao controle do homem (DIEGUES, 1983).

Como cita Timm (2001) são muitos os desafios enfrentados pelas cooperativas de pesca em suas atividades, em face de algumas exclusividades, como a de o pescado ser um produto altamente perecível e exigir manejo especializado e infraestrutura de frio para a conservação e comercialização; a atividade de captura exige dedicação exclusiva do

pescador, cabendo a terceiros os encargos do beneficiamento e de comercialização, alienando-o da administração efetiva da cooperativa e de os mercados de consumo estarem cada vez mais exigentes em termos de qualidade dos pescados, situação que exige crescente agregação de valor aos produtos com investimentos em equipamentos e tecnologias.

2.6. As Políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro Brasileiro

As políticas públicas são abrangidas como as de responsabilidade do Estado, quando visadas a questão de implementação e manutenção de seus ideais, porém as tomadas de decisões são idealizadas com a participação de órgãos públicos e componentes da sociedade. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais (HOFLING, 2001).

A Missão do Cruzador José Bonifácio, idealizada pela Marinha de Guerra do Brasil nas primeiras décadas do século passado, foi responsável pela criação das colônias de pescadores e escolas primárias, ao longo do litoral brasileiro, ao mesmo tempo em que se preocupou, entre outros aspectos, com o saneamento da costa, com a saúde dos pescadores e com a pesca predatória. As razões dessa intervenção estavam ligadas aos interesses militares de defesa da costa e ao desenvolvimento das indústrias da pesca no país, sonho embalado desde o início dos anos 1910 pelo comandante da Missão, capitão de Mar-e-Guerra, Frederico Villar (CALLOU, 1994). A pesca artesanal no Brasil não tinha razão de ser para os idealizadores da Missão, pois considerava fundamental desenvolver atividades de pesca mais modernas, diante da imensidão da costa nacional e do seu potencial industrial pesqueiro.

O primeiro Código de Caça e Pesca foi instituído pela Lei 23.672 de 1934 (BRASIL, 1934), sendo o documento mais bem elaborado sobre o assunto de pesca até este momento e é aqui que surge o termo pescador profissional. O código era dividido em duas partes, Pesca e Caça, respectivamente. Os serviços de pesca em todo o Brasil eram subordinados ao Ministério da Agricultura, embora a Marinha ainda tivesse participação na categoria de pesca, como conceder matrícula aos pescadores, “mas somente enquanto não se instalarem as Delegacias e Agências de Pesca do Ministério da Agricultura” (BRASIL, 1934).

Em 1936 durante a era Vargas foi criada a Caixa de Crédito da Pesca segundo Callou (1994) e Borges (2019), pescadores e armadores profissionais podiam obter

financiamento de alimentícios, combustível, material e aparelhos de pesca, pequenas embarcações, motores marítimos, entre outros. Tais financiamentos remetem ao fato de a pesca artesanal ser considerada atrasada, devido às técnicas tradicionais que deveriam ser modernizadas para que a pesca se tornasse mais competitiva. Nesse sentido, as ações do governo caracterizam-se nitidamente por uma linha de intervenção vertical.

Em 1942, no governo Vargas, as colônias de pesca, ainda subordinadas ao Ministério da Marinha, recebem novos estímulos, com a criação da Comissão Executiva de Pesca (CEP), que tinha por objetivo a organização de cooperativas de pescadores, para obter a infraestrutura necessária à produção, transporte, conservação e beneficiamento do pescado. Também incentivava o financiamento de pessoas físicas e instituições que se dedicassem à pesca ou indústrias similares. Houve uma forte intervenção do Estado no setor da pesca, uma vez que ocorria racionamento da carne bovina, com a explosão da Segunda Guerra Mundial, e o pescado enlatado atendia à logística de chegar até as tropas, como suprimentos de proteínas. A CEP foi extinta em 1945. Mesmo com estas iniciativas, não ocorreu a emancipação destes trabalhadores da pesca e os propósitos eram de caráter genuinamente econômicos (CALLOU, 1993; BORGES, 2019).

Com a Lei delegada nº 10, correspondente à 11 de outubro de 1962, é criada então uma autarquia chamada de Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca, cuja sigla representada por SUDEPE, assim a atividade pesqueira atinge sua fase industrial, passando por institucionalizações que remetem até o ano de 1966. Onde a finalidade da SUDEPE era sempre voltada para o crescimento da produção (OSTRENSKY et al, 2008).

A política que concedeu incentivos fiscais à produção pesqueira iniciou-se em 1967 com a promulgação do Decreto-lei Nº. 221 oficializando uma política federal para o setor. A partir de então, os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos pesqueiros, de 1967 a 1986, contribuíram significativamente para ampliar a produção nacional de pescado e o parque industrial processador desse produto. Nos primeiros anos dessa política, mais de 50% dos recursos obtidos com essa política foram aplicados na indústria pesqueira, não havendo investimentos na área de pesquisa e levantamento de dados. Tal fato contribuiu para o aparecimento de sobre-exploração de algumas espécies de recursos pesqueiros marítimos (SILVA, 2014).

As políticas de Extensão Pesqueira no Brasil surgem a partir de 1968 com o objetivo de desenvolver as atividades de pesca. O argumento principal dessa iniciativa era a “imensidão da costa nacional, a sua piscosidade de suas águas e o desamparo socioeconômico das comunidades pesqueiras artesanais” (CALLOU, 1986).

Ao longo da década de 1970, a Extensão Pesqueira teve como ação principal apoiar a modernização do setor pesqueiro nacional (CALLOU e TAUK SANTOS, 2003). Para isso, entre outras estratégias, implementou, a partir de 1974, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), com o apoio do Ministério da Agricultura, do Banco Nacional de Crédito (BNC), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da SUDEPE. Entre os objetivos principais do PESCART estavam “modernizar a atividade pesqueira artesanal no intuito de promover inserção dos produtos da pesca no mercado a fim de facilitar e possibilitar que os pescadores artesanais vendessem seus produtos em melhores condições de competitividade [...]” (CARVALHO, 2007).

A partir da SUDEPE foi criado, em 1974, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart), que priorizava a assistência técnica, considerado o primeiro projeto de âmbito nacional de Extensão Pesqueira voltado à pesca artesanal (SOUSA e SILVA e CALLOU, 2001). Segundo registros da extinta SUDEPE, o Brasil possuía uma pesca predominantemente artesanal, apesar de todos os esforços anteriores para modernizá-la (LIMA e CALLOU, 2015).

As Políticas Públicas destinadas ao setor pesqueiro, como o SDPA constituem-se como frutos da organização dos pescadores em entidades representativas. Como forma de organização social, política e econômica, a atividade pesqueira foi ganhando destaque cenário nacional na década de 80, com a atuação de instituições como: Pastoral dos Pescadores – organizada pela Confederação dos Bispos do Brasil – CNBB; Movimento Nacional dos Pescadores (MAIA, 2009).

Em 22 de fevereiro de 1989, a Lei 7.735 elimina a SUDEPE, que foi vinculada ao Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF), e cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para atender as questões voltadas à pesca e aquicultura, porém a partir desse momento o crescimento da produção de pescado advindo da atividade aquícola, artesanal e ou/industrial não alcança uma produção positiva para o País, tornando-se estagnada (OSTRENSKY et al, 2008).

Em 1996 o governo brasileiro cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), inicialmente de acordo com BRASIL (2015) esse programa era destinado apenas a agricultura familiar, porém em um segundo momento passou a ser oferecido também para pequenos aquicultores e pescadores profissionais dedicados a pesca artesanal com fins comerciais. Tal fato visava gerar condições para aumentar a capacidade produtiva. Conhecido como PRONAF pesca, o programa foi

responsável por financiar redes e apetrechos, embarcações, motores, infraestrutura de armazenamento, transporte e comercialização do pescado.

O Programa de Subvenção Econômica do Óleo Diesel (PSO) segundo Pantoja (2014) foi criado através da Lei nº 9.445 de 14 de março de 1997, após a celebração do Convênio ICMS nº 58/96. Foram signatários do programa diversos estados da federação, inclusive Pernambuco. Visava conceder a subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais, equiparando o preço do combustível nacional ao internacional. Com isso reduziu os custos de captura e tornou o pescado mais competitivo, possibilitando o aumento da rentabilidade da atividade pesqueira, disponibilizando produtos que atendam os critérios de qualidade e preço exigido pelos mercados internos e externos. O pagamento do subsídio é de competência da União e representa 25% do preço do óleo diesel faturado na refinaria, destacado o ICMS. O recurso deve respeitar rigorosamente as dotações orçamentárias específicas alocadas no orçamento Geral da União, e está condicionado à concessão de isenção do ICMS.

Com a criação da SEAP/PR, em 2003, os pescadores e suas famílias, que desde 1989 estavam praticamente sem políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor pesqueiro, passaram a vislumbrar uma nova perspectiva. A SEAP/PR teve como missão a formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento da produção pesqueira e aquícola, promovendo a execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como das ações voltadas à instalação da infraestrutura de apoio à produção e comercialização do pescado, dentre outras ações (BRASIL, 2003).

Institucionalizada desde 2003, a política de seguro defeso (Lei nº 10.779, 25 de novembro de 2003, BRASIL, 2003) concede o benefício, durante o período de proibição da pesca de determinadas espécies, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal (MAIA, 2009). Esta política ficou popularmente conhecida como “seguro defeso” e os pescadores, em sua maioria, são enquadrados como segurados especiais, desde que comprovem as seguintes condições: ser produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rural, garimpeiro ou pescador artesanal; incluem-se, ainda, os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (MENDONÇA e PEREIRA, 2013).

No ano de 2008 o governo Federal de acordo com informações do MPA (2010) cria o Plano mais Pesca e Aquicultura, com o objetivo de gerar mais renda para os pescadores e aquicultores e produzir alimento saldável e de qualidade para a população.

Esse plano previa o incentivo a criação em cativeiro, a pesca oceânica, estímulo ao consumo, melhoria das condições sociais e de trabalho dos pescadores artesanais. Além disso visava melhorar a estrutura da cadeia produtiva e recuperação dos estoques pesqueiros na costa brasileira e em águas continentais.

Além das já citadas políticas públicas voltadas unicamente para desenvolver e expandir o setor pesqueiro, houve algumas políticas voltadas ao desenvolvimento intelectual do pescador, visando a sua alfabetização. As principais em âmbito nacional foram o Programa Pescando Letras e Telecentro Maré.

Criado a partir da Lei nº10.779 de 25 de novembro de 2003 o Programa Pescando Letras foi uma parceria entre a SEAP/PR (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República) e do MEC (Ministério da Educação) e visava a alfabetização dos pescadores e aquicultores. De acordo com informações da SEAP (2004) esse programa garantia aos seus participantes além da condição de aprendiz uma ajuda de custo durante o Período de Defeso no valor de um salário mínimo. Segundo Silva e Leitão (2008) a proposta pedagógica do Programa Pescando Letras considera, portanto, o chão no qual está calcada a experiência sociocultural desses sujeitos, procurando problematizar as suas condições de vida e refletir sobre os saberes acumulados por eles ao longo de suas histórias. A realidade socioeconômica e o desejo que impulsionam o ingresso ou reingresso em uma sala de aula são elementos agregadores nessa proposta que não se limita apenas à alfabetização. Segundo a SEAP/PE, o Programa se desenvolve através de uma ação articulada entre a SEAP/PE e a Secretaria de Educação de Pernambuco, em parceria com nove prefeituras municipais (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2005).

Fruto da parceria entre o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério das Comunicações, o Banco do Brasil e entidades selecionadas através de edital público, os Telecentros Maré de acordo com informações do MPA(2010) são voltados às populações das comunidades pesqueiras onde o acesso a tecnologia de informação e comunicação são escassas ou tem alto custo. Esse conjunto de medidas permitiu nos locais em que foram implantados a realização de reuniões com apresentações multimídia, implantação de cine clubes, registros da memória cultural dos pescadores artesanais realização de cursos de Educação a Distância (EAD) e transmissão de videoconferências.

No âmbito local tem-se no estado de Pernambuco o programa chapéu de palha (PCP) que segundo Monteiro et al (2014) é uma estratégia de intervenção criada pelo governo de Estado com objetivo de adotar medidas de combate aos efeitos do desemprego em massa decorrente da entressafra da cana-de-açúcar, da fruta e do defeso na área da

pesca possibilitando aos trabalhadores dessas culturas e suas famílias ações de fortalecimento para o enfrentamento das causas, agravos e danos decorrentes deste período. Inicialmente programa não atendia os pescadores, somente a partir de 2011 passa a incluir os trabalhadores que realizam a pesca artesanal e mariscaria perfazendo um total de 92 municípios contemplados. Dentre as ações propostas para trabalhadores que fazem parte do programa destaca-se as capacitações oferecidas visando aperfeiçoamento da atividade que o indivíduo pratica e a ajuda de custo recebida por ele no período em que encontra-se impedido de exercer sua atividade e participa dos cursos.

Desde então, a base desses anseios está fundamentada nos marcos de uma nova política de gestão e ordenamento do setor, mantendo o compromisso com a sustentabilidade ambiental no uso dos recursos pesqueiros. Assim, no ano de 2009, em 29 de junho, Dia do Pescador, foi sancionada a Lei nº 11.958 criando o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, destinado a atender ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do país (SILVA, 2014).

2.7. Capital Social e a Pesca Artesanal

O capital social é um conjunto de elementos (confiança mútua, cooperação, interesse e participação nas questões políticas) que conferem poder social às pessoas, isto é, a capacidade de contribuir à coesão social e à integração da comunidade nas questões públicas que norteiam a vida em grupo, no sentido de o um desempenho social positivo. Putnam denomina essa coesão de sociedade de comunidade cívica, que, como dito acima, seria a existência de uma preocupação com o bem-estar coletivo, deixando de lado o individualismo (PUTNAM, 1996).

Nas décadas de 80 e 90, grande parte dos economistas buscavam saber a razão pela qual algumas regiões cresciam e se desenvolviam e outras não e, por que o desenvolvimento é heterogêneo entre as regiões, mesmo que estas regiões tivessem condições similares em termos de fatores produtivos - capital físico, tecnologia e mão-de-obra. Notou-se que as regiões onde se promove relações horizontais de reciprocidade e cooperação, ao invés de relações verticais de autoridade e dependência; cria redes de solidariedade, confiança e tolerância; e possibilita elevados níveis de participação nas associações apresentam maiores possibilidades de se desenvolverem. Ficou evidente que é insuficiente considerar apenas os aspectos materiais e tangíveis da vida econômica,

devendo-se levar agora em consideração também, alguns aspectos intangíveis da sociedade e as suas relações sociais (WOOLCOCK, 1998).

A valorização do capital social resgata também a importância das redes sociais, partindo do pressuposto (presente, inclusive, no “velho” pensamento institucionalista norte-americano do início do século XX de Veblen e Commons) de que o comportamento econômico se encontra inscrito em redes de relações interpessoais. Daí surge a concepção de que os mercados se constroem socialmente, contrariando a concepção abstrata de mercado dos neoclássicos. Os mercados, portanto, são concebidos enquanto instituições sociais, construídos historicamente, onde se cruzam diferentes forças sociais, dotadas de interesses específicos (sociais, econômicos, políticos etc.), perfazendo a visão de estruturas e hierarquias de poder prevalentes nas sociedades e que moldam os mercados. O que determina a alocação de recursos, portanto, não é o mecanismo abstrato de mercado, conforme defendem os neoclássicos, mas as instituições, especialmente as estruturas de poder (CONCEIÇÃO, 2001).

De acordo com Oakerson (1986), os padrões de interação entre os indivíduos, marcados por estratégias e perspectivas de retorno em relação ao comportamento do outro, interferem em outras dimensões, como a escolha do modelo de gestão do uso dos recursos a ser adotado, quais tipos de regras são pertinentes para determinadas localidades e com a capacidade natural (física, biológica) de renovação desses recursos. Desta forma, padrões de interação que têm como pano de fundo a reciprocidade, ou seja, confiança, cooperação e grupos e redes se mostram elementos importantes do capital social que se articulam com o modelo proposto por Oakerson.

Enfoques participativos vêm sendo empregados com sucesso em vários países, proporcionando espaços de discussão, planejamento e caminhos para a construção coletiva. A literatura é vasta e consensual quando cita esses fatores como chave para o desenvolvimento organizacional e institucional, tanto em ambientes marinhos como continentais (KALIKOSKI, et al, 2009; BROWN et al., 2005). Por outro lado, projetos com pouca ou nenhuma participação resultam em insucessos devido ao baixo capital social envolvido, já que políticas são deliberadas, em nível de estado, sem a participação efetiva das comunidades (CUNHA, 2009). Os espaços de discussão coletivos ampliam a participação dos pescadores em diferentes estágios de construção de políticas do setor, como na formulação, implantação e fiscalização (VOS e TATENHOVE, 2011).

Os acordos de pesca são mobilizados por meio do “capital social ribeirinho”, ou seja, recursos de capital social mobilizados por diferentes segmentos sociais ribeirinhos.

Há duas vias de manifestação do capital ribeirinho. A primeira, por meio da cultura, aproveitaria a rica tradição cultural ribeirinha e suas diversas manifestações culturais e artísticas (o chamado capital social bonding ou comunitário) e as possibilidades de interação com outros gêneros culturais, sobretudo contemporâneos ou pop (na esteira do capital social bridging ou societário). A segunda, de caráter socioeconômico institucional, aborda as potencialidades que as redes de empreendedores de origem ribeirinha apresentam, aproveitando a forte tradição de organização social destes segmentos, particularmente por meio de sentimentos de confiança e cooperação, que podem ser vislumbrados em iniciativas como os acordos de pescas praticados por comunidades ribeirinhas da região do Baixo Tocantins (SANTOS et al, 2010).

A intenção do governo ao criar a SEAP/PR foi incrementar a pesca e aquicultura, por meio da formação de parcerias com estados e municípios, estimulando a participação efetiva dos pescadores e pescadoras nos processos decisórios (BRASIL, 2003). Nesse conjunto de preocupações, está implícita a perspectiva do desenvolvimento local. Oliveira (2001) afirma que o desenvolvimento local não é a solução de todos os problemas socioeconômicos advindos da adoção da estratégia de desenvolvimento, porém ele poderá contribuir para o debate sobre os problemas de exclusão social no mundo contemporâneo.

Nesses termos, a partir da criação da SEAP/PR, o governo brasileiro condiciona a implementação das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura às articulações interinstitucionais. Isto implica a construção de parcerias entre os diversos setores da sociedade para fortalecer o capital social. Este, aqui compreendido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais (MARTELETO e SILVA, 2004).

Mesmo assim, a análise do papel do Estado não se mostra pragmática, nem muito menos linear, pelo contrário, se torna mais complexa na medida em que o próprio Estado também passa a ser percebido como solução para os problemas da região, considerando que a criação de grande parte das regras e normas sociais se formaliza pelo Estado, a exemplo do Programa Chapéu de Palha do Governo estadual e da criação de uma RESEX (Reserva Extrativista), que é uma política pública ambiental do Governo federal. Neste sentido, “[...] não é possível haver capital social sem levar em conta o papel destacado que cabe ao Estado na sua proteção ou coerção para a sua formação, manutenção ou difusão”. (RIBEIRO e CALLOU, 2015).

3- Referência bibliográfica

ALCANTARA, S.L.; SIQUEIRA, A.T. 2007. Educação cooperativista para pesca artesanal. Revista Brasileira De Engenharia de Pesca. V. 2 (2): p. 84-94.

BORGES, J. A instituição da pesca no Brasil entre 1912-1989. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_1836/artigo_sobre_a-institucionalizaeccedil-eatilde-o-da-pesca-no-brasil-entre-1912-a-1989>. Acesso em: 16 de março de 2019.

BRASIL. Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934. Aprova o Código de Caça e Pesca que com este baixa. Rio de Janeiro: DOU de 15 de janeiro de 1934.

BRASIL. **Decreto s/n**, de 23 de outubro de 1997. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais, nos estados de Alagoas e Pernambuco. Brasília-DF. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/legislacao/Decreto_23_10_1997.pdf. Acesso em 13 de março de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), 2003: Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-capttec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%Aancia-t%C3%A9cnica-e--extens%C3%A3o-rural-pnater>>. Acesso em ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.779**, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.779.htm> Acesso em: 2 de abril de 2019.

BRASIL. **Legislação sobre pesca e aquicultura [recurso eletrônico]: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados a pesca e aquicultura / Câmara dos Deputados.** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 231 p. – (Série legislação; n. 137).

BRASIL. Primeira conferência nacional de aquicultura e pesca: caderno de resoluções. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca/deliberacoes_1_conferencia_aquicultura_pesca>. Acesso em 12 mar. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017**, dispõe sobre a transfere a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9004.htm> Acesso em: 12 de março de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.502**, de 1º de novembro de 2017. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13502.htm>. Acesso em 12 de março de 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Projeto político estrutural. Brasília, DF, jul. 2003.

BRASIL. Controladoria-Geral da República (CGU). Prestação de Contas do Presidente da República [Parte V] - Atuação Por Setor Governamental: Ministério da Pesca e Aquicultura, Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 2009. 16p.

BROWN, D; STAPLES D.; FUNGE-SMITH, S. Mainstreaming fisheries co-management in the Asia-Pacific. In: APFIC REGIONAL WORKSHOP ON MAINSTREAMING FISHERIES CO-MANAGEMENT IN ASIA-PACIFIC SIEM REP Cambodia, 2005, Cambodia. **Anais**. Cambodia: APFIC, 2005.

CALLOU, A.B.F. Movimentos sociais de pescadores - 1920/1983. 1986. 237p. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

CALLOU, A.B.F. Construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do “cruzador José Bonifácio” 1919-1924. In. Congresso Brasileiro de Ciências da

Comunicação. 8., 1995. Aracaju. **Anais**. Aracaju/AL. INTERCOM 95 – UFS. p.22. CD-ROM.

CALOU, A.B.F. A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919-1924). 1994, 319p. **Tese (Doutorado)** – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CALLOU, A.B.F. Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento da Pesca Artesanal no Brasil: A Experiência Militar no Século XX. In: Ochoa, M.O. La Interccoperación: Del Concepto de La Prática, IRECUS, 2008. Université de Sherbrooke, **Anais**. Canadá. 2008. p. 155-169. CD-ROM

CALLOU, A.B.F. **Estratégia de comunicação para o desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil**: a experiência militar no século XX. In: Extensão rural, extensão pesqueira: experiências cruzadas. Org. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.— Recife: FASA, 2008. 208p.

CALLOU, A. B. F. TAUKE-SANTOS, M. S. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. **In: PRORENDA RURAL-PE**. 2003. Extensão pesqueira: desafios contemporâneos. **Anais**. Recife: Bagaço, 2003. p.223-236. CD-ROM.

CAMPOS, A.J.T. 1993. Movimentos sociais de pescadores da Amazônia: In: Lourdes Furtado; Wilma Leitão e Alex Fiúza de Mello. **(Orgs)**. Povos da Águas: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi.

CARDOSO, E. S. Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social. 2001.149p. **Tese (Doutorado)**, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, É. R. Q. **Associação: Série Empreendimentos Coletivos**. Brasília: Sebrae, 2014. 46p.

CARVALHO, F.E.A. Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da secretaria especial de aquicultura e pesca no estado de Pernambuco, 2003- 2006. 2007. p.78. **Dissertação (Mestrado)** Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

CARVALHO, F.E. A., CALLOU, A. B. Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Estado de Pernambuco, 2003-2006. **Revista Interações (Campo Grande)**. V. 9, n. 1, 2008.

CATELLA, A.C.; MORAES, A.S.; MARQUES, D.K.S.; NASCIMENTO, F.L.; LARA, J.A.F.; OLIVEIRA, M.D. de; BORGHESI, R. Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2012. 3p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n.152. 2017. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pesca-uma-estrat%C3%A9gica-para-a-conserva%C3%A7%C3%A3o-do-Pantanal.pdf> . Acesso em: 2 ma 2017r.

CHAMY, P.; MALDONADO, W. T. P. V. Sustentabilidade social, econômica e ambiental de pequenos negócios: o caso da COOPEROSTRA – Cananéia/SP. In: ENCONTRO BIENAL DA ECOECO, 5., 2003, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: [s.n.], 2003. 24 p. CD-ROM.

CONCEIÇÃO, M.F.C. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001. CD-ROM.

COUTINHO, N.N. As organizações sociais e o contrato de gestão. **Revista de direito público**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 25-40. 2006.

CREFITO 8. Conselho Regional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional da 8ª Região do Paraná. Lei que rege as associações. 2015. Disponível em: <https://www.crefito8.gov.br/pr/> . Acesso em: 2 de out. 2017.

CUNHA, E.J. Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó - Paraíba (2003 – 2007). 2009. 81p. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2017.470 p.

DIAS NETO, J. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturas Renováveis. Produto Editora, 2004, 243p.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.

DIEGUES, A.C.S. O Movimento Social dos Pescadores Artesanais Brasileiros. **CEMAR: 615** Centro de Culturas Marítimas. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. n. 8. 1993.

DIEGUES, A.C.S. Povos e Mares: Leituras em Sócio- **Antropologia Marítima**. São Paulo, NUPAUB- USP. 1995.

DIEGUES, A.C. A sócio antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, V. 3, p. 361-37, 1999.

EID, F., LIANZA, S., PIMENTA, W.P. Princípios e critérios para o cooperativismo pesqueiro autossustentável. In. Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca no Brasil. **Anais**. Rio de Janeiro, 2003, p. 1-4.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), Projetos da FAO no Brasil, 2009. Disponível < <https://www.fao.org.br/listaproj.asp>>. Acesso em 28 jul. 2016.

GANANÇA, C.A. Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. 121p. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade de Brasília, Brasília.

GOMES, E. T. A. Diagnóstico do Turismo nos Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e São José da Coroa Grande. Recife: Ministério do Meio Ambiente/SECTMA/CPRH-GERCO, 2003. p.58-71.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Educação. Relatório Brasil Alfabetizado e Pescando Letras, Recife: PE, 2006.

HOFLING, E.M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, v. 55, p. 30-41. 2001

IBAMA/CEPENE – Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina no Nordeste do Brasil – 2001. Tamandaré, 140 p., 2002.

IBAMA - Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2008. **Estatística da pesca 2006 Brasil**: grandes regiões e unidades da federação. Brasília: IBAMA. 174p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2001 Censo demográfico de 2000. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.

IBGE. Censo demográfico do Brasil. Rio de Janeiro. 2000.

KALIKOSKI, D; NETO, J.D; THÉ, A.P.G; RUFFINO, M.L; FILHO, S.M. Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir. Brasília, IBAMA, 2009. 184p.

LEVAI, L.F.; SOUZA, V.M. Memórias de Sangue: A história da Caça a Baleia no Litoral Paraibano. **Revista Brasileira de Direito Animal**. v.5 p. 269-292, 2009.

LEITÃO, W.O Pescador mesmo. Um estudo sobre o pescador e as políticas públicas e desenvolvimento da pesca no Brasil. 1997. 176p. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal do Pará, Departamento de Antropologia. Belém.

LIMA, A.C.C.; CALLOU, A.B.F. Políticas Públicas e Assistência Técnica Para Pesca Artesanal em Pernambuco. **CONTEXTO e EDUCAÇÃO**. v.95, p.93-116, 2015.

MARTELETO, R.M.; SILVA, A.B.O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**. v. 33, p. 41-49, 2004.

MAIA, M.B.R. Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social. 2009, 106p. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

MENDONÇA, J. T.; PEREIRA, A. L. C. Avaliação do Seguro-Defeso Concedido aos Pescadores no Estado da Paraíba. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 15, Teresina. **Anais**. Teresina/PI. 2012. 15p. ISSN 2176-2368 - GT22-02.

MONTEIRO, S.P.F. S.; BEZERRA, M.M.; SOUZA, M.V. ; Bezerra, M.M. Caminhos da Integração: a experiência do Programa Chapéu de Palha-Saúde no enfrentamento às Doenças Negligenciadas (SANAR). In: IV Mostra Nacional de Experiências em Atenção Básica/Saúde da Família, 2014, Brasília. IV Mostra Nacional de Experiências em Atenção Básica/Saúde da Família, 2014.

MORAES, S.C. Colônias de pescadores e a luta pela cidadania. In. Congresso Brasileiro de Sociologia, 10., 2001. Fortaleza. **Anais**. Fortaleza/CE. p. 39-39. CD-ROM.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2011. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20MPA%202010.pdf> Acesso em: 30 jun. 2017.

MPA – MINISTÉRIO DE PESCA E AQUICULTURA. Mais Pesca e Aquicultura. Plano de Desenvolvimento Sustentável: Uma rede de ações para o fortalecimento do setor. 2012.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, Brasil 2010**. Brasília, Ministério da Pesca e Aquicultura. 2012. Disponível em: http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%C3%ADstico%20MPA%202010.pdf Acesso em: 5 mai. 2015

MPA – MINISTÉRIO DE PESCA E AQUICULTURA. Mais Pesca e Aquicultura. Plano de Desenvolvimento Sustentável: Uma rede de ações para o fortalecimento do setor. Disponível em: Acesso em 10 de março de 2019.

NASCIMENTO, M.J.S.; COELHO-FILHO, P.A.; DE CASTRO, N.A. Aspectos socioeconômicos da pesca artesanal em SUAPE, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco (Brasil). **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**. v.9, p.65-76, 2016.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: **Programa Gestão Pública e Cidadania (Polis)/EAESP/FGV**, 2001. 40p. Paraíba.

OAKERSON, R. J. A Model for the Analysis of Common Property Problems. In: Proceedings of the Conference on Common Property Resource Management. Washington, D.C., 1986. Disponível em: <http://books.google.com/>. Acesso em 15 dez. de 2016.

OSTRENSKY, A.; BORGHETTI, J. R.; SOTO, D. Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer. – Brasília, 2008. 276 p.

PANTOJA, M.N.V.M. As políticas de apoio ao setor pesqueiro. Curitiba: editora e livraria APPRIS LTDA., 2014. v. 1. 131p.

PEDROSA, B.M.; LIRA, L.; MAIA, A.L.S. Pescadores urbanos da zona costeira do estado de Pernambuco, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo**. V.39, p.93-106, 2013.

PENA, P.G.L., GOMEZ, C.M. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Revista ciências da saúde coletiva**. v. 19, p. 4689-4698, 2014.

POTIGUAR JÚNIOR, P.L.T. CAMINHOS E (DES) CAMINHOS DO ASSOCIATIVISMO ENTRE OS “POVOS DAS ÁGUAS”: A Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá, Pará. 2008. 168p. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal do Pará. Belém.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000 (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

RAINHA, F.A. A pesca artesanal brasileira: uma análise da produção pesqueira em diferentes escalas. In. Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7., 2014. Vitória. **Anais**. Vitória – ES. AGB-ES, 2014, p. CD-ROM.

RAMALHO, C.W.N. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional - da reserva naval à aquícola. **R U R I S**. v.8, p.31-62, 2014.

RIBEIRO, F.P.; CALLOU, A.B.F. Capital social de pescadores e a criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso – Pernambuco. **Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM**, v.22, p.24-42, 2015.

SANTOS, V.B.; SÁ, M.E.R.; CRUZ, S.H.R. Metrópole, Desenvolvimento Territorial e Capital Social Ribeirinho: perspectivas de desenvolvimento endógeno da Região Metropolitana de Belém (RMB) com base em recursos de capital social ribeirinho. **Anais**. 2010 – 2º. Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia. Belém:UFPA, 2010.

SILVA, T.E.; TAKAHASHI, L.T.; VERAS, F. A. V. 1990. As Várzeas Ameaçadas: Um Estudo Preliminar das Relações entre as Comunidades Humanas e os Recursos Naturais da Várzea da Marituba no Rio São Francisco. Programa de Pesquisas e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. Universidade de São Paulo.

SILVA, L.G.. Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo: **Cemar/USP**, 1993.

SILVA, L.G. Caiçaras e jangadeiros: —a nacionalização da pesca e a organização dos cultura marítima e modernização no Brasil. São seus serviços (1919-1923). Rio de Janeiro, Grá- Paulo, **Nupaub/USP**, 1993.

SILVA, F.C., SILVA, N.S.L., SILVA, M.S., LEITÃO, M.R.F. A. Educação para a inclusão: Programa Pescando Letras. Revista Fazendo Gênero 8 - Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder Corpo, Violência e Poder. v. 1. p. 1-7, 2008.

SILVA, L.P.; REIS, M.L.C.; PESSOA, J.R.L.; SILVA, S.I.; CAETANO, M.C. Pesca artesanal praticada na praia urbana de Boa Viagem em Recife–PE e ações de educação ambiental. In. Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. 6., 2013. Salvador. **Anais. Salvador/BA. IBEAS**, 2013. p. 1-7. CD-ROM.

SILVA, A.P. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. **Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura**, 2014.

SILVA, M.T.G. A POLÍTICA DE SEGURO DEFESO: intenções e avaliação de resultados; o caso de São José da Coroa Grande (PE). 2014. 69p. **Monografia (Graduação)**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SOUZA, F.B. ASSOCIATIVISMO RURAL: Uma análise da associação comunitária Barra da Espingarda em Caicó/RN. 2016. 73p. **Monografia (Graduação)**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó.

SOUSA e SILVA. J.; CALLOU, A. B. F. **A extensão pesqueira no projeto Prorenda Rural, PE**: o caso da colônia dos pescadores de Ponta de Pedras Z-3, Goiana, PE. Recife: UFRPE, 2001.

STADTLER, H. C. THESING, N.J. Por um mundo melhor: cooperação e desenvolvimento. Porto Alegre: **Buqui**, 2015.

TIMM, J. U. C. S. Diagnóstico do setor cooperativista pesqueiro. In: RIO COOPERATIVO 2000 – In. SEMINÁRIO NOVOS RUMOS PARA O COOPERATIVISMO PESQUEIRO, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000.

TIMM, J. U. C. S. Diagnóstico do setor cooperativista pesqueiro. In: ENCONTRO COOPERATIVO DOS POVOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2001, Maputo/Moçambique. **Súmula...** Maputo: [s.n.], 2001. 13 p.

VOS, B.; TATENHOVE, J.P.M.V. Trust relationships between fishers and government: new challenges for the co-management arrangements in the Dutch flatfish industry. **Marine Policy**, v. 35, p.218-225, 2011.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**. 1998, v. 27, p. 151-208.

4- Artigos científicos

4. 1 - Artigo científico I: AVALIAÇÃO INTERATIVA DOS PESCADORES ARTESANAIS NA COLÔNIA Z9 EM SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE (PERNAMBUCO, BRASIL)

Artigo científico a ser encaminhado a Revista [**Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo**].

Todas as normas de redação e citação, deste capítulo, atendem as estabelecidas pela referida revista (em anexo).

Avaliação interativa dos pescadores artesanais na colônia Z9 em São José da Coroa Grande (Pernambuco, Brasil)

RESUMO: O presente estudo identifica acontecimentos de influência positiva ou negativa nas atividades dos pescadores da colônia Z9 em São José da Coroa Grande. Um questionário foi aplicado junto aos pescadores. Foram entrevistados também presidentes (atual e anterior), questionados em relação a aspectos estruturais da colônia, sua importância para os pescadores, aspectos sociais e do associativismo, e pesquisadores que trabalham com o tema, questionados em relação a história da pesca artesanal, importâncias da atividade, associativismo, políticas públicas e capital social. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Ao todo foram 30 entrevistas, 25 pescadores (23 pescadores e 2 presidentes) e 5 pesquisadores. Os resultados mostraram que fatores como gênero influenciam na participação dos pescadores nas atividades da Colônia, pois os homens demandam muito tempo a pesca e as mulheres em sua maioria desempenham atividades que consomem menos tempo. O baixo nível de escolaridade apresentado pode ter interferência negativa na participação, pois em muitos casos o baixo grau de instrução leva ao desinteresse por questões sociais. Questões ambientais exercem papel importante não só na participação dos pescadores, mas também na pesca em si. Entretanto, o fato da área de atuação da pesca fazer parte a APA-Costa dos Corais não foi sequer citada pelos entrevistados, causando estranheza, pois o plano de manejo da APA limita algumas ações da atividade. Tais obstáculos também foram citados pelos pesquisadores entrevistados. O trabalho desenvolvido pela Colônia e os benefícios trazidos tem aprovação dos pescadores e isso aumenta o interesse nas atividades ligadas a ela. Os pesquisadores destacaram a importância das colônias para os pescadores, apesar das dificuldades enfrentadas.

Palavras chave: pesca artesanal, aspectos sociais, associativismo, questões ambientais

ABSTRACT: The present study identifies events of positive or negative influence on the activities of the fishermen of the Z9 colony in São José da Coroa Grande. A questionnaire was applied to the fishermen. Presidents (current and former) were interviewed, questioned on the structural aspects of the colony, its importance for fishermen, social and associative aspects, and researchers working on the theme, questioned in relation to the history of artisanal fishing, importance of activity, associativism, public policies and social capital. The interviews were recorded and transcribed. Altogether there were 30 interviews, 25 fishermen (23 fishermen and 2 presidents) and 5 researchers. The results showed that factors such as gender influence the participation of fishermen in the activities of the Colony, since men require a lot of time fishing and women mostly play activities that consume less time. The low level of schooling presented may have negative interference in participation, because in many cases the low level of education leads to disinterest in social issues. Environmental issues play an important role not only in the participation of fishermen, but also in the fishery itself. However, the fact that the area of activity of the fishery is part of the APA-Costa dos Corais was not even mentioned by the interviewees, causing strange, since the management plan of the APA limits some actions of the activity. Such obstacles were also cited by the researchers interviewed. The work developed by the Colony and the benefits brought in has approval from the fishermen and

this increases the interest in the activities related to it. The researchers highlighted the importance of colonies for fishermen, despite the difficulties they face.

Keywords: artisanal fishing, social aspects, associativism, environmental issues

INTRODUÇÃO

As comunidades pesqueiras que atualmente habitam áreas litorâneas dos países em desenvolvimento de acordo com Silva et al (2013) vêm enfrentando rápidas mudanças no seu modo de vida e de subsistência, devido às pressões decorrentes da degradação ambiental, da expansão urbana, da destruição dos espaços costeiros e do turismo desordenado, provocando o declínio das atividades tradicionais.

Quando se trata da pesca artesanal, a principal forma de organização desses povos tradicionais são as colônias. Segundo Silva, et al. (2012) estas são entidades não governamentais comprometidas com a sociedade civil e movimentos de transformação social, estão orientadas para objetivos externos aos indivíduos que a compõem, partindo da ideia de autonomia, igualdade e coletividade, com grupos de populações ribeirinhas e tradicionais.

Alcântara e Siqueira (2007) destacam que uma das principais características do associativismo pesqueiro através das colônias de pescadores, quando comparadas a outros movimentos sindicais de maior sucesso diz respeito aos muitos tipos de atuações dos associados. Os movimentos sindicais na maioria dos casos lidam com trabalhadores que atuam em apenas um seguimento, já quando se trata de associação de pescadores os ramos de atuação variam muito, unindo desde a pesca em si, até a mariscagem praticada geralmente por mulheres.

Para Diegues (1983) outra diferença observada entre a pesca e outros setores produtivos está no fato de encontrar nos próprios recursos de que se apropria algumas características muito especiais que atuam de forma contrária à racionalidade que hoje a preside. Assim, cabe destacar que os recursos pesqueiros não surgem como produto do trabalho humano, pois, ao contrário da produção industrial, a reprodução dos objetos de trabalho – o pescado - se realiza segundo leis de reprodução biológica dos cardumes, as quais escapam ao controle do homem.

A gestão dessas colônias de acordo com o exposto por Freitas et al (2015) se caracteriza por ter o pescador como pessoa física, objeto das relações contratuais e simultaneamente responsável pela prestação dos produtos, foco da entidade. Assim, o

pescador participa das decisões estratégicas da colônia, mediante assembléias e se autocontrata para o processo produtivo posterior, inclusive determinando tabelas de preço para vendas do pescado e/ou para aquisição de insumos necessários em todo esse processo.

Nesse sentido Silva (2004) afirmam que para se entender a gestão associativa de forma simplificada, pode-se dizer que participar não significa autogerir, mas simplesmente participar de uma atividade que já existe, que tem sua própria estrutura e finalidade, limitando-se a participar, a dar sua contribuição.

Nas colônias, essa gestão se vê rodeada por fatores que podem interferir diretamente na participação dos seus associados nas atividades que ela propõe. Um deles é sem dúvidas a dependência da pesca em relação ao meio ambiente e suas constantes variações, sejam elas naturais ou causadas pelo próprio ser humano. Nas últimas décadas houve por parte do governo brasileiro, através dos órgãos de fomento da pesca, incentivo muito forte ao aumento das capturas, como afirmam Bezerra e Munhoz 2000. A partir daí foram identificados na costa brasileira impactos nos estoques pesqueiros advindos da sobreexploração dos recursos. Tais impactos se refletem diretamente na pesca artesanal e conseqüentemente na gestão das colônias.

Essa vulnerabilidade fica clara a medida que a competição pela captura das espécies, a qual é preciso salientar, está diminuindo a cada ano fazendo com que as relações sociais se alterem e o contato com a natureza não se traduza numa vocação imediata para a defesa da sustentabilidade da atividade e do meio. A necessidade de alimento imediato para sua família parece ser um obstáculo às propostas que visam diminuir o esforço de pesca e usar petrechos mais adequados à preservação. Uma situação está intrinsecamente ligada à outra, pois quando se tem pouco recurso pesqueiro é preciso usar redes com malhas mais finas e capturar espécies menores para obter resultados similares aos de uma situação anterior.

Segundo Pereira (2008) a mudança na atividade pesqueira vem causando conseqüentemente maiores danos ao ambiente, agravando assim a situação do estoque e comprometendo safras futuras. Com isso agrava a situação de pobreza das comunidades de pescadores e os coloca numa situação de vulnerabilidade social tornando-se um desafio ainda maior do ponto de vista da educação ambiental. Nessas condições, abre-se ainda mais o leque para as tentativas de diálogo permanente entre os responsáveis pela manutenção do “recurso” (governos, pesquisadores e outros) e os pescadores.

Após os erros do passado, o governo brasileiro agora quer reduzir as capturas e impulsionar uma pesca mais sustentável. Para isso tentam convencer os pescadores de que precisam diminuir o esforço de pesca para que haja uma renovação e reprodução adequada. Nesse sentido, foram geradas políticas públicas voltadas para a pesca tais como a Instrução Normativa 03/2004 conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca com o intuito de estabelecer o período de defeso das espécies mais capturadas, e num arranjo com outros ministérios possibilitar o seguro defeso aos pescadores durante esses meses.

Mesmo com toda a importância da pesca no município de São José da Coroa Grande, no meio científico não existe praticamente nenhuma produção que trate diretamente da pesca na cidade. Existem alguns poucos estudos que ao tratar da pesca no litoral Pernambucano citam o que é praticado no município. Estudos de etnografia que tratam da pesca e dos pescadores do município foram desenvolvidos por Ramalho (2012) e Ramalho (2016). Além disso, a cidade faz parte da Área de Proteção ambiental Costa dos Corais (APA Costa dos Corais), sendo assim atividades que lidem diretamente com o meio ambiente, como é o caso da pesca, precisam seguir normas e padrões previamente definidos pelo comitê de gestão.

Diante de toda essa conjuntura de fatores sociais e ambientais que agem diretamente na vida e na profissão dos pescadores, o presente estudo tem como objetivo identificar quais acontecimentos tem influenciado de forma positiva ou negativa em sua participação nas atividades da colônia Z9 em São José da Coroa Grande.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), o município de São José da Coroa Grande localiza-se na extremidade meridional do litoral pernambucano. A sede do município tem uma altitude aproximada de 2 metros, coordenadas geográficas de -35 Graus 08 min. 52 Seg. de longitude Oeste e -08 Graus 53 min. 52 Seg. de latitude Sul, distando 121,3 km da capital (Recife), cujo acesso é feito pela BR-101 e PE - 060. Ainda segundo o IBGE (2014), a cidade ocupa uma faixa territorial de 69,338 km², sendo o menor município do litoral sul de Pernambuco, com a segunda maior densidade demográfica dessa região com 243,26

habitantes/km² (Figura 1). Com uma população aproximada de 18.172 habitantes residentes em sua maioria na área urbana da cidade.

Segundo Ferreira e Maidá (2007) São José da Coroa Grande juntamente com mais 12 municípios do litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas, faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, sendo também membro do comitê de gestão desta Unidade de Conservação (UC) desde sua fundação no ano de 1997.

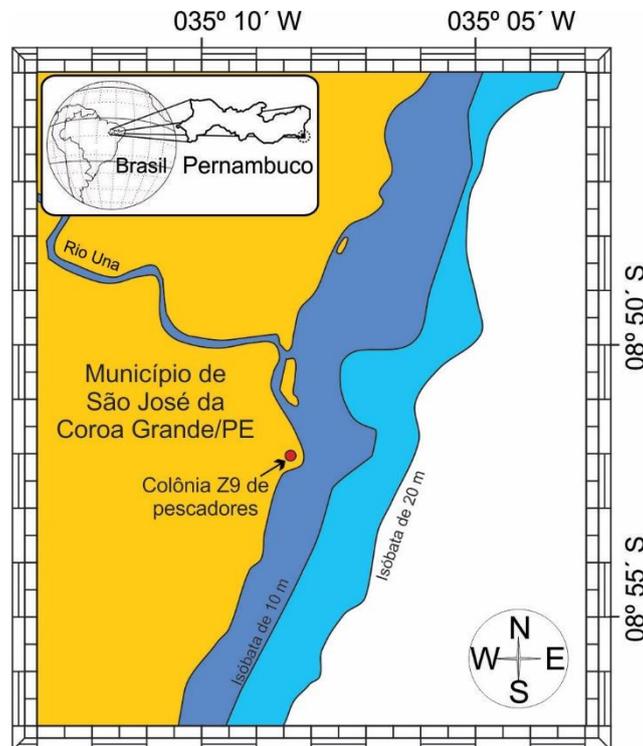


Figura 1: Mapa de localização da colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco. Fonte: Própria

Dados de Carmona (2004) demonstram que São José da Coroa Grande possui uma orla que se estende por uma área de 10 km. Economicamente guarda traços marcantes da cultura canavieira, sofrendo influências de sua proximidade com o estado de Alagoas. Atualmente, o município desponta como maior produtor pesqueiro do estado e apresenta também riquezas naturais tais como a Área de Proteção Ambiental - APA Costa dos Corais e um complexo estuarino.

Ainda de acordo com Gomes (2003) a pesca é a terceira atividade mais importante de São José da Coroa Grande, sendo responsável pelo sustento das comunidades litorâneas de Várzea do Una e Abreu do Uma, e de grande parte da população residente na sede municipal. O setor pesqueiro tem sido de grande importância na geração de emprego no município, sendo considerado o maior produtor de pescado do estado.

De acordo com Silva (2014) a colônia de pescadores Z9 localizada no centro da cidade de São José da Coroa Grande, possui 1005 pescadores cadastrados, desse total, naquele momento 450 estavam cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Importante destacar que essas foram informações colhidas pelo autor junto a administração da colônia nesse período.



Figura 2: Colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco. Fonte: Google Maps

Instrumento de pesquisa

A pesquisa se deu a partir da aplicação de questionários semiestruturados com os pescadores membros da colônia Z9 entre junho e dezembro do ano de 2016. Esse questionário foi composto por questões que englobaram aspectos da atividade praticada, aspectos sociais e questões relacionadas ao associativismo. As questões foram abertas e fechadas, visando com isso uma análise quali-quantitativa das respostas dadas.

Além dos pescadores membros da colônia foram entrevistados no mesmo período presidentes da colônia, tanto o atual, quanto anterior. O questionário foi composto primordialmente por questões abertas que englobavam aspectos estruturais da colônia, sua importância para os pescadores, aspectos sociais e do associativismo.

A técnica empregada na escolha dos entrevistados é conhecida como Bola de Neve, descrita inicialmente por Coleman (1958) e Goodman (1961). Nela, o entrevistado indica ao final da entrevista outro indivíduo para responder a mesma entrevista, nesse caso em particular um pescador indica outro.

Já entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018 foram entrevistados pesquisadores que desenvolveram ao longo de sua vida profissional trabalhos relevantes com a pesca artesanal e principalmente com os pescadores. Por terem destacada

importância como pesquisadores seja na área acadêmica ou na pesquisa em si e também por permanecerem ativos em suas funções, serão utilizados aqui como referências vivas para enriquecimento e construção do estudo.

No momento da entrevista o pesquisador responsável dispunha de um questionário físico onde foram expostas além das respostas dos entrevistados observações adicionais colocadas pelo entrevistado ou pelo próprio entrevistador.

As entrevistas tiveram áudio gravado com o objetivo de colher toda a fala do entrevistado e assim possibilitar uma análise abrangente. Para isso foi utilizado um gravador de áudio da marca Sony, modelo Px 240, com capacidade de armazenamento de 4gb.

Complementando o levantamento de dados foram colhidas informações do município em estudos disponíveis em bibliografia e junto a autoridades competentes, além de observações dos entrevistadores no local, visando comparar tais informações com todo material já disponível a partir das entrevistas realizadas com pescadores, administradores e pesquisadores.

Ao entrevistar esses pescadores objetivou-se ouvir uma classe que tem muito a contribuir, mas que ao longo da sua história foi praticamente esquecida. Atualmente existem estudos que mostram o grau de conhecimento, a imensa contribuição que podem trazer sobre aspectos ambientais e sua vivência na atividade pesqueira. Pessoas que passaram a vida dedicada a uma atividade diretamente ligada ao meio ambiente, bem como a dinâmica de diversas espécies aquáticas, não podem ser deixadas de lado. Seu conhecimento passado de geração em geração precisa ser levado em consideração pela comunidade acadêmica, pelos pesquisadores, pelo meio científico e principalmente pelo governo. São pessoas humildes, que muitas vezes sequer sabem ler e escrever, de vida simples, mas que tem prazer em receber e compartilhar seus conhecimentos. Nesse contexto incluímos presidentes de colônia, apesar de um grau de instrução às vezes maior, são também pessoas simples e que tem muito a contribuir.

De acordo com Seidman (1991), o principal motivo de se realizar uma entrevista é o interesse nas histórias das pessoas. O propósito da entrevista detalhada não seria, portanto, o de fornecer respostas a perguntas específicas, nem mesmo o de testar hipóteses ou avaliar algo específico, mas buscar tentativas de compreender a experiência de outras pessoas e os significados que elas atribuem para essas experiências. Na maioria dos casos, como alerta o autor, seria possível alcançar os resultados desta observação sobre o outro,

embora dificilmente seja possível ter acesso à compreensão subjetiva desse indivíduo. É preciso reconhecer os limites dessa compreensão.

Ainda segundo o mesmo autor, o caminho mais próximo dessa compreensão subjetiva seria a capacidade de colocar o comportamento dentro do contexto. Dessa forma, a entrevista possibilitaria acesso ao contexto do comportamento das pessoas e promoveria um caminho para o pesquisador compreender os significados desse comportamento. A hipótese básica da pesquisa a partir da entrevista é a de que os significados que as pessoas atribuem a suas experiências afetariam o modo como elas as executam.

A entrevista, como afirma Lüdke e André (1994), “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas”.

Para embasar esse estudo foram realizadas 30 entrevistas, sendo 23 pescadores membros da colônia, 2 presidentes (a presidente atual e um ex-presidente) e 5 pesquisadores.

Os 5 pesquisadores foram: o Dr. Ângelo Brás Callou, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; os pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ: Dra. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa, e o Dr. Tarcísio dos Santos Quinamo; o Dr. Antônio Carlos Sant’Ana Diegues, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; e o Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Estes pesquisadores foram escolhidos por sua contribuição no meio científico com o tema desse estudo. São muitos anos de experiência de cada um, artigos publicados em periódicos, livros, entre outros.

Análise dos dados

Por motivos éticos não serão citados nominalmente os pescadores entrevistados e suas respostas juntamente com as dos pesquisadores que também não serão identificadas. Assumiu-se a partir desse momento a seguinte nomenclatura para identificar as respostas:

- Pescador 1, Pescador 2, Pescador 3... Pescador 25
- Presidente 1 e Presidente 2
- Pesquisador 1, Pesquisador 2... Pesquisador 5

Após as entrevistas com os três grupos, o áudio foi transcrito, através da ferramenta oTranscribe (<http://otranscribe.com/>) Que possibilitou uma melhor sincronização do áudio com o texto digitado.

Em seguida essas entrevistas foram agrupadas em três conjuntos (Pescadores, administradores e pesquisadores). Assim foi possível analisar individualmente as respostas de cada grupo e compara-las dentro do grupo e com os demais.

As informações referentes ao município colhidas junto a prefeitura e em bibliografia disponível fizeram parte de todo o material utilizado nesse estudo, junto as opiniões e visões expostas pelos sujeitos da pesquisa.

Os dados quantitativos obtidos foram dispostos em planilhas de dados para confecção de gráficos e tabelas, onde foram especificados as frequências e os percentuais para as respostas dadas, quando possível. Com isso buscou-se demonstrar as diferenças entre respostas de um grupo e em relação aos demais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente é preciso determinar um número mais aproximado de pescadores filiados a colônia. Isso se justifica, pois, dados do IBGE (2000) indicam que a ela possuía nesse período 503 pescadores cadastrados. Já Silva (2014) com informações obtidas junto a administração da colônia naquele momento, cita o número de 1005 pescadores cadastrados. Não existem, porém, dados atualizados referentes a esse número. Nesse estudon o Presidente atual da colônia destaca que esse número no momento das entrevistas girava em torno de 1000 pescadores.

“Tem um número... tem 1000 associados aqui, entre homens e mulheres”. (PRESIDENTE 2., 2016).

Em relação a participação dos pescadores nas atividades da colônia, algo que deve ser considerado é a disparidade no número de homens e mulheres membros. Principalmente os homens exercem sua atividade por dias e até semanas no mar, dificultando sua participação nas reuniões e demais atividades da colônia. Como ilustra a Figura 3.

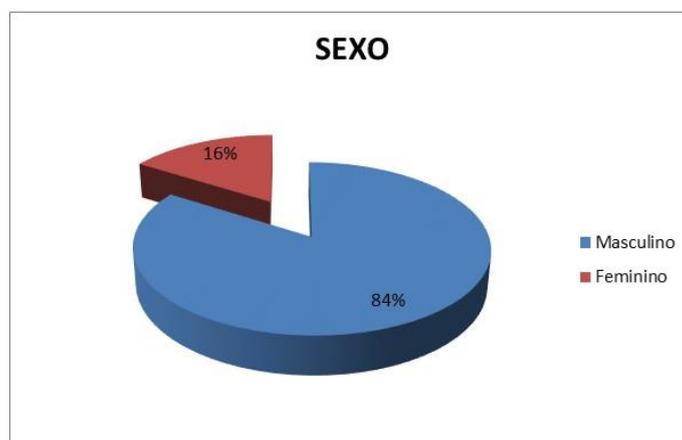


Figura 3: Diferença entre o número de pescadores do sexo masculino e feminino da Colônia de Pescadores Z9, São José da Coroa Grande.

As mulheres durante muito tempo tiveram sua participação na pesca quase invisível, autores como Knox e Firme (2016), Martins e Alvim (2016), destacam essa questão e a desvalorização do trabalho dessas mulheres na atividade. Contudo, a mulher é hoje parte importante do sustento de famílias e principalmente tem papel fundamental na participação social devido a seu tipo de atuação na pesca.

A forma como as pessoas organizam e distribuem seu tempo afeta o bem-estar econômico, social e tem impactos sobre sua família e a comunidade onde vivem. Na pesca as mulheres normalmente dedicam-se a atividades que não demandam muito tempo, devido a outras atribuições, como cuidar da casa e família. Desse modo o trabalho da mulher é considerado apenas uma extensão de suas atividades domésticas, como afirmam Martins e Alvim (2016). Com isso, é possível afirmar que as mulheres por estarem em terra tem maior possibilidade de participar da vida social da colônia. Os homens, normalmente despendem mais tempo a atividade, como relata o Pescador 10, sobre o tempo que ele e os colegas da localidade passam pescando.

“E tem gente que na pesca... na lagosta passa 15, 20... é muito tempo é. La fora, no alto mar é...” (PESCADOR 10, 2016).

Um fator importante, mas pouco discutido quando se pensa nessa participação dos pescadores é o grau de instrução. Quando questionados em relação a isso, observou-se que entre os entrevistados não existe analfabetismo. Porém a grande maioria não concluiu sequer o Ensino Fundamental (Figura 4).

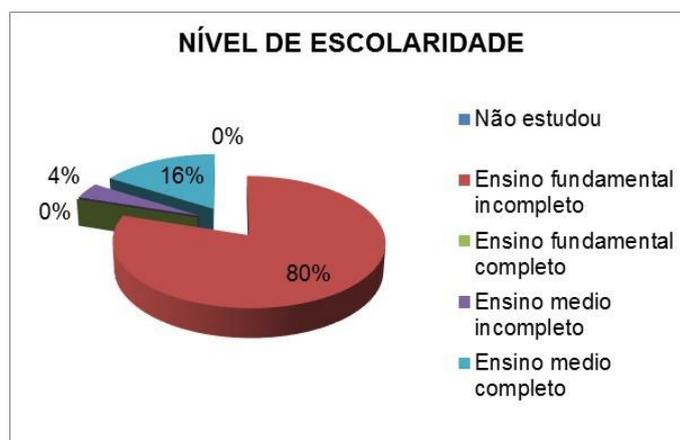


Figura 4: Nível de escolaridade dos pescadores entrevistados na colônia Z9 de São José da Coroa Grand

É importante ressaltar que esses 80% de pescadores que declararam não ter concluído nem mesmo o ensino fundamental em sua maioria estudaram até as séries iniciais como relata o Pescador 14, quando descreve seu baixo grau de instrução, ressaltando que abandonou a escola para trabalhar na pesca. Essa, é uma 'problemática que não ocorre apenas entre os pescadores comuns, o Presidente 1 relatou que havia estudado somente até a quarta série do ensino fundamental.

Essa questão precisa ser discutida devido a importância do grau de instrução na vida social do pescador. A maioria das pessoas com maior nível de escolaridade tem mais clara a necessidade de participar de movimentos sociais, da importância desse fato para sua vida e profissão, e dos benefícios que sua participação pode trazer.

Tratando das políticas públicas voltadas a pesca artesanal o Pesquisador 4 destaca as dificuldades que esta encontra no acesso ao ensino, devido as ações governamentais despreocupadas com essa questão, em alguns casos até fechando escolas em áreas de pesca. Para ele existe a necessidade de implantação de escolas adaptadas, respeitando os ciclos da pesca. Isso devido a necessidade precoce que o indivíduo tem de trabalhar, o que dificulta ainda mais o ingresso e permanência na escola.

Essa preocupação se deve ao fato do sistema de ensino nas comunidades de pescadores encontrar-se afastado da realidade da pesca. Como o citado pesquisador, Pereira (2012) também reflete essa preocupação citando o calendário escolar que se mantém inalterado com as aulas começando geralmente em março, mesmo sabendo-se que é um período alta produção pesqueira, onde a maioria dos filhos de pescadores estão acompanhando os pais na atividade.

Também tratando do mesmo tema, o Pesquisador 2 destaca a disparidade do ensino oferecido aos estudantes em grandes metrópoles quando comparado ao que é disponibilizado a alunos de áreas litorâneas onde os pescadores se concentram.

“Que também não é fácil, não é fácil porque isso é digerir uma outra política pública libada que é a educação. Uma educação que também, não é educação homogênea. A mesma educação que vai dá pra uma escola no centro da cidade do recife, dá pra uma escola que tá lá no interior do município de Goiana na beira do rio. Então isso aí é outra política pública de base que... que... as pessoas precisam ter educação pra poder tá discutindo políticas públicas, tá participando. Acho que essas questões básicas que ... que... que faltam... precisam a sociedade tá discutindo” (PESQUISADOR 2, 2018).

As questões ambientais exercem papel importante não só na participação dos pescadores nas atividades das colônias, mas também na pesca em si. A diminuição das capturas, extinção de espécies, poluição e ações governamentais que limitam sua atuação (implantação de indústrias, construção de portos, dragagem de praia e outros) e desestimulam sua participação na atividade ao ponto que reduz sua lucratividade.

Essa vulnerabilidade as variações ambientais, bem como os fatores econômicos ficam claros no discurso de Lima et al (2012) a justificar essa afirmação citando os impactos causados por tais fatores, pois a dependência econômica dos pescadores é considerável, principalmente daqueles que atuam de modo exclusivo na pesca.

A pesca artesanal proporciona ao pescador amplo conhecimento do ambiente, dos recursos, além do uso sustentável da área em que atua. É possível considerar o pescador como a pessoa ideal para indicar os caminhos para o uso sustentável do ambiente aquático, sem que perca sua capacidade de gerar alimento e renda, conforme afirma Lima (2015). Pouco explorado cientificamente o conhecimento adquirido pelos pescadores ao longo das gerações é importante para compor um conjunto de informações capaz de nortear políticas e ações de conservação e produtividade das áreas de pesca

Esse conhecimento e o impacto que os problemas ambientais podem causar a pesca ficam claros quando pescadores nesse estudo citam problemas nas áreas de sua atuação. Um exemplo colocado pelo Pescador 19 são mudanças na pesca a partir da implantação do Porto de Suape.

“Hoje a gente pesca pouco... muito pouco... eu mesmo pescava muito nesse mar, ganhei muito dinheiro. Mas depois Suape diminuiu muito, tudo diminuiu... tem peixe aí que a gente nem vê mais... Desanima a gente, da vontade de parar. Mas fazer o que... só sei pescar mermo” (PESCADOR 19, 2016).

Trata-se de uma preocupação crescente em locais onde se implantou esse tipo de empreendimento em áreas de atuação da pesca ou próximo a elas. No norte fluminense um trabalho desenvolvido por Zappes et al (2016) onde o descontentamento é tamanho que os pescadores demonstraram interesse em buscar outras alternativas de trabalho em virtude implantação desses empreendimentos. Algo que leva a uma preocupação também entre os pesquisadores entrevistados aqui. O pesquisador 4 destaca o impacto causado pela implantação desses portos para a pesca.

“Então, essas mudanças é... elas se aquecem por exemplo as mudanças ocorridas, que estão ocorrendo pela implantação de portos né? ... aí você tem Suape, se você pegar o sul do Espírito Santo tem 4 ou 5 enormes portos né? um depois do outro e que não só... não só elimina área de pesca mas é... de um lado pode até é... empregar um certo número de pescadores durante a construção do porto, depois eles né?... com os portos da... de exportação de minério. Eles são incorporados mal e depois eles são jogados fora, como acontece lá no Maranhão alguns meses, depois não tem mais nada pra eles né? eles perderam as áreas de pesca” (PESQUISADOR 4, 2016).

Os impactos gerados das atividades portuárias modificam assim toda a dinâmica marinha na área do empreendimento e acabam afetando a atividade de pesca nestas regiões, afetando diretamente a pesca artesanal que depende desses recursos como citado por Castro e Almeida (2012), Ribeiro e Castro (2016) e Zappes et al (2016). Tratando dessa questão, o Pesquisador 2., deixa evidente a grave situação vivida pelos pescadores diante da expansão industrial em áreas de pesca.

“Mas é uma região que sofreu, vem sofrendo um processo de transformação econômica muito forte com a industrialização, com esses grandes projetos de infraestrutura e de indústria automotiva, cimento, Hemobrás e várias outras... vem sofrendo muito sem levar muito em conta essa realidade que ta ali, sem levar muito em conta que ali existe

uma economia pesqueira muito forte que mais do que gerar renda, gera alimentos pra população local e isso fica um pouco de fora do planejamento governamental. Isso se repete no Porto de Suape, isso se repete em Belo Monte, isso se repete em vários outros grandes projetos governamentais que não consideram essa realidade, governamentais e privados, essa é a realidade da pesca artesanal” (PESQUISADOR 2, 2018).

Um questionamento colocado nas entrevistas foi relacionado ao conhecimento de algum órgão ambiental que tenha atuado no local. A maioria das respostas foram negativas (Figura 5). Até os que responderam sim, não souberam dizer com precisão qual órgão teria atuado ou qual seria a ação. Isso é preocupante, se a maioria desconhece essas ações, pode indicar que ela não ocorreu, eles não tomaram conhecimento ou participaram. Essas pessoas têm muito a contribuir na tomada de decisões que visem a preservação e implantação de um manejo adequado. Chama ainda mais atenção essa informação pelo fato da área de pesca onde esses pescadores atuam está inserida no território de abrangência da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APA Costa dos Corais). Importante destacar que o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) são os órgãos responsáveis pela APA e assim atuam em sua área de abrangência. Existem informações que mostram que o seguimento dos pescadores participa das reuniões do comitê de gestão dessa APA. Assim, causa estranheza nesse estudo nenhum dos pescadores e nem mesmo os administradores terem citado esse fato.



Figura 5: Percentual dos pescadores artesanais da colônia Z9 que desconhecem ou ações de órgãos ambientais no local

Como destacam Ramirez et al (2012) os pescadores artesanais possuem mais do que conhecimento acerca da localização dos cardumes e melhor época para pescar,

expõem um amplo conhecimento acerca da ecologia das espécies e seu comportamento, bem como de toda a dinâmica do ambiente. Assim, causa estranheza o fato dos entrevistados nesse estudo pouco conhecerem sobre as ações ambientais desenvolvidas no local em que atuam, visto que poderiam auxiliar e muito nesse manejo.

Os pescadores entrevistados afirmaram estar em dia com as mensalidades da colônia. Além disso, todos se disseram satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela administração atual. Os motivos citados para tal foram variados e podem justificar a manutenção desses pescadores filiados.

“Porque ajuda quando a gente precisa... a gente não pode dizer que é ruim né?...” (PESCADOR 1, 2016).

“Ela ta trabalhando bem aí visse, eu acho que ela traz recursos também, ela sabe. Pra mim, tem o que falar não sabe... é” (PESCADOR 10, 2016).

“Tem feito coisa aí que as anterior não fez”(PESCADOR 15, 20

Foi questionado aos presidentes de que forma eles avaliavam seu mandato, as respostas foram distintas devido ao momento que cada um esteve no cargo. No período atual com questões econômicas e governamentais favoráveis, o Presidente 2 se mostrou satisfeito com seu mandato e benefícios que conseguiu, como a organização da colônia. Soma-se a isso o pagamento de dívidas junto a receita federal e a previdência social. Já o presidente 1 julgou seu período mais complicado pela situação em que o país se encontrava. Este por sua vez cita a aquisição de barcos em uma época em que não havia programas governamentais com esse fim.

É cabível relacionar boa administração e benefícios para a categoria, crescimento e conseqüentemente engajamento e participação dos pescadores na colônia. Não é citada a questão ambiental como relevante nos mandatos dos presidentes e nos benefícios destacados pelos pescadores. Os pesquisadores julgam que as colônias não atingiram a representatividade merecida pela categoria, mas as consideram benéficas e adequadas.

“Eu acho que essas comunidades tem crescido muito em relação a isso, neh... você vê novas lideranças completamente diferentes disso que eu tô falando , mas ainda recente num é. A gente ainda precisa de umas duas gerações ai pra não conhecer mais uma pessoa que se relacionou

com alguém da marinha numa colônia de pescadores”
(PESQUISADOR 3, 2018).

Concordando com essa afirmação, Resende (2014) e Costa e Lopes (2016) ressaltam as colônias com destacada importância para assegurar o domínio do território brasileiro no início do século XX. Desse modo, são acima de tudo instrumento constitucional que contribui de certa forma para o andamento da economia nacional. Permanecem entidades importantes para a pesca, mesmo com os problemas que exhibe desde a sua fundação.

Todos os pescadores afirmaram comparecer às reuniões da colônia. Porém, devido a sua atividade que demanda dias e até semanas em alguns casos, fica claro uma participação não tão assídua. O Presidente 2 destaca maior participação das mulheres por serem mais numerosas e também pelo tempo que os homens passam em alto mar.

“Vêm antes eles não participavam não assim... mais as mulheres, que sempre as mulheres como são a maioria... e as mulhere elas participam mais da ... da... das reunião. Mas sempre quando tem uma necessidade a gente chama os pescadores, mas muitos participa e também eles pesca muito em auto mar também. Eles passa 8, 10 dias no mar.”
(PRESIDENTE 2, 2016).

Em relação a não participação dos pescadores nas reuniões da colônia a maioria dos pesquisadores não teve resposta concreta para esse fato. Trata-se de uma questão crucial quando se pensa no desenvolvimento da própria atividade pesqueira, uma vez que de acordo com Freitas et al (2015) sendo parte ativa da colônia o pescador participa das decisões estratégicas, mediante assembleias e se autocontrata para o processo produtivo posterior, inclusive determinando tabelas de preço para vendas do pescado e/ou aquisição de insumos. O Pesquisador 2 coloca a questão econômica como sendo algo preponderante para essa não participação.

“Olha, uma coisa que eu observei e observo com pescadores que a gente já trabalhou em muitas oficinas... E uma questão que muitos deles levantavam... quando a gente fazia uma oficina ou convidava pra participar de uma oficina, eles falavam, olha, a gente vai pra essa oficina, essa oficina faz parte do seu trabalho, é o teu emprego, se eu for pra essa oficina eu vou ta saindo do

meu emprego ... do meu trabalho... eu vou ta deixando... eu vou ta deixando... Então existe essa questão econômica imediata que as vezes com populações muito pobres é difícil de você trabalhar esse nível de organização que ela precisa se afastar do local de trabalho, que ela precisa deixar de produzir, pra 'tá' dentro de uma discussão” (PESQUISADOR 2, 2018).

Quanto aos motivos que os fazem participar das reuniões a maioria dos pescadores relatou a necessidade de se manterem informados em relação a projetos, benefícios e novidades que a colônia passa nesses encontros.

Motivados por benefícios, como projetos que ela possa intermediar, facilidade pra obtenção de crédito junto a instituições financeiras, facilidade no acesso a insumos pra sua atividade principalmente o auxílio junto a previdência na hora da aposentadoria. Esses são os motivos citados pelos pescadores para terem se tornado membros da colônia e se manterem associados a ela. O pesquisador 2 destaca esse aspecto clientelista que o pescador ainda exhibe até os dias de hoje. Isso se deve a história da categoria, da fundação das colônias e principalmente da maneira como o governo gerenciou tudo isso.

“É...aquele mesmo comportamento de esperar que as coisas cheguem por que eles sempre tiveram esse tratamento né?... esse tratamento clientelista aí desde a formação das colônias com a marinha, eu credito a isso. Né?... e toda essa dificuldade que a gente tem hoje”. (PESQUISADOR 2, 2018).

De acordo com Ramalho (2015) O trabalho da pesca e a manutenção de sua tradição corporativa guardam a liberdade do pescador e, com isso, a possibilidade dele dispor do tempo livre, de contar com sua energia vital (física e mental) e no momento em que julgar necessário tê-las a sua disposição, para ir ao mar ou ficar na praia ou em casa com os amigos e parentes. Situação recorrente nas sociedades pesqueiras, que produz uma moral produtiva e do tempo livre integrada e de conduta de vida que não se coaduna ao ethos do capitalismo. Aindao mesmo autor descreve que a cultura do trabalho pesqueiro tem em si a qualidade de lugar, para os homens que vivem da pesca artesanal onde a vida enraíza-se no trabalho assim como o trabalho funda-se numa vida repleta de sociabilidade cheia da desnecessidade de trabalhar e da necessidade autônoma de se trabalhar.

CONCLUSÕES

A influência da história da pesca ainda se espelha na realidade dos pescadores. Atualmente existe uma dinâmica social que trouxe modificações nesses grupos. Há uma questão central, os pescadores tradicionais ainda perpetuam seus conhecimentos aos descendentes, porém o crescimento econômico contribuiu para a nova geração em conhecimentos modernos, mas a cultura da pesca ainda permanece presa aos métodos antepassados no que diz respeito ao desenvolvimento social.

A região estudada, apesar de pequena, reúne características de importância histórica, ambiental e cultural, além de contribuir para produção de pescado no estado de Pernambuco como a região que detém os maiores registros pesqueiros é também uma região impactada por ações antrópicas como a urbanização e o turismo.

Fica evidente que a participação assídua dos pescadores nas atividades da colônia está intimamente ligada ao ambiente. Pois fatores como a hora da maré, período de migração, estações do ano, disponibilidade do pescado, entre outros, ocasionarão ausência dos pescadores na colônia. Além disso, essas questões podem fazer com que o pescador abandone não só a colônia, mas a atividade como um todo.

Fica claro também que tal participação depende de outros fatores, como a maior disponibilidade de tempo das mulheres em terra. O grau de instrução se mostra também importante, pois as pessoas com grau de instrução mais elevado demonstram maior consciência da necessidade de exercer um papel social.

A colônia é para o pescador um local onde ele precisa ter benefícios para ali permanecer. Se esses benefícios não estão disponíveis, ele não vai continuar preso a ela. Esse fato tem ligação clara com a forma como eles sempre foram tratados pelos órgãos que gerenciaram essas colônias ao longo da história.

Houve consenso entre os pesquisadores entrevistados e as respostas dadas pelos pescadores e presidentes da colônia. Para eles a participação ou não dos pescadores nas atividades da colônia está diretamente ligada aos benefícios que a colônia possa trazer para ele dentro da atividade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pescadores da colônia Z9 em São José da Coroa grande e também aos pesquisadores por sua receptividade e boa vontade em responder as entrevistas que embasaram esse estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcantara, S.L.; Siqueira, A.T. 2007. Educação cooperativista para pesca artesanal. Revista Brasileira De Engenharia de Pesca. V. 2 (2): p. 84-94.

Bezerra, M.C.L. e Munhoz, T. M. T. Gestão de Recursos Naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000. 200p.

Carmona, K.; Voivodic, R.; Corrêa, C. Projeto Orla: Plano de Intervenção na Orla Marítima de São José Da Coroa Grande. Recife: Ministério do Meio Ambiente (MMA)/ Secretaria do Patrimônio da União (SPU). 2003. 42p. Disponível em:<http://www.cprh.pe.gov.br/central_servicos/centro_documentacao_informacao_ambiental/central_downloads/39749%3B34001%3B020709%3B0%3B0.asp> Acessado em: 16 abr 2017.

Coleman, J.S. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. 1958. Human Organization. v. 17: p. 28-36.

Costa, d.p.; Lopes, A.P. 2016. O papel da colônia de pescadores na cidade De Babaçulândia (TO): o trabalho e vida das comunidades ribeirinhas. Revista Desafios – v. 03, (Especial)

Diegues, A.C.S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. 1983. São Paulo: **Ática**, 287 p.

Ferreira, B.P.; Maida, M.; Cava, F. 2000. Características e perspectivas para o manejo da pesca artesanal na APA Marinha Costa dos Corais. Anais II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Campo Grande – MT.

Freitas, F.O.; Simião, C.S.; Loose, C.E.; Leite, E.S.; Silva. J.S., 2015. Gestão e organização participativa como ferramenta construtiva na Colônia de Pescadores Z-11 em Cabixi, Rondônia. Revista de Administração e Negócios da Amazônia. v. 7: p. 64-81.

Goodman, L.A.; 1961. Snowball sampling. The annals of mathematical statistics. Institute of Mathematical Statistics is collaborating with JSTOR to digitize, preserve, and extend access to. The Annals of Mathematical Statistics. v. 32: p. 148 – 170.

Gomes, E.T.A. 2003. Diagnóstico do Turismo nos Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e São José da Coroa Grande. Recife: Ministério do Meio Ambiente/SECTMA/CPRH-GERCO, p.58-71. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/central_servicos/centro_documentacao_informacao_ambiental/central_downloads/39749%3B34001%3B020709%3B0%3B0.asp> Acessado em: 16 abr. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2001 Censo demográfico de 2000. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.

IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2014. Volume 74 – 2014. Rio de Janeiro.

ICMBio/MMA. Plano de Manejo APA Costa dos Corais. Dezembro de 2014. Tamandaré-PE. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/plano_de_manejo/PM_APACC_2013_JANEIRO.pdf Acesso em: 20 de março de 2019.

Knox, W.; Firme, R.M. 2016. Mulheres na atividade pesqueira no Espírito Santo. GÊNERO. v.16 (2): p. 219- 235.

Lima, J.R.C. 2015. Representação ambiental e caracterização da pesca artesanal realizada pela Colônia de Pescadores Z-3, Goiana, Pernambuco. Recife. 79p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em <http://www.pgpa.ufrpe.br/sites/ww2.pgpa.ufrpe.br/files/documentos/jrobson_2015.pdf> Acesso em 15 de maio de 2018.

Lüdke, M.; André, M. 1986. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 99p.

Martins, M.L.S.; Alvim, R.G. 2016. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas. v. 11, (2): p. 379-390.

Pereira, V. A educação como ponto de confluência na obra de Jean-Jacques Rousseau. In Filosofia e Educação vol. 4 (2), 2012. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/rfe/article/view/3029>> Acesso 05. De agosto de 2018.

Pedrosa, R.A. 2007. Pesca, perfil socioeconômico e percepção ecológica dos pescadores artesanais de Porto de Galinhas (PE). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 103p. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8846>> Acesso em 20 de maio de 2018.

Pereira, M.O.R. 2008. Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 3, (1) p. 73 – 80.

Ramalho, C.W.N. 2014. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. Sociologias, Porto Alegre: v. 17 (38) p. 192-220.

Ramalho, C.W.N. 2012. A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo. In: MOURA, A. S. (Org.). Políticas públicas e meio ambiente: da economia política às ações setoriais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, p.263-299

Ramires, M.; Barrella, W.; Esteves, A.M. 2012. Caracterização da pesca artesanal e o conhecimento pesqueiro local no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo. Revista Ceciliana. V. 4 (1): p. 37-43.

Ribeiro, I.; Castro, A.C.L. 2016. Pescadores artesanais e a expansão portuária na praia do boqueirão, ilha de São Luís-MA. Revista de Políticas Públicas. p. 863-884.

Seidman, I. E. 1991. Interviewing as qualitative research. A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences. Columbia: Teachers College Press. Third Edition. 177p.

Silva, G.L. 2004. A importância das formas associativas de organização e do desenvolvimento local. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. v. 2 (2): p. 52-74.

Silva, C.A. 2014. Pesca artesanal e a produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, p.171.

Silva, M.T.G. 2014. A política do Seguro Defeso: intenções e avaliação de resultados; o caso de São José da Coroa Grande (PE). 69 p. (Monografia Graduação) Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1372>> Acesso em: 16 de março de 2019.

Silva, C.N. 2007. A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. v. 2/; (3) p. 25-32.

Silva, M.T.G. 2014. A POLÍTICA DE SEGURO DEFESO: intenções e avaliação de resultados; o caso de São José da Coroa Grande (PE). Natal. 69p. (Monografia Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1372/1/Apol%C3%ADticadosegurodefeso_Monografia.pdf> Acesso em 15 de junho de 2018.

Zappes, C.A.; Oliveira, P.C.; Madeira Di, A.P. 2016. Percepção de pescadores do norte fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaempreendimento portuário. Boetim do Instituto de Pesca, São Paulo, v. 42 (1): p. 73-88.

4. 2 - Artigo científico II: INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA VIDA DOS PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z9, SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE, LITORAL SUL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Artigo científico a ser encaminhado a Revista [**Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo**].

Todas as normas de redação e citação, deste capítulo, atendem as estabelecidas pela referida revista (em anexo).

Influência das Políticas Públicas na vida dos pescadores artesanais da colônia Z9, São José da Coroa Grande, litoral sul do estado de Pernambuco

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo destacar algumas políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal e entender a influência delas na vida dos pescadores da colônia Z9. Um questionário foi aplicado junto aos pescadores da colônia. Foram entrevistados também presidentes da colônia (atual e anterior), questionados em relação a aspectos estruturais da colônia, sua importância para os pescadores, aspectos sociais e do associativismo e pesquisadores que tem trabalhado com o tema, questionados em relação a história da pesca artesanal, importâncias da atividade, associativismo, políticas públicas e capital social. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Ao todo foram 30 entrevistas, 25 pescadores da colônia (23 pescadores e 2 presidentes) e 5 pesquisadores. Resultados mostraram que as políticas públicas voltadas a pesca artesanal são bastante precárias. Saúde e Educação não são adequadas a atividade no geral, fato também presente em São José da Coroa Grande. Programas de capacitação como o Chapéu de Palha foram e ainda são importantes para os pescadores locais. Devido à grande importância da pesca da lagosta no local, o seguro defeso também se mostrou efetivo para aqueles que o recebem. Embora não citada pelos entrevistados o Plano de Manejo da APA-Costa dos Corais que inclui a pesca certamente tem reflexo para a atividade praticada pelos membros da colônia. A colônia desempenha papel de grande destaque por ser um elo entre as políticas e o pescador, e com isso vem ganhando cada vez mais força no local. O programa bolsa família, mesmo não sendo voltado diretamente para o pescador, assiste diversas famílias destes sendo uma fonte de renda importante.

Palavras chave: políticas públicas, pesca artesanal, Chapéu de Palha, seguro defeso.

ABSTRACT: O presente estudo teve como objetivo destacar algumas políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal e entender a influência delas na vida dos pescadores da colônia Z9. Um questionário foi aplicado junto aos pescadores da colônia. Foram entrevistados também presidentes da colônia (atual e anterior), questionados em relação a aspectos estruturais da colônia, sua importância para os pescadores, aspectos sociais e do associativismo e pesquisadores que tem trabalhado com o tema, questionados em relação a história da pesca artesanal, importâncias da atividade, associativismo, políticas públicas e capital social. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Ao todo foram 30 entrevistas, 25 pescadores da colônia (23 pescadores e 2 presidentes) e 5 pesquisadores. Resultados mostraram que as políticas públicas voltadas a pesca artesanal são bastante precárias. Saúde e Educação não são adequadas a atividade no geral, fato também presente em São José da Coroa Grande. Programas de capacitação como o Chapéu de Palha foram e ainda são importantes para os pescadores locais. Devido à grande importância da pesca da lagosta no local, o seguro defeso também se mostrou efetivo para aqueles que o recebem. Embora não citada pelos entrevistados o Plano de Manejo da APA-Costa dos Corais que inclui a pesca certamente tem reflexo para a atividade praticada pelos membros da colônia. A colônia desempenha papel de grande destaque por ser um elo entre as políticas e o pescador, e com isso vem ganhando cada vez mais força no local. O programa bolsa família, mesmo não sendo voltado diretamente para o pescador, assiste diversas famílias destes sendo uma fonte de renda importante.

Key words: public policies, artisanal fishing, straw hat, insurance closed.

INTRODUÇÃO

No Brasil a pesca artesanal é responsável pela maior parte da produção de pescado nativo do país, sendo praticada por mais de um milhão de pessoas como atividade de subsistência, bem como de destacada importância econômica. Mesmo com esse panorama, conforme relata Brasil (2011) os pescadores artesanais estiveram e ainda estão sujeitos a ações que priorizam os grandes empreendimentos e os pescadores industriais em detrimento de suas atividades extrativistas.

As formas de desenvolvimento do setor pesqueiro ocorrida durante o século XX, especialmente a partir da década de 1950, dentre outros fatores, são responsáveis pela crescente condição de vulnerabilidade dos pescadores artesanais e de suas comunidades. Diegues (1983) destaca ainda que a atividade pesqueira em todo o mundo experimentou um acelerado processo de crescimento, com o desenvolvimento da pesca industrial e o aumento do poder de pesca das embarcações, levando à sobreexploração de diversas espécies e ao reconhecimento da crise dos recursos pesqueiros como uma das facetas da crise ambiental.

Com isso os pescadores foram e estão submetidos até os dias de hoje também a uma situação de vulnerabilização socioambiental, por combinar pobreza, condições precárias de vida, e riscos específicos derivados, em grande parte, de problemas ambientais que diminuem sua resiliência e capacidade adaptativa como relata a FAO (2009). Essa, porém não é uma exclusividade brasileira, ocorre também em diversas partes do mundo. Todo esse conjunto de condições e elementos de acordo com Vasconcellos et al (2007), caracterizam uma clara situação de injustiça ambiental: esses pescadores e comunidades são vítimas principais de problemas ambientais dos quais não são responsáveis (ou não são os principais responsáveis) ampliando assim sua vulnerabilidade social.

Políticas públicas são o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação”, analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (SOUZA, 2017). Em governos democráticos, as políticas públicas são estratégias de governo que visam administrar a ação coletiva racionalmente visada e a de distribuição de bens coletivos e, na formulação da escolha racional,

requerem o desenho de incentivos seletivos para diminuir sua captura por grupos ou interesses personalistas.

Entre as décadas de 60 e 80 do século XX as políticas setoriais se centraram em financiamentos e incentivos fiscais, o que contribuiu à sobrecapacidade de pesca e à redução dos estoques (ABDALLAH e SUMAILA, 2007). Nos anos 1990, depois de uma primeira fase centrada na conservação dos recursos, a gestão, ainda que com alguns avanços de ordenamento, se caracterizou por contradições entre as políticas de promoção e de conservação e pela ineficácia. A pesca artesanal nunca foi objeto principal das preocupações do governo (DIAS NETO, 2003).

Estudos como Callou (1994), Lima e Callou (2015), Sousa (2013) e Lima (2015) relatam que no Brasil as políticas públicas para o desenvolvimento do setor pesqueiro se voltaram historicamente, para a modernização tecnológica da pesca artesanal. Da Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1924), à criação da Secretaria de Pesca e Aquicultura da Presidência da República (SEAP/PR), em 2003 e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), poucas foram as políticas públicas e intervenções para o desenvolvimento das comunidades pesqueiras que consideraram, como pontos de partida, os aspectos socioculturais dessas comunidades.

De uma perspectiva institucional, como afirma Moreno (2015) não é difícil notar que o estado brasileiro confere pouca prioridade à atividade pesqueira. No âmbito federal, após a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em outubro de 2015, a gestão e o ordenamento da atividade foram mais uma vez incorporados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) dividindo atribuições com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Retornando, assim, o jamais solucionado problema da duplicidade de competências da coordenação do setor, permeado pelo longo embate ideológico entre os órgãos setorial e ambiental.

Desde sua fundação as colônias de pescadores, principais entidades de representação e organização dos pescadores no Brasil, tem enfrentado grandes dessas dificuldades para se manterem ativas e assim beneficiar seus associados. A busca pelo controle da categoria e proteção da costa que levaram o governo a fundá-las tem reflexo até os dias de hoje na situação em que se encontram. Soma-se a isso uma visão pouco preocupada com o pescador artesanal que o poder público sempre demonstrou. Estudos como Diegues (1999) e Lima e Callou (2015) destacam esse quadro e as consequências para os povos tradicionais que dependem muito dessas entidades para sobreviver com o mínimo de dignidade.

Apesar de ser um município pequeno no litoral do estado de Pernambuco, São José da Coroa Grande possui destacada importância na produção pesqueira do estado. Nesse sentido a colônia Z9 tem relevante papel no setor pesqueiro local. Além disso a área de atuação dos pescadores locais está inserida dentro da área de abrangência da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, estando com isso a atividade regulamentada pelas normas do comitê de gestão da APA.

Com base no exposto o presente estudo teve como principal objetivo destacar algumas Políticas Públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal e entender a influência delas na vida dos pescadores da colônia Z9, São José da Coroa Grande, litoral sul do estado de Pernambuco.

MATÉRIA E METODOS

A metodologia aqui utilizada está integralmente descrita em LIMA et al (2019), um artigo a ser publicado na Revista Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo.

Área de estudo

De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), o município de São José da Coroa Grande localiza-se na extremidade meridional do litoral pernambucano. A sede do município tem uma altitude aproximada de 2 metros, coordenadas geográficas de -35 Graus 08 min. 52 Seg. de longitude Oeste e -08 Graus 53 min. 52 Seg. de latitude Sul, distando 121,3 km da capital (Recife), cujo acesso é feito pela BR-101 e PE - 060. Ainda segundo o IBGE (2014), a cidade ocupa uma faixa territorial de 69,338 km², sendo o menor município do litoral sul de Pernambuco, com a segunda maior densidade demográfica dessa região com 243,26 habitantes/km² (Figura 1). Com uma população aproximada de 18.172 habitantes residentes em sua maioria na área urbana da cidade.

Segundo Ferreira et al (2000) São José da Coroa Grande juntamente com mais 12 municípios do litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas, faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, sendo também membro do comitê de gestão desta Unidade de Conservação (UC) desde sua fundação no ano de 1997.

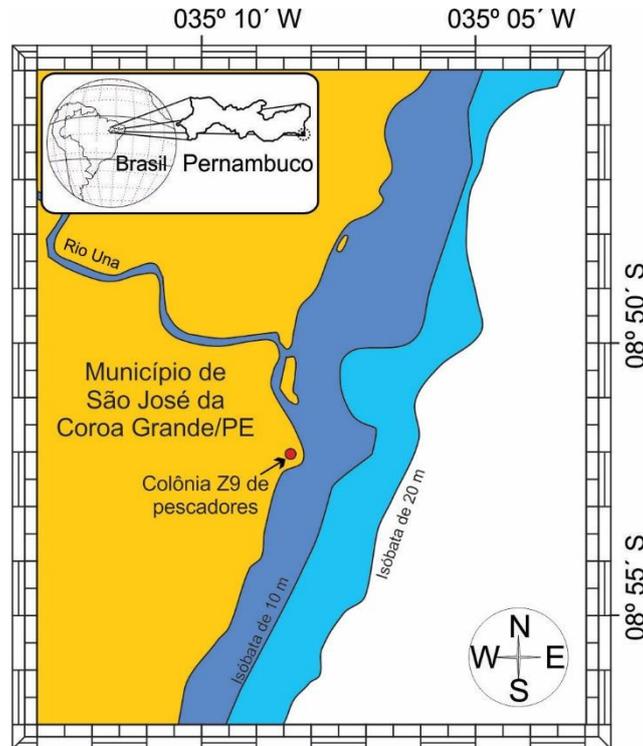


Figura 1: Mapa de localização da colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco.
Fonte: Própria

Dados de Carmona (2004) demonstram que São José da Coroa Grande possui uma orla que se estende por uma área de 10 km. Economicamente guarda traços marcantes da cultura canavieira, sofrendo influências de sua proximidade com o estado de Alagoas. Atualmente, o município desponta como maior produtor pesqueiro do estado e apresenta também riquezas naturais tais como a Área de Proteção Ambiental - APA Costa dos Corais e um complexo estuarino.

Ainda de acordo com Gomes (2003) a pesca é a terceira atividade mais importante de São José da Coroa Grande, sendo responsável pelo sustento das comunidades litorâneas de Várzea do Una e Abreu do Uma, e de grande parte da população residente na sede municipal. O setor pesqueiro tem sido de grande importância na geração de emprego no município, sendo considerado o maior produtor de pescado do estado.

De acordo com Silva (2014) a colônia de pescadores Z9 localizada no centro da cidade de São José da Coroa Grande, possui 1005 pescadores cadastrados, desse total, naquele momento 450 estavam cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Importante destacar que essas foram informações colhidas pelo autor junto a administração da colônia nesse período.



Figura 2: Colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco. Fonte: Google Maps

Instrumento de pesquisa

A pesquisa se deu a partir da aplicação de questionários semiestruturados com os pescadores membros da colônia Z9 entre junho e dezembro do ano de 2016. Esse questionário foi composto por questões que englobaram aspectos da atividade praticada, aspectos sociais e questões relacionadas ao associativismo. As questões foram abertas e fechadas, visando com isso uma análise quali-quantitativa das respostas dadas.

Além dos pescadores membros da colônia foram entrevistados no mesmo período presidentes da colônia, tanto o atual, quanto anterior. O questionário foi composto primordialmente por questões abertas que englobavam aspectos estruturais da colônia, sua importância para os pescadores, aspectos sociais e do associativismo.

A técnica empregada na escolha dos entrevistados é conhecida como Bola de Neve, descrita inicialmente por Coleman (1958) e Goodman (1961). Nela, o entrevistado indica ao final da entrevista outro indivíduo para responder a mesma entrevista, nesse caso em particular um pescador indica outro.

Já entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018 foram entrevistados pesquisadores que desenvolveram ao longo de sua vida profissional trabalhos relevantes com a pesca artesanal e principalmente com os pescadores. Por terem destacada importância como pesquisadores seja na área acadêmica ou na pesquisa em si e também por permanecerem ativos em suas funções, serão utilizados aqui como referências vivas para enriquecimento e construção do estudo.

No momento da entrevista o pesquisador responsável dispunha de um questionário físico onde foram expostas além das respostas dos entrevistados observações adicionais colocadas pelo entrevistado ou pelo próprio entrevistador.

As entrevistas tiveram áudio gravado com o objetivo de colher toda a fala do entrevistado e assim possibilitar uma análise abrangente. Para isso foi utilizado um gravador de áudio da marca Sony, modelo Px 240, com capacidade de armazenamento de 4gb.

Complementando o levantamento de dados foram colhidas informações do município em estudos disponíveis em bibliografia e junto a autoridades competentes, além de observações dos entrevistadores no local, visando comparar tais informações com todo material já disponível a partir das entrevistas realizadas com pescadores, administradores e pesquisadores.

Ao entrevistar esses pescadores objetivou-se ouvir uma classe que tem muito a contribuir, mas que ao longo da sua história foi praticamente esquecida. Atualmente existem estudos que mostram o grau de conhecimento, a imensa contribuição que podem trazer sobre aspectos ambientais e sua vivência na atividade pesqueira. Pessoas que passaram a vida dedicada a uma atividade diretamente ligada ao meio ambiente, bem como a dinâmica de diversas espécies aquáticas, não podem ser deixadas de lado. Seu conhecimento passado de geração em geração precisa ser levado em consideração pela comunidade acadêmica, pelos pesquisadores, pelo meio científico e principalmente pelo governo. São pessoas humildes, que muitas vezes sequer sabem ler e escrever, de vida simples, mas que tem prazer em receber e compartilhar seus conhecimentos. Nesse contexto incluímos presidentes de colônia, apesar de um grau de instrução às vezes maior, são também pessoas simples e que tem muito a contribuir.

De acordo com Seidman (1991), o principal motivo de se realizar uma entrevista é o interesse nas histórias das pessoas. O propósito da entrevista detalhada não seria, portanto, o de fornecer respostas a perguntas específicas, nem mesmo o de testar hipóteses ou avaliar algo específico, mas buscar tentativas de compreender a experiência de outras pessoas e os significados que elas atribuem para essas experiências. Na maioria dos casos, como alerta o autor, seria possível alcançar os resultados desta observação sobre o outro, embora dificilmente seja possível ter acesso à compreensão subjetiva desse indivíduo. É preciso reconhecer os limites dessa compreensão.

Ainda segundo o mesmo autor, o caminho mais próximo dessa compreensão subjetiva seria a capacidade de colocar o comportamento dentro do contexto. Dessa forma, a entrevista possibilitaria acesso ao contexto do comportamento das pessoas e promoveria um caminho para o pesquisador compreender os significados desse comportamento. A hipótese básica da pesquisa a partir da entrevista é a de que os

significados que as pessoas atribuem a suas experiências afetariam o modo como elas as executam.

A entrevista, como afirma Lüdke e André (1994), “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas”.

Para embasar esse estudo foram realizadas 30 entrevistas, sendo 23 pescadores membros da colônia, 2 presidentes (a presidente atual e um ex-presidente) e 5 pesquisadores.

Os 5 pesquisadores foram: o Dr. Ângelo Brás Callou, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; os pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ: Dra. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa, e o Dr. Tarcísio dos Santos Quinamo; o Dr. Antônio Carlos Sant’Ana Diegues, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; e o Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Estes pesquisadores foram escolhidos por sua contribuição no meio científico com o tema desse estudo. São muitos anos de experiência de cada um, artigos publicados em periódicos, livros, entre outros.

Análise dos dados

Por motivos éticos não serão citados nominalmente os pescadores entrevistados e suas respostas juntamente com as dos pesquisadores que também não serão identificadas. Assumiu-se a partir desse momento a seguinte nomenclatura para identificar as respostas:

- Pescador 1, Pescador 2, Pescador 3... Pescador 25
- Presidente 1 e Presidente 2
- Pesquisador 1, Pesquisador 2... Pesquisador 5

Após as entrevistas com os três grupos, o áudio foi transcrito, através da ferramenta oTranscribe (<http://otranscribe.com/>) Que possibilitou uma melhor sincronização do áudio com o texto digitado.

Em seguida essas entrevistas foram agrupadas em três conjuntos (Pescadores, administradores e pesquisadores). Assim foi possível analisar individualmente as respostas de cada grupo e compara-las dentro do grupo e com os demais.

As informações referentes ao município colhidas junto a prefeitura e em bibliografia disponível fizeram parte de todo o material utilizado nesse estudo, junto as opiniões e visões expostas pelos sujeitos da pesquisa.

Os dados quantitativos obtidos foram dispostos em planilhas de dados para confecção de gráficos e tabelas, onde foram especificados as frequências e os percentuais para as respostas dadas, quando possível. Com isso buscou-se demonstrar as diferenças entre respostas de um grupo e em relação aos demais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 30 entrevistas, sendo 23 pescadores membros da colônia, 2 presidentes (a presidente atual e um ex-presidente) e 5 pesquisadores.

Foram entrevistados 5 pesquisadores: o Dr. Ângelo Brás Callou, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; os pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ: Dra. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa, e o Dr. Tarcísio dos Santos Quinamo; o Dr. Antônio Carlos Sant'Ana Diegues, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; e o Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Estes pesquisadores foram escolhidos por sua contribuição no meio científico com o tema desse estudo. São muitos anos de experiência de cada um, artigos publicados em periódicos, livros, entre outros.

Historicamente as políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal se mostraram bastante confusas, assim como os órgãos responsáveis por gerir a atividade, pois os mesmos estiveram sob a tutela de vários ministérios do governo recebendo diferentes denominações e atribuições. Com isso, algumas medidas que eram de grande importância para o setor não foram tomadas, implantadas de forma inadequada ou ainda totalmente esquecidas. Uma dessas questões diz respeito a educação em áreas de atuação da pesca artesanal.

No momento da fundação das colônias a partir da missão do cruzador José Bonifácio, foram também implantadas de acordo com o exposto por Lima e Callou (2015), escolas nas proximidades dessas colônias. Mesmo assim, essas escolas não eram adaptadas a realidade dos pescadores. Além disso, boa parte das unidades de ensino localizadas nessas comunidades vem sendo fechadas ao longo do tempo, essa é uma preocupação do Pesquisador 4 nesse estudo.

“É... a escola é muito... mesmo pra os filhos é... às vezes se faz em períodos em que os filhos eles estão ajudando os pais na... na... na pesca... então não pode ir pra escola. Acho que deveria ser uma escola adaptada a atividade pesqueira, que tem ciclos né?... é outra coisa que

tá ocorrendo muito, pelo menos aqui e no Sul é o fechamento de escolas de comunidade de pescadores.” (PESQUISADOR 4, 2018).

A partir da criação da SEAP/PR (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da república) no ano de 2003 houve uma maior preocupação com a alfabetização dos pescadores artesanais. De acordo com informações do PROGRAMA PESCANDO LETRAS (2005) A SEAP procurou desenvolver um currículo que levasse em consideração aspectos da história dos pescadores e a discussão das inquietações que afligiam essa categoria de trabalhadores. Dessa forma acreditava-se que esses profissionais irião se familiarizar com os conhecimentos científicos disponíveis sobre a atividade pesqueira e com a dimensão política dos problemas que enfrentavam.

Segundo Carvalho (2008) a partir dessa preocupação a SEAP firma uma parceria com o MEC (Ministério da Educação) a fim de minimizar os problemas de alfabetização dos pescadores, nesse sentido surge o Programa Pescando Letras. Tratava-se de um projeto que visava alfabetizar os pescadores levando em conta a realidade vivida por eles. Assim, as aulas eram ministradas no período de defeso, quando eles não poderiam exercer a atividade de pesca. Além do estudo, o programa oferecia uma ajuda de custo ao pescador que participasse no valor de um salário mínimo.

Segundo a SEAP/PE, o Programa se desenvolve através de uma ação articulada entre a SEAP/PE e a Secretaria de Educação de Pernambuco, em parceria com nove prefeituras municipais (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2005). Não se sabe, ao certo, a quantidade de alunos pescadores e aqüicultores matriculados nesse Programa nos municípios. Isso se prende ao fato, possivelmente, da falta de acompanhamento do Programa pela SEAP/PE. Também não há registros bibliográficos de atuação do programa em São José da Coroa Grande, não houve referências a ele nas entrevistas que embasam estudo.

Uma outra ação que merece destaque foi a criação do projeto Maré – Telecentro de pesca, também uma iniciativa da SEAP que visava capacitar comunidades pesqueiras no uso das tecnologias de informação e comunicação com vistas a potencializar a organização de colônias e associações e sua inserção no mundo digital, democratizando o acesso à informação com a utilização de software livre.” (MARÉ - O TELECENTRO DA PESCA, 2003). Em Pernambuco conforme afirmam Carvalho e Callou (2008) a única colônia contemplada com esse projeto foi a Z 13 em Jatobá, próximo ao Lago de Itaparica, interior do estado.

De acordo com informações colhidas junto a prefeitura municipal de São José da Coroa Grandes, a cidade possui 11 unidades pré-escolar, 18 de ensino fundamental e 2 de ensino médio. Mesmo nenhuma dessas unidades escolares tendo adaptação a realidade da população que vive da pesca no local, a maioria dos entrevistados julgou o acesso ao ensino como de boa qualidade, como ilustra a Figura 3.

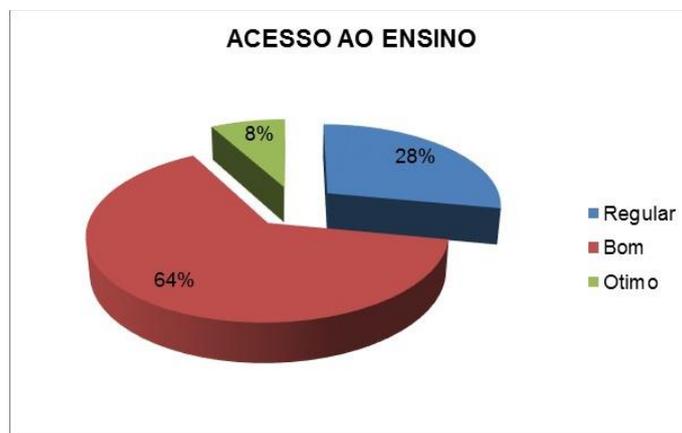


Figura 3: Avaliação do acesso ao ensino em São José da Coroa Grande pelos pescadores da colônia Z9.

Tratando ainda do tema educação é preciso destacar algumas ações, que mesmo não sendo permanentes, foram e ainda são de grande importância para o pescador artesanal. Em Pernambuco algumas políticas de Assistência técnica foram implantadas visando qualificar os pescadores artesanais, introduzindo alternativas de trabalho e produção. Uma dessas políticas de acordo com Monteiro et al (2012) foi o Programa Chapéu de Palha (PCP), uma estratégia de intervenção criada pelo governo do estado com objetivo de adotar medidas de combate aos efeitos do desemprego em massa decorrente da entressafra da cana-de-açúcar, da fruta e do defeso em áreas de pesca possibilitando aos trabalhadores dessas culturas rurais e suas famílias ações de fortalecimento para o enfrentamento das causas, agravos e danos decorrentes deste período.

Na pesca, a implantação do programa Chapéu de Palha de acordo com o exposto por Callou (2013) foi em muitos locais fruto da luta das mulheres envolvidas na atividade, principalmente através das colônias. É importante ressaltar que o programa ainda permanece ativo até os dias de hoje. Em uma das respostas dadas pelo Pesquisador 1, encontra-se uma grande valorização a essa luta das mulheres e os frutos colhidos.

“Então, quer dizer, algumas coisas aparecem, se você pegar o chapéu de palha não é... que era um projeto que não necessariamente ,, não era necessariamente voltado para a atividade pesqueira, e que hoje os pescadores podem acessar. Mas isso é fruto de reivindicação de reivindicação, sobretudo do movimento das pescadoras. Foram elas,

que um movimento hoje muito bem organizado na minha opinião e que acabou de puxar também uma perna pra... Desse projeto pra pesca artesanal.” (PESQUISADOR 1 2017).

Corroborando com a fala do pesquisador, o Presidente 2 destaca justamente essa luta das mulheres não só de São José da Coroa Grande, mas de outras localidades do estado, junto com as colônias. Segundo o presidente esta foi uma de suas principais conquistas enquanto esteve no cargo.

“A secretária da mulher já lutava pelo uma... junto com as pescadora, pelo Chapéu de Palha da pesca, Chapéu de Palha mulher né?... pras mulheres da pesca...

Aí foi quando a gente fez uma mobilização que a gente sentou com Eduardo que nem a gente disse. Aí foi contemplado o Chapéu de Palha da Pesca Artesanal pra os pescadores e as marisqueira. Aí foi uma das grande conquista da gente, do movimento junto ao governo do estado.” (PRESIDENTE 2, 2016).

Esse foi um programa importante para os pescadores locais, pois além do conhecimento adquirido através dos diversos cursos oferecidos, os participantes recebem um auxílio financeiro durante a realização de cada curso. Dos entrevistados no presente estudo, 6 (24%) disseram conhecer e ter participado ao menos de um dos cursos do programa.

Ao longo do processo de desenvolvimento da pesca artesanal, diversas tecnologias foram sendo incorporadas ao processo de trabalho do pescador, com objetivo de qualificar suas capturas facilitando seu trabalho. Tais tecnologias chegam aos pescadores através dos cursos de capacitação oferecidos pelo governo através de programas como o Chapéu de Palha. Dentre essas capacitações destacam-se os equipamentos de navegação como a Sonda e o GPS (Sistema de Posicionamento Global), que passaram a substituir a navegação realizada através de pontos de referência em terra.

Em entrevista concedida, o Presidente 2 destaca a importância do curso de capacitação em uso do GPS, juntamente com outros cursos, como uma grande conquista do seu mandato, ressaltando a necessidade que os pescadores da colônia tinham para assim melhorar suas capturas.

“...a gente sentou com a SEPLAG e viu que a gente precisava de cursos que fossem voltados pra o pescador, com repara de embarcação GPS, entalhamento de rede... é artesanato aproveitando resíduo, aproveitando

na atividade, coisa que fosse importante que ele pudesse aproveitar do pescado... beneficiamento também a gente já fez. Aí é muito bom esses cursos aí, interessante...” (PERESIDENTE 2, 2016)

De acordo com Dias Neto (2010) a pesca artesanal vai incorporando novos instrumentos náuticos no seu processo, como GPS, a sonda e sonar, entretanto, não há uma completa transformação da atividade artesanal, sendo esse aspecto essencial na sua reprodução social. Nesse estudo os pesquisadores entrevistados não discordam da importância do GPS na pesca artesanal, visto que é algo que os ajuda e que já está inserido na atividade. O que eles questionam é a forma como ele foi implantado e a dependência que o pescador passou a ter dessa tecnologia. Na fala do Pesquisador 1 há ainda um destaque para a série de mudanças ocasionadas na vida de trabalho do pescador a partir do uso do GPS.

“... Eu digo o GPS, há o GPS é muito fácil professor, o pescador logo aprende. Eu digo, sim, o problema não está no GPS, o problema está porque esse GPS apareceu e implicações traz na vida dessas pessoas neh? Aí o GPS, o GPS já tá aqui por que você não pode fazer a pesca artesanal dentro daquela margem digamos assim, que você fazia, se locomovendo por pontos em terra... etc, etc... tá certo? Depois, isso implica que você fica mais tempo em mar, se você fica mais tempo em mar, muda o rancho, muda o gelo, muda talvez a embarcação, muda o tempo que você não permanece em terra, você ia e voltava, tá certo?...” (PESQUISADOR 1).

Em se tratando de Políticas Públicas voltadas para a pesca uma questão que merece destaque é a saúde dos indivíduos que atuam na mesma. De acordo com informações da prefeitura municipal São José da Coroa Grande conta com 7 unidades de saúde, sendo 5 postos e dois ambulatorios de unidade hospitalar. Importante citar, no entanto, que mesmo a classe pesqueira englobando uma grande parcela da população, nenhuma dessas unidades de saúde são voltadas para o pescador artesanal. Assim como também são raros os programas de saúde voltados para eles.

Trata-se de uma atividade que expõe o indivíduo a uma série de riscos a sua saúde. Fatores como radiação solar, frio, calor, excesso de umidade, má alimentação entre outros submetem o pescador a situações de risco. Esses riscos segundo Rosa e Matos (2010) dividem-se nos seguintes grupos: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e os de acidentes que podem comprometer e agravar a saúde do trabalhador, sendo estes

acometidos por lesões de pele, problemas oftalmológicos, urogenitais e etc. Também preocupado com a saúde dessas pessoas, o Pesquisador 4 destaca o descaso com essa questão dentre várias outras por parte dos governantes no Brasil

“... eles deveriam ser beneficiários de políticas amplas, que servissem a sociedade brasileira por exemplo, escola... escola, saúde..., mas como o resto da população brasileira tem serviços precários, em escola e saúde, eles também têm serviços algumas vezes piores. Até porque muitos deles são analfabetos por uma série de razões.” (PESQUISADOR 4, 2018).

Concordando com a afirmação do citado pesquisador Freitas e Rodrigues (2014) destacam que a pesca é uma atividade onde os riscos à saúde são inerentes a um processo de trabalho extenuante e extremamente informal, sem a devida proteção e garantias trabalhistas, isso faz com que a situação de exposição aos riscos e ocorrências de danos ocupacionais se agravem muito.

O fato de não haver sequer um programa que lide diretamente com a saúde dessas pessoas é um fator preocupante. Soma-se a isso pelos resultados obtidos nesse estudo um fator ainda mais relevante, os pescadores entrevistados não têm total conhecimento do que o município oferece a eles em relação a assistência à saúde. Isso fica claro a partir das respostas dadas em relação a disposição desses equipamentos na localidade, como ilustra a Figura 6.

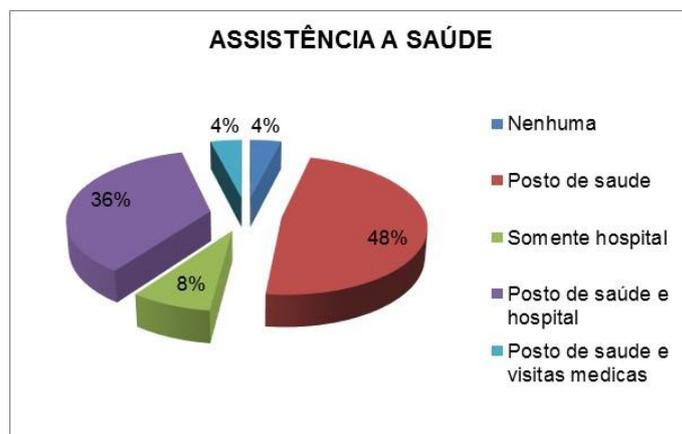


Figura 4: Percepção dos pescadores artesanais da colônia Z9 em relação a assistência a saúde oferecida pelo município.

De acordo com as respostas dos pescadores a qualidade da assistência à saúde não é satisfatória, destaca-se aqui a fala do Pescador 4 tratando dessa questão. Alguns dos entrevistados relataram ainda que no passado a colônia viabilizava a vinda de um dentista pra atender os pescadores, mas isso segundo eles já não é mais praticado no local.

“Tem só o sus ne... É o sus que ta sabendo como é que ta saúde ne....

Ali não posto tem um médico e as vezes nem tem...” (PESCADOR 4, 2016).

O Seguro Defeso é a política pública de maior destaque voltada para o pescador artesanal e certamente é a que até certo ponto vem obtendo êxito em sua aplicação. Por conta da estagnação do setor pesqueiro, com o desaparecimento de diversas espécies e risco de extinção de várias outras, o governo brasileiro cria em 2003 a política nacional de defeso. O objetivo esperado era a preservação das espécies marinhas, a fim de evitar a extinção, aliada a inserção dos pescadores às políticas, garantindo-lhes uma fonte de renda para a permanência na atividade da pesca. Segundo Brasil (2009) a Lei da Pesca, Lei nº 11.959/2009 reformula a Política do Seguro Defeso visando garantir a reprodução e/ou recrutamento das espécies, por meio da determinação dos períodos de defeso e estabelecer uma renda mínima ao pescador no período.

Em São José da Coroa Grande a pesca da lagosta é muito praticada, assim o seguro defeso pago aos pescadores durante o período de proibição das capturas tem papel fundamental na vida dessas pessoas e na economia local. Na colônia Z9 não é diferente, dos pescadores entrevistados a maioria disse receber ou já ter recebido esse benefício, conforme ilustra a Figura 6.

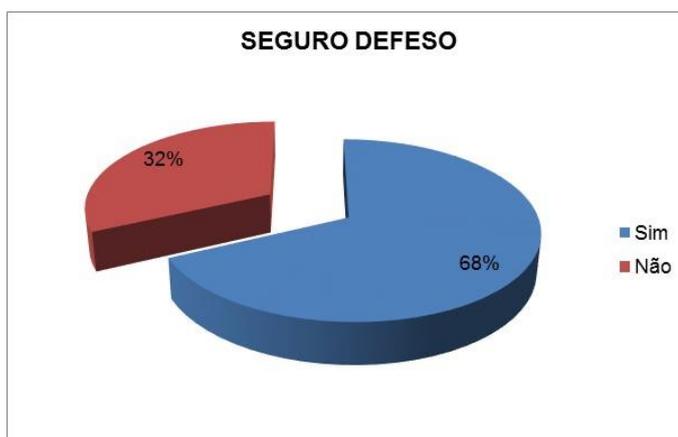


Figura 5: Percentual dos pescadores da colônia Z9 que disseram receber ou já ter recebido o benefício do seguro defeso.

Nesse sentido a colônia desempenha papel fundamental, conforme destaca Ramalho (2014) elas são os órgãos responsáveis pela emissão da carteira de pescador. Dessa forma, para organizar suas atividades e requerer o benefício do seguro defeso o pescador precisa ser filiado a colônia, o que assegura que o Estado reconheça seus direitos. Enaltecendo esse papel, o Presidente 2 da colônia Z9 coloca a viabilização do

Seguro Defeso para os pescadores filiados com uma de suas principais conquistas nos oito anos em que permaneceu a frente da entidade.

“..Aí daí a gente formou, eles formaram um grupo de trabalho, junto com essas duas secretária e a gente começou o trabalho. Quando a gente fez a mobilização, já lutava pelo defeso pesca. Porque aqui não tem o defeso de camarão, só tem o da lagosta e da piracema né que é no sertão. A gente lutava pelo defeso pesca, aí só que a gente pelo outro lado tinha um trabalho com a secretária da mulher.” (PRESIDENTE 2, 2016).

As colônias depois do Seguro Defeso passaram a ter uma importância muito grande para o pescador, algo que antes não existia. Agora, elas exercem um forte controle sobre a categoria e isso, em alguns casos, pode ser usado para prejudicar o próprio pescador ou para que líderes de colônias acabem se beneficiando da situação. Essa questão é destacada pelo Pesquisador 2 quando trata do papel das colônias em relação a seu filiado.

“... Ultimamente elas têm sido instrumentos de controle social... na verdade... pior ainda quando o presidente da colônia passou a desempenhar um papel importante na distribuição dos benefícios do salário... salario...é...ou meu Deus... defeso. Então aí eles passaram ne... em muitos casos caso, não todos, a ter um controle muito grande sobre os pescadores porque sem a assinatura deles o salário defeso não saia, o seguro defeso não saía.” (PESQUISADOR 4).

Chegou-se a esse quadro em grande parte devido a forma desinteressada que os pescadores sempre foram tratados pelos órgãos responsáveis por lhes garantir o mínimo de dignidade e qualidade de vida. As Políticas Públicas sempre foram implantadas de cima para baixo, negligenciando o conhecimento amplo do ambiente e da atividade que o pescador carrega. O Pesquisador 3 cita um exemplo prático da importância desse conhecimento dos pescadores e como seria importante fazer uso do mesmo nas medidas e projetos implantados.

“... Por exemplo, agora mesmo do defeso do caranguejo, aconteceu uma andada fora do período estabelecido pelo IBAMA. E os pescadores sabem explicar bem direitinho essas diferenças ne... Se o governo conseguisse captar esse conhecimento pra estabelecer a data do defeso teria muito mais sucesso na política.” (PESQUISADOR 3, 2018).

Santos e Pedó (2015) concordando com essa triste situação vivida pelo pescador coloca que o seguro não se traduz em uma solução eficaz para os momentos em que o ele não pode pescar. Assim, o pescador se encontra sem perspectivas, por não ter o mínimo para viver com dignidade, princípio constitucional que nesse caso não é levado em conta. Dessa forma, o individuo passa então a buscar outras alternativas para complementar sua renda, seja em outras atividades distintas da pesca ou infringindo a lei e pescando no período de proibição.

Tratando ainda da importância que as colônias têm para o pescador artesanal e como elas se tornam ainda mais fortes a medida que as Políticas Públicas destinadas a classe pesqueira artesanal obrigatoriamente passam por ela. Isso fica claro a partir do exposto por Costa (2009) ao enfatizar o importante papel das colônias e como os pescadores passaram a se tornar quase reféns delas. Um dos questionamentos feitos ao pescador artesanal nesse estudo foi em relação aos motivos que os faziam permanecer filiados a colônia. A maioria disse fazer parte para ter direito aos benefícios que a colônia viabiliza, conforme pode-se perceber a partir da fala de alguns deles.

“Pra ter algum benefício ne.... como pescador ne...” (PESCADOR1, 2016).

“Por que tinha os direito da gente ai, como a gente tem seguro desemprego, se a gente se acidentar a gente tem um benefício ne. A aposentadoria da gente quando a gente fica velho também é por ai.” (PESCADOR 2,02016).

“... pra garantir a aposentadoria.” (PESCADOR 21, (2016).

Alguns dos pescadores entrevistados nesse estudo relataram ter recebido em algum momento de sua vida de trabalho na atividade algum tipo de crédito. Valores a ser empregado na compra de embarcação e petrechos de pesca. A colônia foi citada por eles como intermediária e sendo fundamental no processo de obtenção desse credito.

De acordo com o que destaca CONSEA (2014) o acesso as linhas de credito como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) por exemplo, é ainda difícil para o pescador artesanal, uma vez que não atende a todos aqueles que necessitam desse incentivo. Além disso essas ações ainda são insuficientes para que se tenha um desenvolvimento adequado da pesca e a melhoria de vida de tantas pessoas que dela sobrevivem.

Mesmo não tendo sido citado por nenhum dos entrevistados nesse estudo, o fato da área onde a pesca ser praticada está dentro de uma área de proteção ambiental

A maior parte das Políticas públicas voltadas diretamente para o pescador artesanal surgem a partir da criação da SEAP/PR em 2003, vindo a se tornar ministério em 2009. Após todo um processo de desgaste interno, em uma reestruturação ministerial o ministério foi extinto no ano de 2015 e com isso o setor pesqueiro passa a viver um período de grandes mudanças de comando e gestão. Pode-se dizer que as políticas públicas que já não eram muitas e não atingiam a maior parte dos pescadores, passam a perder ainda mais força e abrangência.

As políticas assistencialistas do governo que vem auxiliando pessoas de baixa renda ao longo de todo o território nacional, também estão presentes na vida dos pescadores artesanais. Em particular no caso dos filiados a Colônia Z9, muitos deles afirmaram receber algum desses benefícios, sendo o Bolsa Família o mais citado. No entanto, esta não se trata de uma política pública voltada exclusivamente para o pescador artesanal, mesmo assim tem papel importante na vida deles.

CONCLUSÕES

Fica clara a latente necessidade de mais políticas voltadas ao pescador artesanal que visem não só o aumento da produção, mas principalmente o desenvolvimento intelectual desses indivíduos. A educação ainda é um ponto que merece destaque, visto que permanece não atendendo devidamente as necessidades da classe. Mesmo com as iniciativas de projetos advindos em alguns momentos da história, faz-se necessário medidas mais abrangentes e permanentes que levem em conta a realidade cultural e de trabalho dos pescadores.

Uma outra questão preocupante é a saúde dos pescadores, por se tratar de uma atividade que expõe aqueles que a praticam a inúmeros riscos. No local estudado não existe uma atenção especial dada aos pescadores, apenas o que é oferecido ao restante da população humilde. Foi possível constatar também que além da questão já citada, os entrevistados julgaram que o acesso a saúde (hospitais e postos de saúde) não é adequado.

Programas como o Chapéu de Palha mostraram-se de grande importância para os pescadores da colônia, principalmente pelas capacitações viabilizadas e também por representar um complemento a renda do pescador.

Com relação ao seguro desemprego (Seguro defeso para a Pesca artesanal – SDPA), constata-se que esta certamente é a Política Pública que obteve maior êxito em se tratando da pesca artesanal. Mesmo assim o valor baixo pago, os inúmeros erros em sua distribuição, não tornam esta uma solução 100% segura para levantar a autoestima do pescador no período em que não pode exercer sua atividade.

Os programas de financiamento existiram e ainda existem dentro da pesca artesanal e a colônia desempenha papel fundamental na aquisição dos mesmos pelos pescadores de São José da Coroa Grande. Além disso, mesmo não sendo voltados exclusivamente para a pesca artesanal, os programas assistencialistas do governo (Bolsa família) tem papel fundamental na sobrevivência dos pescadores do local.

A questão das políticas públicas voltadas a pesca artesanal é alvo de grande preocupação por parte dos pesquisadores entrevistados nesse estudo. Eles julgam que elas surgem tardiamente e são colocadas em sua maioria para a categoria sem que ocorra participação da classe nas discussões e formulações das mesmas. É consenso também entre eles que já existe algumas mudanças nesse caso e as colônias tem papel de destaque nesse sentido por serem órgãos de representação e organização dos pescadores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pescadores da colônia Z9 em São José da Coroa grande e também aos pesquisadores por sua receptividade e boa vontade em responder as entrevistas que embasaram esse estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdalah, P.R.; Sumaila, U.R. 2007. An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies. *Marine Policy*, 31, 444-450,

Brasil 2009. 3º Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca: Consolidação de uma política de estado para o desenvolvimento sustentável da Aquicultura e Pesca. Brasília – DF. 30 de outubro de 2009.

Brasil. 2011. Controladoria-Geral da República (CGU). Prestação de Contas do Presidente da República [Parte V] - Atuação Por Setor Governamental: Ministério da Pesca e Aquicultura, Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 16p.

Callou, A.B.F. 2013. Movimentos sociais na pesca. Recife-PE: Fasa. 285p

Callou, A.B.F. 1994. A voz do mar. Construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919-1924). São Paulo. 319p.

(Tese de Doutorado em comunicação). Escola de comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em < <https://bdpi.usp.br/item/000739397>> Acesso em 15 de janeiro de 2018.

Carmona, K.; Voivodic, R.; Corrêa, C. Projeto Orla: Plano de Intervenção na Orla Marítima de São José Da Coroa Grande. Recife: Ministério do Meio Ambiente (MMA)/ Secretaria do Patrimônio da União (SPU). 2003. 42p. Disponível em:<http://www.cprh.pe.gov.br/central_servicos/centro_documentacao_informacao_ambiental/central_downloads/39749%3B34001%3B020709%3B0%3B0.asp> acesso em: 16 abr 2017.

Carvalho, F.E.A. 2008. Uma análise preliminar do Programa Pescando Letras em Pernambuco. Revista Edição Popular, Uberlândia, v. 7, p.98-105.

Claro, L.C. 2014. Entre a pesca e a escola: a educação dos povos tradicionais a partir da comunidade pesqueira na Ilha da Torotama (Rio Grande/RS). Rio Grande – RS. 159p. (Dissertação de Mestrado em Educação). Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poesis/artice/viewFile/1637/1231>> Acesso em 12 de maio de 2017.

Coleman, J.S. 1958. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. Human Organization. v. 17: p. 28-36.

CONSEA, 2014. Carta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Presidenta da República, Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2014/10/08/carta-a-dilma-consea-discute-politicas-Publicas-destinadas-a-pesca-artesanal-e-a-aquicultura-familiar/>>. Acesso em: 10/11/2017.

Costa, S.M.L.; Carvalho, E.D.; Moraes, C.A. Araújo, a.l.s.; Militão, E.S. 2009. O perfil socioeconômico do pescador artesanal do reservatório de Ilha Solteira, estado de São Paulo. Informações Econômicas, SP, v.39, (12): p. 39-51.

Dias Neto, J. 2010. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. Revista CEPSUL Biodiversidade e Conservação Marinha. v. 1 (1): p. 66-80.

Dias-Neto, J. 2003. Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil. Brasília: IBAMA, 242 p.

Diegues, A.C.S.. 1999. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Revista Etnográfica, v. 3: (.2) p. 361-375.

Diegues, A.C.S. 1983. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 287 p.

FAO, 2009. El estado mundial de la pesca y la acuicultura. Rome: FAO, 196 p.

Ferreira, B.P.; Maida, M.; Cava, F. 2000. Características e perspectivas para o manejo da pesca artesanal na APA Marinha Costa dos Corais. Anais II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Campo Grande – MT.

Freitas, M.B.; Rodrigues, S.C.A. 2014. As consequências do processo de desterritorialização da pesca artesanal na Baía de Sepetiba (RJ, Brasil): um olhar sobre as questões de saúde do trabalhador e o ambiente. DOI: 10.1590/1413-812320141910.09102014

Goodman, L.A.; 1961. Snowball sampling. The annals of mathematical statistics. Institute of Mathematical Statistics is collaborating with JSTOR to digitize, preserve, and extend access to. The Annals of Mathematical Statistics. v. 32: p. 148 – 170.

Gomes, E.T.A. 2003. Diagnóstico do Turismo nos Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e São José da Coroa Grande. Recife: Ministério do Meio Ambiente/SECTMA/CPRH-GERCO, p.58-71. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/central_servicos/centro_documentacao_informacao_ambiental/central_downloads/39749%3B34001%3B020709%3B0%3B0.asp> Acessado em: 16 abr. 2017.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. 2006. Secretaria Estadual de Educação. Relatório Brasil Alfabetizado e Pescando Letras, Recife: PE.

IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2014. Volume 74 – 2014. Rio de Janeiro.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2001 Censo demográfico de 2000. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.

ICMBio/MMA. Plano de Manejo APA Costa dos Corais. Dezembro de 2014. Tamandaré-PE. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/plano_de_manejo/PM_APACC_2013_JANEIRO.pdf Acesso em: 20 de março de 2019.

Lima, A.C.C.; Callou, A.B.F. 2013. Políticas públicas e assistência técnica para pesca artesanal em Pernambuco. Revista Contexto e Educação, v. 30 (95): p. 93-116

Lima, J.R.C. 2015. Representação ambiental e caracterização da pesca artesanal realizada pela Colônia de Pescadores Z-3, Goiana, Pernambuco. Recife. 79p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em <http://www.pgpa.ufrpe.br/sites/ww2.pgpa.ufrpe.br/files/documentos/jrobson_2015.pdf> Acesso em 15 de maio de 2018.

Lüdke, M.; André, M. 1986. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 99p.

Monteiro, S. P. F. S.; Bezerra, M. M.; Souza M. V.; Jesus, R. P. F. 2012. Avaliação das Capacitações do Programa Chapéu de Palha da Secretaria Estadual de Saúde no ano de 2012. (Tese Especialização). IBMEX. Recife.

Moreno, L.T. 2015. A luta para pescar: reconhecimento e direito social dos pescadores artesanais. MUNDO DO TRABALHO. Revista Pegada – v. 16, (2): p. 16-42.

PROGRAMA PESCANDO LETRAS. 2005. Proposta pedagógica para alfabetização de pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/pescando/pdf/ProgramaPescandoLetras.pdf>> Acesso em: 15 de março de 2019.

Rosa, M.F.M.; Mattos, U.A.O. 2010. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. *Ciênc. Saúde coletiva* [online]. v.15, (1), p.1543-1552. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000700066>.

Santos, J.P.B. 2012. O impacto das Políticas Públicas sobre as praticas tradicionaus dos pescadores da ilha de Itamaracá-PE: o caso do Bolsa Família nas comunidades do Jaguaribe e Pilar. Recife. 147p. (Dissertação de mestrado em administração e desenvolvimento rural). Disponível em <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/4539/2/Joao%20Paulo%20Barbosa%20dos%20Santos.pdf>> Acesso em: 5 de agosto de 2018.

Santos, U.A.F.; Pedó, J.C.J. 2015. Concessão do seguro defeso: uma influência na vida do pescador. *Ciências Humanas e Sociais Unit*. v. 2 (3): p. 183 -194.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA/PR. 2003. Relatório do seminário para elaboração das diretrizes da extensão pesqueira nacional. Brasília-DF.

Seidman, I. E. 1991. *Interviewing as qualitative research. A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences*. Columbia: Teachers College Press. Third Edition. 177p.

Silva, M.T.G. 2014. A política do Seguro Defeso: intenções e avaliação de resultados; o caso de São José da Coroa Grande (PE). 69 p. (**Monografia Graduação**) Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1372>> Acesso em: 16 de março de 2019.

Souza, C. 2006. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 1: (16), p. 20-45.

Sousa D.N. 2013. Diagnóstico preliminar da extensão pesqueira. Palmas, Tocantins: – Embrapa Pesca, 25p.

Vasconcellos, M.; Diegues, A.C.; Sales, R.R. 2007. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: LOBO, A. *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: Ibama: p. 15-63.

4. 3 - Artigo científico III: FATORES QUE INFLUENCIAM DE FORMA POSITIVA OU NEGATIVA NO CAPITAL SOCIAL EXIBIDO PELOS PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z9, EM SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE. PERNAMBUCO

Artigo científico a ser encaminhado a Revista [**Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo**].

Todas as normas de redação e citação, deste capítulo, atendem as estabelecidas pela referida revista (em anexo).

**Fatores que influenciam de forma positiva ou negativa no Capital Social exibido
pelos pescadores artesanais da colônia Z9, em São José da Coroa Grande.
Pernambuco**

RESUMO: Esse estudo teve como objetivo entender de que forma o Capital social dos pescadores artesanais vem sendo estimulado ou desenvolvido. Além disso, busca identificar o papel da colônia nesse sentido. Um questionário foi aplicado junto aos pescadores da colônia. Foram entrevistados também presidentes da colônia (atual e anterior), questionados em relação a aspectos estruturais da colônia, sua importância para os pescadores, aspectos sociais e do associativismo, e pesquisadores que trabalham com o tema, questionados em relação a história da pesca artesanal, importâncias da atividade, associativismo, políticas públicas e capital social. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Ao todo foram 30 entrevistas, 25 pescadores (23 pescadores e 2 presidentes) e 5 pesquisadores. Os resultados mostraram que fatores como desigualdade de gênero tem papel importante na difusão do Capital social, mesmo sendo uma atividade essencialmente masculina, as mulheres têm conseguido espaço e conquistas. Os pescadores sempre exerceram a profissão, sendo assim ricos em conhecimento. A participação nas atividades da colônia segundo eles é assídua mostrando uma atuação social. O setor pesqueiro faz parte do comitê de gestão da APA-Costa dos Corais, gerando assim uma participação política significativa para a categoria. A desvalorização da pesca é outro responsável por esse enfraquecimento, levando o pescador a atividades complementares ou abandono da pesca. A ausência de pescadores com menos de 20 anos, indica desinteresse dos jovens e falta de incentivo. Tudo isso leva a perda de todo o aprendizado de gerações. A colônia detém papel fundamental no fortalecimento do Capital Social devido a capacidade organizativa, lutando por reivindicações e direitos do pescador, sendo o órgão de representação, responsável por dar voz a categoria.

Palavras chave: aspectos sociais, associativismo, participação social, representação do pescador.

ABSTRACT: This study aimed to understand how the social capital of artisanal fishers has been stimulated or developed. In addition, it seeks to identify the role of the colony in this regard. A questionnaire was applied to fishermen from the colony. Also interviewed were presidents of the colony (current and previous), questioned regarding structural aspects of the colony, its importance for fishermen, social and associative aspects, and researchers working on the theme, questioned in relation to the history of artisanal fishing, importance of activity, association, public policies and social capital. The interviews were recorded and transcribed. Altogether there were 30 interviews, 25 fishermen (23 fishermen and 2 presidents) and 5 researchers. The results showed that factors such as gender inequality play an important role in the diffusion of social capital, even though it is an essentially masculine activity, women have achieved space and achievements. Fishermen have always exercised their profession, and thus are rich in knowledge. The participation in the activities of the colony according to them is assiduous showing a social performance. The fishing sector is part of the APA-Costa dos Corais management committee, thus generating significant political participation for the category. The devaluation of fishing is another responsible for this weakening, leading the fisherman to complementary activities or abandonment of fishing. The absence of

fishermen under 20 indicates lack of interest among young people and lack of incentive. All this leads to the loss of all generations learning. The colony plays a fundamental role in strengthening Social Capital due to organizational capacity, fighting for claims and rights of the fisherman, being the representative body, responsible for giving voice to the category.

Key words: social aspects, associativism, social participation, representation of the fisherman.

INTRODUÇÃO

Capital Social é um conjunto de elementos (confiança mútua, cooperação, interesse e participação nas questões políticas) que conferem poder social às pessoas, isto é, a capacidade de contribuir com a coesão social e à integração da comunidade nas questões públicas que norteiam a vida em grupo, no sentido de um desempenho social positivo, conforme afirma Putman (1996). Essa coesão da sociedade com a comunidade cívica seria a existência de uma preocupação com o bem-estar coletivo, deixando de lado o individualismo. De acordo com Bourdieu (1980) e Coleman (1988) o conceito de Capital Social, busca compreender os aspectos ligados à inserção de indivíduos em grupos sociais e os ganhos advindos desta relação.

Maldonado (2009) afirma que o patrimônio comunitário está intimamente relacionado ao Capital Social e é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.

Segundo Farias e Faria (2008) o Capital Social, além do capital físico, humano e produtivo, tem sido crescentemente utilizado na tentativa de explicar o sucesso ou fracasso do desenvolvimento de determinadas regiões geográficas. Para diversas áreas de conhecimento, ele tornou-se um dos fatores preponderantes na explicação de determinados fenômenos, como a desigualdade de desenvolvimento entre regiões de um mesmo país ou o fracasso de políticas de desenvolvimento local.

A pesca é sem dúvidas uma das atividades produtivas mais antigas praticadas no Brasil. Por isso, alcança uma grande importância para as pessoas que dela vivem, bem como para o setor econômico, uma vez que é responsável pela maior parte do pescado consumido e exportado pelo país. Mesmo com a citada importância a atividade pesqueira foi subvalorizada e negligenciada ao longo dos tempos. Poucas foram as Políticas

Públicas que levavam em consideração o papel do pescador artesanal e a contribuição que este poderia dar no norteamento de tais políticas. Jara (2001) afirma que para a instauração do desenvolvimento local é de suma importância ao desenvolvimento do Capital Social e humano, e isso precisa ser feito através da implementação de políticas norteadas pela equidade e satisfação das necessidades humanas, pelo respeito aos recursos naturais, e que permitam o empoderamento dos atores sociais. Algo pouco observado na pesca pelo quase total esquecimento da categoria por parte de quem gere a atividade nos órgãos de governo, essa exclusão é destacada por Callou (1986).

De acordo com Cunha (2009), as Políticas Públicas devem ser elaboradas e implementadas a partir do modelo de concertação dos atores locais envolvidos, pois, mesmo que nesse espaço de complexidade surjam conflitos por opiniões divergentes, também é nesse espaço que surgem soluções para os problemas locais.

Assim, mesmo sem haver intervenção direta no incentivo ao desenvolvimento e expansão do Capital Social em comunidades de pesca, os indivíduos que praticam a atividade encontram, mesmo involuntariamente, maneiras de incorporar e difundir-lo. De acordo com Bilert et al. (2011) a cooperação entre os pescadores na atividade produtiva da pesca em grupo e o compartilhamento da pescaria com todas as famílias da comunidade, além dos elos de solidariedade social, fortalecem a confiança e os mecanismos de coordenação econômica entre os ribeirinhos, assim como vínculos de Capital Social no interior da comunidade.

Neste sentido as colônias de pescadores têm um papel fundamental como instituições representativas na pesca. São entidades que desempenham um papel político importante dentro da categoria e com isso agregam pescadores, formando grupos e os representando perante os órgãos governamentais. Desde sua formação no século passado, as colônias foram ganhando cada vez mais poder de controle em relação ao pescador como afirma Ramalho (2014). Com isso, elas têm sim um papel fundamental na difusão e geração de Capital Social entre os pescadores membros, pois agregam sob sua tutela um número grande deles.

São José da Coroa Grande possui destacada importância no setor pesqueiro do estado de Pernambuco, com isso a colônia Z9 mostra-se uma entidade relevante tanto para o pescador, quanto para a pesca local. Vale ressaltar que o município faz parte da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais juntamente com mais 12 cidades pernambucanas e alagoanas. Com isso, a pesca praticada nesse ambiente deve ser exercida sob as normas do plano de manejo da APA. Esse tipo de instrumento de proteção

ambiental requer uma gestão compartilhada entre todos os setores que ali vivem e trabalham. Desse modo, o Capital Social tem papel de destaque pela presença de relações de confiança mútua e participação política entre os agentes de toda a cadeia.

A relação entre a pesca e o Capital Social, bem como deste com as comunidades de pesca e também as questões de gênero tem sido bastante exploradas na literatura. Autores como Machado e Piccolo (2018), Cunha e Callou (2013), Ferraz e Arrais (2014), Ribeiro e Callou (2015), Varela et al. (2015) e Diegues (1999) tem explorado essas relações do capital social com os diversos setores e agentes que envolvem a pesca.

Tendo por base a importância da pesca artesanal para a região onde se encontra a Colônia Z9 de São José da Coroa Grande e o papel representativo desta colônia, o presente trabalho tem como principal objetivo entender de que forma o Capital social dos pescadores artesanais vem sendo estimulado e desenvolvido. Além disso, busca identificar o papel exercido pela colônia nesse sentido.

MATÉRIA E METODOS

A metodologia aqui utilizada está integralmente descrita em LIMA et al (2019), um artigo a ser publicado na Revista Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo.

Área de estudo

De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), o município de São José da Coroa Grande localiza-se na extremidade meridional do litoral pernambucano. A sede do município tem uma altitude aproximada de 2 metros, coordenadas geográficas de -35 Graus 08 min. 52 Seg. de longitude Oeste e -08 Graus 53 min. 52 Seg. de latitude Sul, distando 121,3 km da capital (Recife), cujo acesso é feito pela BR-101 e PE - 060. Ainda segundo o IBGE (2014), a cidade ocupa uma faixa territorial de 69,338 km², sendo o menor município do litoral sul de Pernambuco, com a segunda maior densidade demográfica dessa região com 243,26 habitantes/km² (Figura 1). Com uma população aproximada de 18.172 habitantes residentes em sua maioria na área urbana da cidade.

Segundo Ferreira e Maidá (2007) São José da Coroa Grande juntamente com mais 12 municípios do litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas, faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, sendo também membro do comitê de gestão desta Unidade de Conservação (UC) desde sua fundação no ano de 1997.

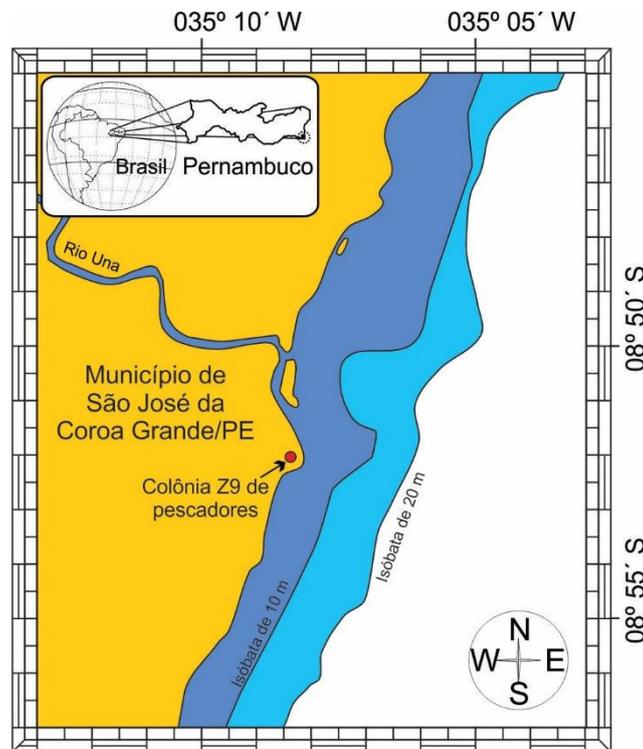


Figura 1: Mapa de localização da colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco.
Fonte: Própria

Dados de Carmona (2004) demonstram que São José da Coroa Grande possui uma orla que se estende por uma área de 10 km. Economicamente guarda traços marcantes da cultura canavieira, sofrendo influências de sua proximidade com o estado de Alagoas. Atualmente, o município desponta como maior produtor pesqueiro do estado e apresenta também riquezas naturais tais como a Área de Proteção Ambiental - APA Costa dos Corais e um complexo estuarino.

Ainda de acordo com Gomes (2003) a pesca é a terceira atividade mais importante de São José da Coroa Grande, sendo responsável pelo sustento das comunidades litorâneas de Várzea do Una e Abreu do Uma, e de grande parte da população residente na sede municipal. O setor pesqueiro tem sido de grande importância na geração de emprego no município, sendo considerado o maior produtor de pescado do estado.

De acordo com Silva (2014) a colônia de pescadores Z9 localizada no centro da cidade de São José da Coroa Grande, possui 1005 pescadores cadastrados, desse total, naquele momento 450 estavam cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Importante destacar que essas foram informações colhidas pelo autor junto a administração da colônia nesse período.



Figura 2: Colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco. Fonte: Google Maps

Instrumento de pesquisa

A pesquisa se deu a partir da aplicação de questionários semiestruturados com os pescadores membros da colônia Z9 entre junho e dezembro do ano de 2016. Esse questionário foi composto por questões que englobaram aspectos da atividade praticada, aspectos sociais e questões relacionadas ao associativismo. As questões foram abertas e fechadas, visando com isso uma análise quali-quantitativa das respostas dadas.

Além dos pescadores membros da colônia foram entrevistados no mesmo período presidentes da colônia, tanto o atual, quanto anterior. O questionário foi composto primordialmente por questões abertas que englobavam aspectos estruturais da colônia, sua importância para os pescadores, aspectos sociais e do associativismo.

A técnica empregada na escolha dos entrevistados é conhecida como Bola de Neve, descrita inicialmente por Coleman (1958) e Goodman (1961). Nela, o entrevistado indica ao final da entrevista outro indivíduo para responder a mesma entrevista, nesse caso em particular um pescador indica outro.

Já entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018 foram entrevistados pesquisadores que desenvolveram ao longo de sua vida profissional trabalhos relevantes com a pesca artesanal e principalmente com os pescadores. Por terem destacada importância como pesquisadores seja na área acadêmica ou na pesquisa em si e também por permanecerem ativos em suas funções, serão utilizados aqui como referências vivas para enriquecimento e construção do estudo.

No momento da entrevista o pesquisador responsável dispunha de um questionário físico onde foram expostas além das respostas dos entrevistados observações adicionais colocadas pelo entrevistado ou pelo próprio entrevistador.

As entrevistas tiveram áudio gravado com o objetivo de colher toda a fala do entrevistado e assim possibilitar uma análise abrangente. Para isso foi utilizado um gravador de áudio da marca Sony, modelo Px 240, com capacidade de armazenamento de 4gb.

Complementando o levantamento de dados foram colhidas informações do município em estudos disponíveis em bibliografia e junto a autoridades competentes, além de observações dos entrevistadores no local, visando comparar tais informações com todo material já disponível a partir das entrevistas realizadas com pescadores, administradores e pesquisadores.

Ao entrevistar esses pescadores objetivou-se ouvir uma classe que tem muito a contribuir, mas que ao longo da sua história foi praticamente esquecida. Atualmente existem estudos que mostram o grau de conhecimento, a imensa contribuição que podem trazer sobre aspectos ambientais e sua vivência na atividade pesqueira. Pessoas que passaram a vida dedicada a uma atividade diretamente ligada ao meio ambiente, bem como a dinâmica de diversas espécies aquáticas, não podem ser deixadas de lado. Seu conhecimento passado de geração em geração precisa ser levado em consideração pela comunidade acadêmica, pelos pesquisadores, pelo meio científico e principalmente pelo governo. São pessoas humildes, que muitas vezes sequer sabem ler e escrever, de vida simples, mas que tem prazer em receber e compartilhar seus conhecimentos. Nesse contexto incluímos presidentes de colônia, apesar de um grau de instrução às vezes maior, são também pessoas simples e que tem muito a contribuir.

De acordo com Seidman (1991), o principal motivo de se realizar uma entrevista é o interesse nas histórias das pessoas. O propósito da entrevista detalhada não seria, portanto, o de fornecer respostas a perguntas específicas, nem mesmo o de testar hipóteses ou avaliar algo específico, mas buscar tentativas de compreender a experiência de outras pessoas e os significados que elas atribuem para essas experiências. Na maioria dos casos, como alerta o autor, seria possível alcançar os resultados desta observação sobre o outro, embora dificilmente seja possível ter acesso à compreensão subjetiva desse indivíduo. É preciso reconhecer os limites dessa compreensão.

Ainda segundo o mesmo autor, o caminho mais próximo dessa compreensão subjetiva seria a capacidade de colocar o comportamento dentro do contexto. Dessa forma, a entrevista possibilitaria acesso ao contexto do comportamento das pessoas e promoveria um caminho para o pesquisador compreender os significados desse comportamento. A hipótese básica da pesquisa a partir da entrevista é a de que os

significados que as pessoas atribuem a suas experiências afetariam o modo como elas as executam.

A entrevista, como afirma Lüdke e André (1994), “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas”.

Para embasar esse estudo foram realizadas 30 entrevistas, sendo 23 pescadores membros da colônia, 2 presidentes (a presidente atual e um ex-presidente) e 5 pesquisadores.

Os 5 pesquisadores foram: o Dr. Ângelo Brás Callou, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; os pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ: Dra. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa, e o Dr. Tarcísio dos Santos Quinamo; o Dr. Antônio Carlos Sant’Ana Diegues, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; e o Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Estes pesquisadores foram escolhidos por sua contribuição no meio científico com o tema desse estudo. São muitos anos de experiência de cada um, artigos publicados em periódicos, livros, entre outros.

Análise dos dados

Por motivos éticos não serão citados nominalmente os pescadores entrevistados e suas respostas juntamente com as dos pesquisadores que também não serão identificadas. Assumiu-se a partir desse momento a seguinte nomenclatura para identificar as respostas:

- Pescador 1, Pescador 2, Pescador 3... Pescador 25
- Presidente 1 e Presidente 2
- Pesquisador 1, Pesquisador 2... Pesquisador 5

Após as entrevistas com os três grupos, o áudio foi transcrito, através da ferramenta oTranscribe (<http://otranscribe.com/>) Que possibilitou uma melhor sincronização do áudio com o texto digitado.

Em seguida essas entrevistas foram agrupadas em três conjuntos (Pescadores, administradores e pesquisadores). Assim foi possível analisar individualmente as respostas de cada grupo e compara-las dentro do grupo e com os demais.

As informações referentes ao município colhidas junto a prefeitura e em bibliografia disponível fizeram parte de todo o material utilizado nesse estudo, junto as opiniões e visões expostas pelos sujeitos da pesquisa.

Os dados quantitativos obtidos foram dispostos em planilhas de dados para confecção de gráficos e tabelas, onde foram especificados as frequências e os percentuais para as respostas dadas, quando possível. Com isso buscou-se demonstrar as diferenças entre respostas de um grupo e em relação aos demais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 30 entrevistas, sendo 23 pescadores membros da colônia, 2 presidentes (a presidente atual e um ex-presidente) e 5 pesquisadores.

Foram entrevistados 5 pesquisadores: o Dr. Ângelo Brás Callou, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; os pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ: Dra. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa, e o Dr. Tarcísio dos Santos Quinamo; o Dr. Antônio Carlos Sant'Ana Diegues, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; e o Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Estes pesquisadores foram escolhidos por sua contribuição no meio científico com o tema desse estudo. São muitos anos de experiência de cada um, artigos publicados em periódicos, livros, entre outros.

A igualdade social é fator fundamental para a expansão do Capital Social nas mais variadas organizações de indivíduos. Porém de acordo com o exposto por Varela e Moledo (2015) na pesca existe uma serie de desigualdades sociais que vem ao longo do tempo causando sérios danos ao próprio pescador. Segundo eles, a desigualdade de gênero principalmente na pesca é bastante acentuada devido a características da própria atividade. A mulher na pesca se limita a participar de ações que não interfiram em suas atribuições domésticas. Sua participação social é fortemente controlada também pela vontade dos maridos que tem não só o controle da atividade, na maioria dos casos, mas também ascensão sobre elas dentro de suas casas.

No presente estudo a maior parte dos entrevistados foi do sexo masculino, como está exposto. Mesmo aquelas mulheres entrevistadas declararam participar de atividades que demandam menos tempo do seu dia, na maioria das vezes que não exija grandes descolamentos e assim lhe permita cuidar das atividades domésticas, como é o caso da Mariscagem citada pelas entrevistadas.

Fica evidente ainda segundo Varela e Moledo (2015) que é preciso atuar para reduzir as desigualdades e assim ampliar a igualdade social e conseqüentemente melhorar

a qualidade de vida e participação social de um grande número de mulheres que vivem nessa situação em grande parte do mundo. Bilert et al. (2011) cita as vantagens e contribuições que se acentuam a medida que se implantam políticas de diminuição das desigualdades de gênero. Resultados que nesse caso também ampliam a presença do Capital Social nessas comunidades.

Mesmo com todas as limitações impostas por toda a cultura não só da pesca, mas de todo um país, as mulheres têm lutado e alcançado grandes vitórias. Na pesca essas lutas se concentram principalmente dentro das colônias onde elas em alguns casos chegam a ser maioria. No caso, em particular da colônia Z9, em São José da Coroa Grande, a conquista do benefício do seguro desemprego para a pesca (seguro defeso) foi fruto da luta das mulheres da colônia, assim como o Programa Chapéu de Palha.

Nesse estudo colocam-se duas visões que concordam e exaltam a luta das mulheres e suas conquistas. O Pesquisador 4 destaca essas conquistas apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Já o Pesquisador 5 através de um exemplo real e tratando diretamente do Capital Social, afirma que este é fortalecido à medida que as mulheres obtêm mudanças significativas em seu modo de vida e status dentro da pesca.

“...Enquanto que as mulheres, elas têm que aguentar lá a família, elas têm que dar um jeito de se... com o pouco recurso que tem, de alimentar os filhos ne. Então, eu acho que daí vem a força das mulheres é... muitas vezes eu tenho a impressão que elas necessitam menos dos homens do que o inverso. É...e... eu sempre que vejo um projeto de mulheres, eu apoio e o que eu puder fazer eu faço, porque eu acho que elas são heroínas mesmo nessa questão da pesca ne.” (PESQUISADOR 4, 2018).

“...Itapissuma tem uma história de luta política de organização social fantástica nos anos 70, 80 e 90. Foi lá o local onde as mulheres se organizaram primeiro, conseguiram as carteiras de pescadores, lutaram contra a poluição dos recursos hídricos, defendendo a colônia... então é... isso é uma outra questão, esse capital social ele consegue se difundir é... é... pra essa população como um todo, essa é a primeira coisa.”(PESQUISADOR 5, 2018).

É comum na pesca a forte presença do trabalho familiar, nesse estudo vários dos pescadores afirmaram ter algum parente trabalhando em conjunto e também sendo parte da colônia Z9. Nesse sentido Milani (2003) que analisa o desenvolvimento local,

remetendo a reflexão às redes sociais¹⁷ e capital social. Essa categoria é analisada por Milani (2003), à luz de Putnam, entendendo ser o termo possuidor de característica que apontam a necessidade de disponibilidade e sinergia entre os componentes de determinado grupo organizado, como as associações. No caso da pesca e nesse caso em particular a colônia exerce essa função.

A maior parte dos pescadores entrevistados, bem como os dois presidentes, afirmaram exercer essa atividade durante toda a vida. Tendo todo o aprendizado da prática recebido de seus pais ou familiares mais velhos. De acordo com o exposto por Machado e Piccolo (2018), a identificação com o estilo de vida da profissão é o fator que mais tem fortalecido o Capital Social na pesca. Ainda de acordo com o mesmo autor a pesca possui características que a diferenciam de praticamente todas as demais atividades produtivas presentes no meio rural. Os pescadores normalmente destacam o trabalho autônomo, a inexistência de um patrão, o contato direto com a natureza constantemente e principalmente a liberdade que possui tudo isso trás uma satisfação diferente de outras atividades. O Pesquisador 3 destaca justamente essas características da pesca.

“...A pesca artesanal não, é um meio de vida, é diferente. Não é só uma profissão, ele não sai do ambiente dele pra ir trabalhar e volta. O ambiente dele é o ambiente de trabalho. No final de semana ele vai com a família dele pra o mesmo ambiente de trabalho e o hobby dele é o mesmo... é a mesma coisa que ele faz. Então ele pesca e depois ele fica bebendo e concertando rede. E o concertar rede pra ele não é um esforço, nem é um trabalho, é um hobby né...então assim, eu vejo...”
(PESQUISADOR 3, 2018)

Porém, ainda de acordo com Machado e Piccolo (2018) muitas tem sido as transformações ocorridas dentro da atividade, tais como desvalorização do pescado, perda progressiva da perspectiva de continuidade por exemplo. Assim, ocorre um enfraquecimento do Capital Social desses pescadores. As dificuldades que assolam a atividade os fazem desanimar em alguns momentos, mas verificaram-se em afirmações de alguns uma certa incapacidade para exercer outra atividade devido ao fato de só saber pescar, é o caso do Pescador 19.

“Hoje a gente pesca pouco... muito pouco... eu mesmo pescava muito nesse mar, ganhei muito dinheiro. Mas depois Suape diminuiu muito, tudo diminuiu... tem peixe aí que a gente nem vê mais... Desanima a

gente, da vontade de parar. Mas fazer o que... só sei pescar mesmo”
(PESCADOR 19, 2016).

A colônia Z9 contava no período da realização das entrevistas com cerca de 1000 pescadores cadastrados segundo informações repassadas pelo Presidente 2. Dos entrevistados, todos disseram estar em dia com a mensalidade paga a colônia para manutenção do registro.

Durante muito tempo, desde a sua fundação até períodos recentes, essas colônias viveram momentos difíceis, seja pelo quase total esquecimento por parte do poder público, pela constante mudança dos órgãos gestores da pesca no país e principalmente pelas Políticas Públicas na grande maioria dos casos serem implantadas de forma vertical deixando de lado a participação do pescador na sua formulação.

Nesse sentido, Cunha e Callou (2013) destacam a criação da SEAP/PR (Secretaria especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República) em 2003 como um marco importante para a mudança do quadro citado anteriormente. Nesse momento a implementação das Políticas Públicas passa a ser condicionada às articulações interinstitucionais. Com isso se buscou construir parcerias entre os setores da sociedade para assim conseguir fortalecer o Capital Social.

Com esse novo cenário que se estende até o fim do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em 2015, muitas dessas entidades organizacionais passaram a viver um momento diferente, onde alcançaram uma grande melhoria de infraestrutura e representatividade para a categoria. No caso das colônias de pescadores não foi diferente, em particular a colônia Z9 em São José da Coroa Grande vem obtendo êxito nos seus projetos e implementação das Políticas Públicas voltadas para a categoria. Isso ficou evidente nas entrevistas realizadas com os pescadores e administradores da mesma. Um dos questionamentos feitos aos pescadores foi se estavam satisfeitos com a administração da colônia e a maioria respondeu sim (Figura 4). A principal justificativa dada por eles foi em relação aos benefícios conquistados pelo administrador para a categoria.

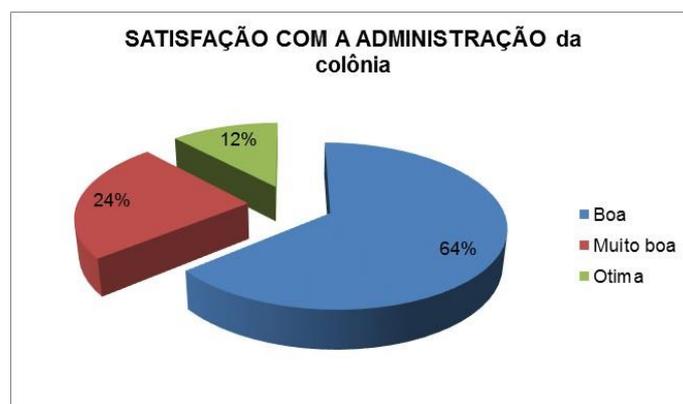


Figura 3: Avaliação dos pescadores da colônia Z9 em relação a administração da mesma.

Nas respostas dos presidentes fica claro também a mudança ocorrida de um momento onde não havia ainda tantos investimentos para outro onde se observava um momento melhor com novas políticas e mais recursos para a categoria. Os dois presidentes destacam essa diferença, o Presidente 1 que esteve no cargo no passado (década de 90) ressaltava as dificuldades que enfrentou pelo momento, já o Presidente 2 que exercia o cargo no momento da entrevista salienta muitos benefícios oriundos dos do seu mandato.

“Acredito. Eu fui o primeiro... eu fui o primeiro a conseguir barco pra pescador aqui no.... no.... no...., não tinha. E tem mais uma coisa, não foi plano do governo... assim, pra dizer assim ... porque hoje tem ne? Hoje em dia a colônia vai direto pra... pra o pescador e faz, Naquela época não tinha. Aí havia uma cooperativa em Recife, aí o presidente da cooperativa me conhecia, veio aqui com um associado pra conseguir barco. Consegui 10 barcos pra aqui, pra os pescador...” (PRESIDENTE 1, 2016).

“É por que pelo menos eu resgatei a auto estima da, da classe... É... Organizei a colônia em relação a documentações e muitas coisa... As dividas que tinha a gente derrubou todas. As pendencia todinha que tinha aqui, já táva sem convenio com INSS, com a previdência, com os órgão mesmo né.... No caso de... de... Da receita né. Aí a gente tinha essas pendencias todinha né... E que como... Se num... Num se atualiza, num se faz em dia, num se declara, fica... Gera divida...” (PRESIDENTE 2, 2016).

Para Putman (2007) os mecanismos para acionar a participação encontram alicerce na confiança mútua e na socialização dos benefícios conquistados,

imprescindíveis para a materialização do capital social que garante a coesão dessas ações por intermédio das redes de relações externas e internas de instâncias alternativas organizativas, como cooperativas e associações. Assim essa confiança em um representante torna-se fundamental para a satisfação dos membros de uma instituição e enriquecer e fornecer o capital social desses indivíduos.

Devido a todos esses fatores as colônias desempenham um papel muito relevante a medida que são as instituições responsáveis por reunir e representar os pescadores. Segundo Abramovay (2000), a ação social de uma organização civil possui determinantes percebidas no âmbito de sua dinâmica interna, nesse caso em particular, o Capital Social. Porém, mesmo esse capital tem relação com elementos que não são totalmente internos, mas dizem respeito ao conjunto de relações estabelecidas no ambiente sociopolítico no qual a instituição está inserida, como o acesso as Políticas Públicas e aos canais de comunicação consolidados com o advento da globalização assim como a participação em redes de cooperação e as relações estabelecidas com grupos de políticas conflitantes. Ainda nesse sentido o Pesquisador 1 faz um paradoxo da relação entre as Polícias Públicas e o Capital Social na pesca.

“...mas eu acho que ha, a gente não pode ignorar isso neh? Eu acho que as politicas Públicas dá as costas para esse tipo de capital social que tá acontecendo neh, as preocupações ambientais que tá dentro dali, a lucidez dos problemas enfrentados que vem na maioria de fora não é que vem de fora. Então eles tem uma percepção muito clara a meu ver, a julgar pelo que eu vi ali, dos documentos que saíram que comparativamente ao que eles eram a 50 anos atrás há uma diferença é... Considerável e tem que se considerar pelas pessoas que lidam seja com sua pesquisa, seja com a sua ação publica, dos órgãos públicos, seja no apoio a esses movimentos de que esse capital social é importante e que precisa ser considerado, quando o tema é pesca artesanal, sobre tudo.” (PESQUISADOR 1, 2016).

Alguns fatores presentes na pesca artesanal tem sido responsáveis por enfraquecer o capital social acumulado pelos pescadores ao longo de décadas. Um dos principais está relacionado ao afastamento dos pescadores da atividade e o não incentivo a participação dos seus filhos. Na presente pesquisa a maior parte dos pescadores destacou a presença de outros parentes na atividade como irmãos e esposas, mas poucos relataram ter filhos atuando na pesca. Tal fato fica claro a partir da fala do Pescador 4.

“minha mulher e marisqueira, mas também já ta aposentada. Filhos não quiseram...” (PESCADOR 4).

Esse desestímulo a participação dos filhos de pescadores por seus pais, bem como o abandono da atividade de pescadores mais experientes é causado por uma questão em comum, a pouca rentabilidade da atividade e a redução nos volumes pescados. Nesse sentido, atividades secundárias como as ligadas ao veraneio e turismo acabam ganhando a preferência dos pescadores em detrimento a pesca, é o que afirmam Clauzet et al (2005) e Adrião (2006). Isso leva a uma consequente quebra do Capital Social acumulado que pela falta de alternância de gerações é quebrado e perdido.

Conforme ilustra a figura 5 um fator que deixa ainda mais evidente as questões citadas anteriormente está relacionada a faixa etária dos pescadores entrevistados nesse estudo. Com base na figura é possível concluir que nenhum dos entrevistados tinha no momento da entrevista menos de 20 anos de idade.

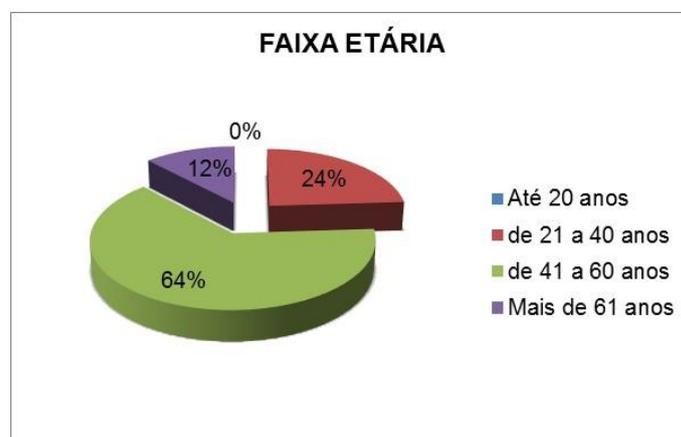


Figura 4: Faixa etária dos pescadores entrevistados na colônia Z9 em São José da Coroa Grande.

Cardoso et al (2018) são alguns dos autores que destacam o desinteresse dos jovens envolvidos na pesca. De acordo com os mesmos, tal situação juntamente com o abandono da atividade ocorre muito em áreas em que a pesca artesanal disputa espaço e mão de obra com a pesca industrial. Mesmo que permaneçam na pesca artesanal os pescadores artesanais buscam modalidades que possam exercer em conjunto, como a pesca de peixe em conjunto com a de camarão. Tudo isso causa uma diminuição também na sua capacidade organizacional e atuação em órgãos de classe como as colônias, levando a redução e desaparecimento do Capital Social.

Um outro fator responsável por enfraquecer o capital social é o fato de ter ocorrido muitas falhas na elaboração de políticas públicas, em particular a forma como foram viabilizadas para atender à demanda pesqueira no Brasil, ou seja, com um olhar enviesado

do Estado materializado na criação de vários órgãos cuja prática assistencialista é representada no atendimento das carências sociais numa não sinergia entre Estado e localidade que, para Yáñez (1999) e Leonardo (2005), são mecanismos que contribuem para o enfraquecimento do capital social.

CONCLUSÕES

A importância da participação social na construção do capital social exibido pelos pescadores artesanais da colônia Z9 bem como da influência de diversos fatores internos e externos na manutenção desse capital pode-se concluir que um dos fatores que precisam de uma urgente atenção é a desigualdade de gênero dentro da atividade. Uma vez que a mulher atualmente desempenha um papel fundamental não só na atividade de pesca em si, mas nas lutas por direitos da categoria, na organização da pesca e tem uma participação político/social bastante efetiva. Na colônia Z9 as mulheres foram responsáveis por grandes conquistas como o seguro defeso para os pescadores.

Os pescadores entrevistados mostraram-se bastante identificados com a atividade que praticam, situação que tem sido maior responsável pelo fortalecimento do Capital Social. Destaca-se também o fato de todos os entrevistados dizerem participar com assiduidade das atividades da colônia.

As mudanças ocorridas a partir da melhoria econômica do país como um todo foram responsáveis por um fortalecimento das colônias que passaram a ter maior aporte de investimentos e assim atraem mais pescadores. Com isso, o pescador passa a ter um papel mais importante dentro do contexto social da entidade como foi colocado pelos entrevistados. Porém, essa participação nem sempre é voluntária e isso ficou evidente quando muitos pescadores disseram estar filiados a colônia por questões como aposentadoria.

Ainda ficou claro que os pescadores entrevistados não eram jovens, demonstrando uma baixa participação destes nas atividades. Fato explicado pelas dificuldades econômicas que a atividade sempre enfrentou, gerando assim um não estímulo por parte dos pais para que seus filhos trabalhem na atividade. O Capital Social acumulado a partir da vivência na atividade e passado de pai para filho é então, perdido completamente quando os filhos de pescadores buscam alternativas de trabalho mais rentáveis.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pescadores da colônia Z9 em São José da Coroa grande e também aos pesquisadores por sua receptividade e boa vontade em responder as entrevistas que embasaram esse estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovay, R. 2000. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*. v. 4: (2), p. 379-397.

Adrião, D. 2006. Pescadores de Sonhos: um olhar sobre as mudanças nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. v. 1, (2) p. 11-21.

Bilert, V.S.S.; Perondi, M.A.; Pereira, A.A.; Ternoski, S. 2011. A contribuição do capital social para o Desenvolvimento local sustentável. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR*. v. 11: (21) p. 29 – 42.

Bourdieu, P. 1980. Le capital social. In: *Actes de la recherche en sciences sociales. Actes de la Recherche en Sciences Sociales* v. 31. p. 2-3.

Callou, A.B.F. 1994. A voz do mar. Construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919-1924). São Paulo. 319p. (Tese de Doutorado em comunicação). Escola de comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em < <https://bdpi.usp.br/item/000739397>> Acesso em 15 de janeiro de 2018.

Cardoso, M.C.; Silva, R.E.; Silva, A.D.B.; Chiba, H.S.A. Pescadores artesanais, conflito de interesses e os recursos pesqueiros vistos como capital natural crítico: o caso do Lago do Juá em Santarém, Pará. *O Social em Questão*. (40): p. 307-332.

Carmona, K.; Voivodic, R.; Corrêa, C. Projeto Orla: Plano de Intervenção na Orla Marítima de São José Da Coroa Grande. Recife: Ministério do Meio Ambiente (MMA)/ Secretaria do Patrimônio da União (SPU). 2003. 42p. Disponível em:<http://www.cprh.pe.gov.br/central_servicos/centro_documentacao_informacao_ambiental/central_downloads/39749%3B34001%3B020709%3B0%3B0.asp> Acessado em: 16 abr 2017.

Clauzet, M.; Ramires, M.; Barella, W. 2005. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no Litoral de São Paulo, Brasil. *Multiciência, Campinas*, v. 4: p. 1-22.

Coleman, J.S. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. 1958. *Human Organization*. v. 17: p. 28-36.

Cunha, E.J. 2009. Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó – Paraíba (2003 – 2007). Recife. 81p. Dissertação de mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX), Universidade

Federal Rural de Pernambuco. Disponível em <www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6068> Acesso em 2 de agosto de 2017).

Cunha, E.J.; Callou, A.B.F. 2013. Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó, Paraíba. INTERAÇÕES. v. 14 (2): p. 237-250.

Diegues, A.C.S.. 1999. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Revista Etnográfica, v. 3: (.2) p. 361-375.

Farias, I.O.; Maria Vilma Coelho Moreira Faria, M.V.C.M. 2008. Capital social e a formação de grupos solidários do Programa CrediAmigo: desafios e possibilidades. Revista Economia e Gestão da PUC Minas. v. 8 (17): p. 107-129.

Ferraz, J.H.M.; Arrais, F.N.O. 2014. Políticas públicas e capital humano para o desenvolvimento local da pesca artesanal. HOLOS. v. 5 (1): p. 283-300.

Ferreira, B.P.; Maida, M.; Cava, F. 2000. Características e perspectivas para o manejo da pesca artesanal na APA Marinha Costa dos Corais. Anais II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Campo Grande – MT.

Gomes, E.T.A. 2003. Diagnóstico do Turismo nos Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e São José da Coroa Grande. Recife: Ministério do Meio Ambiente/SECTMA/CPRH-GERCO, p.58-71. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/central_servicos/centro_documentacao_informacao_ambiental/central_downloads/39749%3B34001%3B020709%3B0%3B0.asp> Acessado em: 16 abr. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2001 Censo demográfico de 2000. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.

IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2014. Volume 74 – 2014. Rio de Janeiro.

ICMBio/MMA. Plano de Manejo APA Costa dos Corais. Dezembro de 2014. Tamandaré-PE. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/plano_de_manejo/PM_APACC_2013_JANEIRO.pdf Acesso em: 20 de março de 2019.

Jara, C. J. 2001. Capital humano e capital social no desenvolvimento local sustentável. In: As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável. Brasília: IICA. P. 99

Leonardo, R.X. 2006. As associações em sentido estrito no direito privado. São Paulo. (Tese de Doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://dedalus.usp.br/F/NBUX3P18N6U99D9C93HPY11Q9PTJ6XI9F9CKEULYVEE4XCTN4Y24818?func=findb&local_base=FD&request=rodrigo+leonardo+xavier&find_code=WRD&adjacent=N&pds_handle=GUEST> Acesso em: 10 de abril de 2019.

Lüdke, M.; André, M. 1986. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 99p.

Machado, I.C.; Piccolo, N.I.P. 2018. As condições para se viver e a qualidade de vida dos pescadores do Perequê/Guarujá, São Paulo, Brasil: uma abordagem quali-quantitativa. *INTERCIÊNCIA*. v. 43 (1): 43-49.

Maldonado, C. 2009. O turismo rural comunitário na América Latina gênese, características e políticas. In.: Bartholo Jr., R. Sansolo, D.G., Bursztyn, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.508p.

Maruyama, L.S.; Castro, P.M.G.; Paiva, P. 2009. Pesca artesanal no médio e baixo tietê, são paulo, brasil: aspectos estruturais e socioeconômicos. *Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo*. v. 35 (1): p. 61 – 81.

Milani, A. 2003. Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintados (Bahia, Brasil).In. *anais do IV Congresso Regional ISTR-LAC*. San José, Costa Rica.

Putnam, R.D. 1996, *Comunidade e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 257p.

Putnam, R.D. 2007. *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna*. 5 edição. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Ramalho, C.W.N. 2014. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional - da reserva naval à aquícola. *R U R I S*. v.8, (1): p.31-62.

Ribeiro, F.P.; Callou, A.B.F. 2015. Capital social de pescadores e a criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso – Pernambuco. *Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM*, v. 22 (1): p.24-42.

Santos. M.A.S. 2005. A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. *Amazônia: Ciencia e Desenvolvimento*, Belém, v.1 (1): p. 61-81.

Seidman, I. E. 1991. *Interviewing as qualitative research. A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences*. Columbia: Teachers College Press. Third Edition. 177p.

Silva Jr., S. 2014. Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: reserva extrativista de Caeté-Taperaçu/ Amazônia bras. *Scripta nova*, v. 18: p. 1-11.

Silva, M.T.G. 2014. A política do Seguro Defeso: intenções e avaliação de resultados; o caso de São José da Coroa Grande (PE). 69 p. (**Monografia Graduação**) Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1372>> Acesso em: 16 de março de 2019.

Varela, S.R.; Rego, M.A.S.; Moledo, M.L. 2015. Mujer y capital social en las comunidades pesqueras de Cabo Verde. *Revista de Pedagogia*. v. 67 (4): p. 125-139.

Yánes, E. *Capital social, pobreza y políticas públicas*. Canadá Editora.1999.

4. 4 - Artigo científico IV: PARTICULARIDADES E CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE PESQUEIRA PRATICADA EM PELOS MEMBROS DA COLÔNIA Z9 EM SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE (PERNAMBUCO, BRASIL)

Artigo científico a ser encaminhado a Revista [**Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo**].

Todas as normas de redação e citação, deste capítulo, atendem as estabelecidas pela referida revista (em anexo).

Particularidades e características da atividade pesqueira praticada em pelos membros da colônia Z9 em São José da Coroa Grande (Pernambuco, Brasil)

RESUMO: Esse estudo teve como objetivo mostrar as principais características da pesca praticada pelos membros da colônia Z9 e demonstrar como influencia na vida desses pescadores. Foram entrevistados pescadores e presidentes da colônia (atual e anterior), questionados em relação a aspectos estruturais da colônia, importância para os pescadores, aspectos sociais e do associativismo, e pesquisadores que trabalham com o tema, questionados sobre a história da pesca artesanal, importância da atividade, associativismo, políticas públicas e capital social. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Foram 30 entrevistas, 25 pescadores (23 pescadores e 2 presidentes) e 5 pesquisadores. Resultados mostraram que os entrevistados são em sua maioria nativos (64%) e do sexo masculino (84%), demonstrando ainda certa exclusão das mulheres, embora tenha-se observado grandes conquistas obtidas por elas. O número de filhos por pescador foi baixo, poucos tinham mais que 3 filhos. Apenas 12% eram pensionistas. Para eles a melhor época para a pesca depende das espécies alvo. O principal destino da produção é o atravessador, diminuindo a possibilidade de melhores rendimentos. Para aumentar seu poder de pesca e autonomia no mar, 84% usam embarcação e o principal tipo é o barco a motor. Porém, 40% são apenas pescadores e muitos trabalham para outros que são donos de embarcações. A arte de pesca mais usada é a linha de mão. Apesar da área onde atuam os pescadores ser parte da APA-costa dos Corais, possíveis problemas por conta disso não foram relatados. Apesar das melhorias na vida dos pescadores observada nas últimas décadas, eles ainda sofrem com o descaso dos órgãos públicos e a pouca valorização do trabalho, mesmo assim se mantem ativa e tem obtido avanços na atividade e no âmbito social.

Palavras chave: pesca, aspectos sociais, pesca artesanal, pescadores

ABSTRACT: This study aimed to show the main characteristics of the fishing practiced by the members of the Z9 colony and to demonstrate how it influences the life of these fishermen. We interviewed fishermen and presidents of the colony (current and previous), questioned regarding structural aspects of the colony, importance for fishermen, social and associative aspects, and researchers working on the theme, questioned about the history of artisanal fishing, importance activity, associativism, public policies and social capital. The interviews were recorded and transcribed. There were 30 interviews, 25 fishermen (23 fishermen and 2 presidents) and 5 researchers. Results showed that the interviewees are mostly natives (64%) and males (84%), showing a certain exclusion of women, although great achievements have been observed. The number of children per fisherman was low, few had more than 3 children. Only 12% were pensioners. For them the best time for fishing depends on the target species. The main destination of the production is the middleman, reducing the possibility of better yields. To increase their fishing power and autonomy at sea, 84% use craft and the main type is the motor boat. However, 40% are just fishermen and many work for others who own boats. The most commonly used fishing gear is the hand line. Although the area where the fishermen work is part of the APA-coast of the Corais, possible problems due to this have not been reported. Despite the improvements in the lives of fishermen observed in the last decades, they still suffer from the neglect of public agencies and the low appreciation of work, yet they remain active and have made progress in the activity and in the social sphere.

Key words: fishing, social aspects, artisanal fishing, fishermen

INTRODUÇÃO

A pesca é uma das atividades mais tradicionais para os povos que habitam as regiões costeiras. Estima-se que atualmente 520 milhões de pessoas (8% da população mundial) dependem direta ou indiretamente da atividade pesqueira, gerando uma receita em torno de US\$ 220 e 235 bilhões anualmente (SUMAILA et al, 2011). Quanto à alimentação, a pesca constitui, em muitos casos, a principal fonte proteica para a população costeira, suprimindo ainda em torno de 15% das necessidades proteicas de pelo menos 3 bilhões de pessoas ao redor do mundo (ISAAC et al, 2006).

De acordo com o exposto por Mendes (2018) a pesca artesanal é uma atividade primordialmente baseada em um trabalho pouco mecanizado. Emprega, como meio de realização, motores de pouca potência em pequenas embarcações (quando não apenas movidas por remos e velas), contando, no mais, com a força e o empenho do corpo humano. Embora a indústria pesqueira tenha desenvolvido um rico arsenal tecnológico, subsiste e afirma-se a pesca artesanal distante dessas indústrias. Isso porque é atividade fonte geradora de renda de muitas famílias (mais de 600 mil pessoas em todo o Brasil, segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, de 2010) e possibilita o desenvolvimento econômico autônomo, distante de um mercado de trabalho formal.

A pesca artesanal no Brasil apresenta importância social, tanto no contexto local, como regional, sendo fonte de subsistência de populações ribeirinhas que dependem desta atividade diretamente ou indiretamente através de atividades relacionadas (SANTOS et al., 2012). De acordo com Maruyama et al (2009) a pesca tem contribuído significativamente no âmbito socioeconômico para muitas comunidades, uma vez que serve como fonte de alimento, trabalho e fortalecimento cultural para a população que vive dela (MARUYAMA et al., 2009).

Essa atividade sempre foi um importante meio de produção no litoral brasileiro e vêm recebendo grande ênfase nos últimos anos em relação à preservação cultural e biológica (Diegues, 1998). No Brasil a pesca artesanal possui numerosas e complexas especificidades e levam em consideração fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada local. Seus usuários utilizam diversos meios de produção (petrechos, embarcações e estratégias) para capturar diversos recursos

geralmente pouco abundantes, em um meio em constante mudança (DIEGUES, 1983) e ainda com conflituosas relações sociais.

No Brasil, segundo dados do boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura de 2010, a produção de pescado para o referido ano foi de 1.264.765 t, registrando-se um incremento de 2% em relação a 2009, quando foram produzidas 1.240.813 t de pescado. Nessa produção nacional, de acordo com a média dos últimos 10 anos, a pesca artesanal é responsável por 65% da produção total de pescado, sendo a principal renda de 957 mil pescadores e suas famílias (MPA, 2012).

Mesmo não sendo uma entidade que surgiu a partir da vontade e/ou ações dos próprios pescadores, as colônias desempenham desde sua fundação um papel de grande importância para a categoria. São responsáveis não apenas por representar os seus associados, mas também por organiza-los de forma que possam requerer direitos e alcançar maior representatividade perante os órgãos governamentais e a sociedade.

De acordo com informações de Ramalho (2016), Gomes (2003) e IBGE (2000) o município de São José da Coroa Grande possui destacada importância dentro do setor pesqueiro do estado de Pernambuco. A pesca é a terceira atividade produtiva mais praticada na cidade, sendo fonte de renda para um número significativo de pessoas. Além disso São José da Coroa Grande é o maior produtor de pescado do estado. Devido a essa destacada importância matem-se na cidade a colônia de pescadores Z9 responsável pela organização e representação desses pescadores. Além disso, a área de pesca no município está inserida na área de domínio da Area de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APA Costa dos Corais), fazendo parte do comitê de gestão, juntamente como mais 12 municípios divididos entre Pernambuco e Alagoas. O plano de manejo da APA regula a atividade pesqueira e limita sua área de atuação.

Entender as comunidades e o ambiente em que vivem requer uma série de estudos, nos quais o envolvimento se dá através de dois principais componentes que não estão relacionados e são independentes entre si: deve-se observar o modo de vida da comunidade estudada, compreendendo situações de vivências práticas e atentar-se a saber como se dá a utilização dos recursos naturais locais, bem como a cultura e tradição existentes (SILVA et. al, 2007).

Com base no exposto o presente estudo teve como principal objetivo mostrar as principais características da atividade pesqueira praticada pelos membros da colônia Z9 e demonstrar de que forma a pesca influencia na vida daqueles que dela dependem

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia aqui utilizada está integralmente descrita em LIMA et al (2019), um artigo a ser publicado na Revista Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo.

Área de estudo

De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), o município de São José da Coroa Grande localiza-se na extremidade meridional do litoral pernambucano. A sede do município tem uma altitude aproximada de 2 metros, coordenadas geográficas de -35 Graus 08 min. 52 Seg. de longitude Oeste e -08 Graus 53 min. 52 Seg. de latitude Sul, distando 121,3 km da capital (Recife), cujo acesso é feito pela BR-101 e PE - 060. Ainda segundo o IBGE (2014), a cidade ocupa uma faixa territorial de 69,338 km², sendo o menor município do litoral sul de Pernambuco, com a segunda maior densidade demográfica dessa região com 243,26 habitantes/km² (Figura 1). Com uma população aproximada de 18.172 habitantes residentes em sua maioria na área urbana da cidade.

Segundo Ferreira e Maidá (2007) São José da Coroa Grande juntamente com mais 12 municípios do litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas, faz parte da Area de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, sendo também membro do comitê de gestão desta Unidade de Conservação (UC) desde sua fundação no ano de 1997.

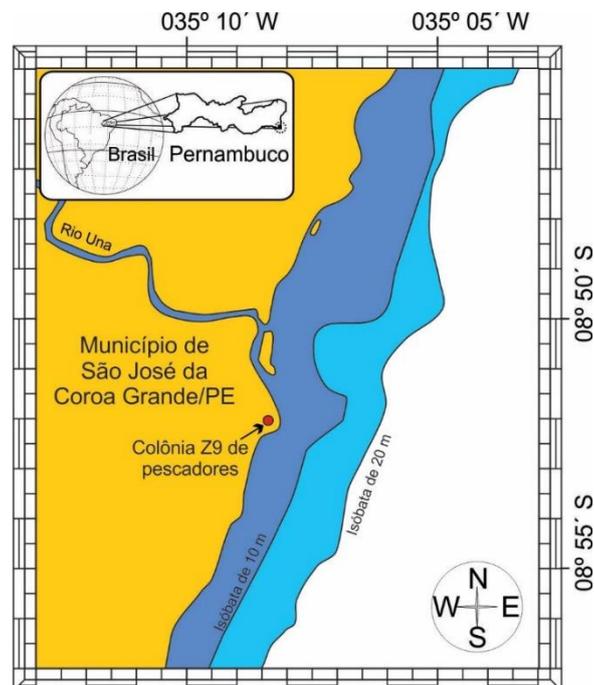


Figura 1: Mapa de localização da colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco
Fonte: Própria

Dados de Carmona (2004) demonstram que São José da Coroa Grande possui uma orla que se estende por uma área de 10 km. Economicamente guarda traços marcantes da cultura canavieira, sofrendo influências de sua proximidade com o estado de Alagoas. Atualmente, o município desponta como maior produtor pesqueiro do estado e apresenta também riquezas naturais tais como a Área de Proteção Ambiental - APA Costa dos Corais e um complexo estuarino.

Ainda de acordo com Gomes (2003) a pesca é a terceira atividade mais importante de São José da Coroa Grande, sendo responsável pelo sustento das comunidades litorâneas de Várzea do Una e Abreu do Uma, e de grande parte da população residente na sede municipal. O setor pesqueiro tem sido de grande importância na geração de emprego no município, sendo considerado o maior produtor de pescado do estado.

De acordo com Silva (2014) a colônia de pescadores Z9 localizada no centro da cidade de São José da Coroa Grande, possui 1005 pescadores cadastrados, desse total, naquele momento 450 estavam cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Importante destacar que essas foram informações colhidas pelo autor junto a administração da colônia nesse período.



Figura 2: Colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, Pernambuco. Fonte: Google Maps

Instrumento de pesquisa

A pesquisa se deu a partir da aplicação de questionários semiestruturados com os pescadores membros da colônia Z9 entre junho e dezembro do ano de 2016. Esse questionário foi composto por questões que englobaram aspectos da atividade praticada, aspectos sociais e questões relacionadas ao associativismo. As questões foram abertas e fechadas, visando com isso uma análise quali-quantitativa das respostas dadas.

Além dos pescadores membros da colônia foram entrevistados no mesmo período presidentes da colônia, tanto o atual, quanto anterior. O questionário foi composto primordialmente por questões abertas que englobavam aspectos estruturais da colônia, sua importância para os pescadores, aspectos sociais e do associativismo.

A técnica empregada na escolha dos entrevistados é conhecida como Bola de Neve, descrita inicialmente por Coleman (1958) e Goodman (1961). Nela, o entrevistado indica ao final da entrevista outro indivíduo para responder a mesma entrevista, nesse caso em particular um pescador indica outro.

Já entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018 foram entrevistados pesquisadores que desenvolveram ao longo de sua vida profissional trabalhos relevantes com a pesca artesanal e principalmente com os pescadores. Por terem destacada importância como pesquisadores seja na área acadêmica ou na pesquisa em si e também por permanecerem ativos em suas funções, serão utilizados aqui como referências vivas para enriquecimento e construção do estudo.

No momento da entrevista o pesquisador responsável dispunha de um questionário físico onde foram expostas além das respostas dos entrevistados observações adicionais colocadas pelo entrevistado ou pelo próprio entrevistador.

As entrevistas tiveram áudio gravado com o objetivo de colher toda a fala do entrevistado e assim possibilitar uma análise abrangente. Para isso foi utilizado um gravador de áudio da marca Sony, modelo Px 240, com capacidade de armazenamento de 4gb.

Complementando o levantamento de dados foram colhidas informações do município em estudos disponíveis em bibliografia e junto a autoridades competentes, além de observações dos entrevistadores no local, visando comparar tais informações com todo material já disponível a partir das entrevistas realizadas com pescadores, administradores e pesquisadores.

Ao entrevistar esses pescadores objetivou-se ouvir uma classe que tem muito a contribuir, mas que ao longo da sua história foi praticamente esquecida. Atualmente existem estudos que mostram o grau de conhecimento, a imensa contribuição que podem trazer sobre aspectos ambientais e sua vivência na atividade pesqueira. Pessoas que passaram a vida dedicada a uma atividade diretamente ligada ao meio ambiente, bem como a dinâmica de diversas espécies aquáticas, não podem ser deixadas de lado. Seu conhecimento passado de geração em geração precisa ser levado em consideração pela comunidade acadêmica, pelos pesquisadores, pelo meio científico e principalmente pelo

governo. São pessoas humildes, que muitas vezes sequer sabem ler e escrever, de vida simples, mas que tem prazer em receber e compartilhar seus conhecimentos. Nesse contexto incluímos presidentes de colônia, apesar de um grau de instrução às vezes maior, são também pessoas simples e que tem muito a contribuir.

De acordo com Seidman (1991), o principal motivo de se realizar uma entrevista é o interesse nas histórias das pessoas. O propósito da entrevista detalhada não seria, portanto, o de fornecer respostas a perguntas específicas, nem mesmo o de testar hipóteses ou avaliar algo específico, mas buscar tentativas de compreender a experiência de outras pessoas e os significados que elas atribuem para essas experiências. Na maioria dos casos, como alerta o autor, seria possível alcançar os resultados desta observação sobre o outro, embora dificilmente seja possível ter acesso à compreensão subjetiva desse indivíduo. É preciso reconhecer os limites dessa compreensão.

Ainda segundo o mesmo autor, o caminho mais próximo dessa compreensão subjetiva seria a capacidade de colocar o comportamento dentro do contexto. Dessa forma, a entrevista possibilitaria acesso ao contexto do comportamento das pessoas e promoveria um caminho para o pesquisador compreender os significados desse comportamento. A hipótese básica da pesquisa a partir da entrevista é a de que os significados que as pessoas atribuem a suas experiências afetariam o modo como elas as executam.

A entrevista, como afirma Lüdke e André (1994), “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas”.

Para embasar esse estudo foram realizadas 30 entrevistas, sendo 23 pescadores membros da colônia, 2 presidentes (a presidente atual e um ex-presidente) e 5 pesquisadores.

Os 5 pesquisadores foram: o Dr. Ângelo Brás Callou, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; os pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ: Dra. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa, e o Dr. Tarcísio dos Santos Quinamo; o Dr. Antônio Carlos Sant’Ana Diegues, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; e o Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Estes pesquisadores foram escolhidos por sua contribuição no meio científico com o tema desse estudo. São muitos anos de experiência de cada um, artigos publicados em periódicos, livros, entre outros.

Análise dos dados

Por motivos éticos não serão citados nominalmente os pescadores entrevistados e suas respostas juntamente com as dos pesquisadores que também não serão identificadas. Assumiu-se a partir desse momento a seguinte nomenclatura para identificar as respostas:

- Pescador 1, Pescador 2, Pescador 3... Pescador 25
- Presidente 1 e Presidente 2
- Pesquisador 1, Pesquisador 2... Pesquisador 5

Após as entrevistas com os três grupos, o áudio foi transcrito, através da ferramenta oTranscribe (<http://otranscribe.com/>) Que possibilitou uma melhor sincronização do áudio com o texto digitado.

Em seguida essas entrevistas foram agrupadas em três conjuntos (Pescadores, administradores e pesquisadores). Assim foi possível analisar individualmente as respostas de cada grupo e compara-las dentro do grupo e com os demais.

As informações referentes ao município colhidas junto a prefeitura e em bibliografia disponível fizeram parte de todo o material utilizado nesse estudo, junto as opiniões e visões expostas pelos sujeitos da pesquisa.

Os dados quantitativos obtidos foram dispostos em planilhas de dados para confecção de gráficos e tabelas, onde foram especificados as frequências e os percentuais para as respostas dadas, quando possível. Com isso buscou-se demonstrar as diferenças entre respostas de um grupo e em relação aos demais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 30 entrevistas, sendo 23 pescadores membros da colônia, 2 presidentes (a presidente atual e um ex-presidente) e 5 pesquisadores.

Foram entrevistados 5 pesquisadores: o Dr. Ângelo Brás Callou, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; os pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ: Dra. Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa, e o Dr. Tarcísio dos Santos Quinamo; o Dr. Antônio Carlos Sant`Ana Diegues, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; e o Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Estes pesquisadores foram escolhidos por sua contribuição no meio científico com o tema desse estudo. São muitos anos de experiência de cada um, artigos publicados em periódicos, livros, entre outros.

As entrevistas realizadas com os pescadores membros da colônia mostraram que no local atuam pessoas que são nativas, 64% dos entrevistados. Esses indivíduos mesmo com todas as dificuldades que norteiam a atividade, em sua maioria, (80%) possuem casa própria. Além disso, a grande maioria ainda pratica ativamente a pesca, sendo apenas 12% dos entrevistados aposentados.

A maioria dos entrevistados eram do sexo masculino, fato que vai de encontro as informações passadas pelo Presidente 2, quando relata uma presença maior de mulheres entre os mais de 1000 filiados. Mesmo com o baixo número de entrevistadas, as pescadoras da colônia Z9 tem obtido destaque em várias frentes.

De acordo com Ramalho (2006) as dificuldades socioeconômicas, característica comum às comunidades que sobrevivem da exploração dos recursos pesqueiros, contribuíram significativamente para a inserção da mulher de forma direta na pesca. As mulheres já têm buscado seu espaço em muitas áreas do trabalho e a pesca não é diferente. A presença delas até mesmo na parte de captura já é observada em diversos lugares do país, como destaca Martins e Alvim (2016).

Em relação ao estado civil, 64% se declararam casados, 24% solteiros, 4% viúvos, 4% amigados e 4% separados. Quanto ao número de filhos, o número colocado por cada pescador que declarou ter filhos foi baixo, mais de 50% tinham 3 filhos ou menos, demonstrando um maior controle de natalidade. O número de jovens foi um fator importante, nenhum dos entrevistados tinha menos de 20 anos, demonstrando pouco interesse dos jovens pela pesca e dos próprios pais em relação a presença de seus filhos na atividade.

Apenas 12% deles se declararam estarem aposentados da atividade pesqueira, mas permanecem fazendo parte da colônia, alguns exercendo funções administrativas.

Um dos questionamentos feitos aos pescadores artesanais nesse estudo foi em relação a melhor época do ano para pescar. Dos 25 pescadores que responderam esse questionamento 52% (13) citaram o verão, outros 36% (9) responderam inverno, 8% (2) pescadores disseram que depende da espécie que se quer capturar e 4% (1) pescador citou que qualquer época é adequada para a pesca no local. Cabe ressaltar que os dois tipos de pesca que mais se destacam no local de acordo com informações dos próprios pescadores são a pesca de peixes do mar e a pesca da lagosta. Isso justifica a variedade nas respostas dadas em relação a melhor época para a atividade. Sendo o verão mais adequado a pesca de peixes e o inverno ideal para a pesca da lagosta.

Lima e Andrade (2017) e Lessa (2009) destacam a grande importância da pesca da lagosta no Nordeste Brasileiro e em particular no estado de Pernambuco. Destacam ainda que mesmo em sua maioria sendo praticada de forma artesanal, essa prática possui uma certa mecanização diferente de outras modalidades de captura praticadas na região. De acordo com informações da FUNDAJ (2011) a lagosta é muito abundante em São José da Coroa Grande, isso justifica o grande número de pescadores que se dedicam a essa prática.

Com relação ao seguro defeso que possui destaque junto aos pescadores da colônia devido à importância da pesca da lagosta na cidade. Dos entrevistados nesse estudo, 14 afirmaram receber seguro defeso da pesca da lagosta. No Nordeste, as principais espécies protegidas são o camarão, caranguejo e as lagostas, sendo esta última a mais abundante no Município em análise. O defeso mais importante no estado de Pernambuco é o da lagosta, tanto pela sua importância econômica como pelo pagamento do seguro-defeso. O defeso era estabelecido pelo IBAMA e pelo extinto Ministério da Pesca (a partir de sua criação) e conjuntamente deve ser baseado nas necessidades de proteção das espécies. Além disso, o também extinto mte (Ministério do Trabalho e Emprego) participava ativamente dessa política, sendo o responsável pelo pagamento do seguro-defeso, instituído pela Lei n.º 8.287 de 20 de dezembro de 1991 (FUNDAJ, 2011).

Tratando também do tema, o Pesquisador 2, trás uma preocupação em relação a forma como essa política do seguro defeso é colocada para o pescador, mesmo sendo importante para a classe como uma forma de conservação dos recursos que ela se embasa.

“...E na pesca eu acho que também tem esses vieses e muitas vezes são políticas de cima pra baixo, que não... que não... não tem atenção, o que que realmente tá pegando ali pra o pescador ne.... há, vai dá um política... seguro defeso, Importante? É pra o pescador quer o seguro defeso. Mas, porque não fazer uma política mais efetiva de conservação do ambiente, de descontaminação de despoluição, de tirar o esgoto doméstico de uma cidade toda que é jogada dentro do rio... Porque não discutir mais a fundo, há porque demora tempo... demorar tempo ...”
(PESQUISADOR 2. 2018).

Como já citado nesse estudo, São José da Coroa Grande se destaca no cenário pesqueiro do estado por sua elevada produção. Com isso, a presença do atravessador tem uma importância substancial para a pesca no local. Quando se questionou aos pescadores qual seria o destino da produção a maioria 64% (16) relatou que repassava sua produção

para o atravessador como ilustra a Figura 3. Em relação aos motivos que os levam a dar esse destino a sua produção, a maioria 55% (12) acreditam que tem maior lucro, 23% (5) disseram ser menos trabalhoso, 14% (3) afirmaram não ter outra opção de destino para a produção e outras respostas representaram 8% (2).



Figura 3: Destino da produção dos pescadores da colônia Z9.

É importante destacar que o atravessador muitas vezes é o financiador da atividade pesqueira, fornecendo insumos e até mesmo embarcação ao pescador, como ocorre tanto na colônia Z9 como em várias outras localidades do Brasil. Essa dependência do atravessador conforme afirma Mendes (2018) prejudica os próprios pescadores visto que diminui sua margem de lucro pois o atravessador compra o pescado a valores inferiores quando comparado ao mercado. Tal dependência é justificada pela falta de tempo do pescador para atuar também na comercialização do pescado. Porém, uma melhor organização dos pescadores certamente minimizaria a presença desse ator hoje protagonista dentro da atividade.

Essa questão também é foco de preocupação por parte dos pesquisadores entrevistados nesse estudo, tratando das dificuldades enfrentadas pela categoria ao longo da história, o Pesquisador 3 destaca a presença desse ator como um dos grandes problemas que a categoria enfrenta.

“...Tem outra série de fatores neh, porque são essas comunidades isoladas que é... estão ao longo da costa Brasileira é... muito difícil você ter um contato dessas comunidades, ter uma organização maior por conta desse isolamento. Isso fez com que faltasse educação e todo o resto de políticas que deveriam ter havido pra desenvolver essas comunidades de forma mais efetiva. Isso aí também prejudicou comercialização do pescado, que faz ... que traz aquela questão dos

atravessadores que eu acho que também merece ser citada né... e... nessa questão do desenvolvimento da pesca artesanal que prejudica muito...” (PESQUISADOR 3, 2018).

Quanto ao uso de embarcações na atividade de pesca praticada pelos pescadores a maioria afirmou utilizar algum tipo 84% (21). As mais utilizadas são o Barco a motor com 60% (15) das respostas e a jangada com 24% (6). A colônia desempenhou papel fundamental na aquisição desses equipamentos em alguns momentos, intermediando a aquisição dos recursos para a compra ou conseguindo diretamente barcos para os pescadores. Em entrevista concedida a esse estudo o presidente 1 destaca a aquisição de barcos como um feito importante em seu mandato.

“...Eu fui o primeiro... eu fui o primeiro a conseguir barco pra pescador aqui no.... no.... no...., não tinha. E tem mais uma coisa, não foi plano do governo... assim, pra dizer assim ... porque hoje tem ne? Hoje em dia a colônia vai direto pra... pra o pescador e faz, Naquela época não tinha. Aí havia uma cooperativa em Recife, aí o presidente da cooperativa me conhecia, veio aqui com um associado pra conseguir barco. Conseguiu 10 barcos pra aqui, pra os pescador...” (PRESIDENTE 1, 2016)

Já no fim da década de 90 dados do IBGE (2000) informam que a colônia Z 9 já possuía 11 barcos de pesca adquiridos a partir de financiamento junto ao Banco do Nordeste. Essas embarcações deram aos pescadores locais maiores possibilidades de exploração e conseqüentemente maior lucratividade a partir do seu trabalho.

Um outro questionamento colocado aos pescadores da colônia foi em relação ao tipo de arte de pesca que eles utilizam na sua atividade. A maioria deles respondeu que pesca com linha de mão 13 (52%), seguido pelo uso do espinhel (Figura 4).

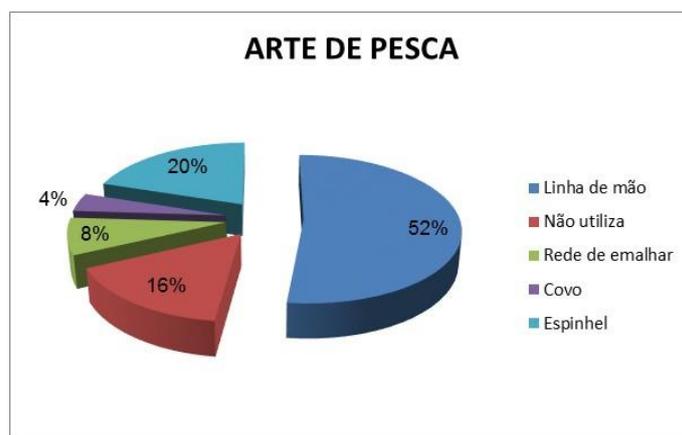


Figura 4: Artes de pesca utilizadas pelos pescadores membros da colônia Z9 em São José da Coroa Grande.

A linha de mão é um petrecho de pesca comumente utilizado na pesca artesanal. De acordo com Chaves et al (2002) é amplamente empregado na captura de espécies como o Dourado, Corvinas e Espadas. Trata-se de uma arte de pesca que consiste em uma linha principal de nylon que em sua extremidade possui uma chumbada. A dez centímetros da chumbada na linha principal existe a primeira linha secundária com quinze centímetros e com um anzol de aproximadamente três centímetros em sua extremidade. Em aproximadamente dez centímetros da primeira linha secundária existe uma segunda linha que também possui outro anzol na extremidade.

Em relação a função que cada um dos entrevistados desempenha dentro da atividade pesqueira a maioria deles 10 (40%) declaram que são apenas pescadores. Outros 7 (28%) são donos de embarcações de pesca, já os mestres de pesca foram 4 (16%) e aquelas mulheres que se declaram marisqueiras também foram 4 (16%).

Um dos questionamentos colocados para os pescadores foi relação a eles terem recebido algum tipo de benefício em termos de assistência técnica, a grande maioria 72% (18) respondeu não ter recebido nenhum tipo de auxílio nesse sentido. Tal resultado causa estranheza, uma vez que informações da administração municipal dizem que houve algumas capacitações oferecidas aos pescadores da colônia.

Esse cenário ilustra um pouco a situação do pescador artesanal não só em São José da Coroa Grande, mas em todo o país. A pesca artesanal é uma atividade que engloba pessoas humildes, em sua maioria com baixo grau de instrução, que vivem quase sempre exclusivamente da atividade que praticam e que convivem com situação de pobreza. As respostas citadas acima mostram que a maioria dos pescadores por não possuir barco acabam trabalhando para donos de embarcações diminuindo assim sua rentabilidade. É importante ressaltar que mesmo aqueles que possuem barco não tem lucro tão maior que aqueles que não possuem, visto que além de dividir os ganhos com os demais pescadores, ainda tem que pagar todo o gasto com a embarcação.

Rodrigues e Giudice (2011) destacam justamente essa situação vivida pela pesca artesanal no país, onde está historicamente ligada a comunidades tradicionais, com baixa especialização e que por isso vivem essencialmente dos ganhos advindos da pesca. Essas comunidades são historicamente marcadas por elevados índices de pobreza, porém a atividade desempenha papel de grande importância no contexto socioeconômico.

Essas dificuldades enfrentadas pela pesca artesanal ao longo dos tempos até os dias de hoje foram destacadas pelos pesquisadores entrevistados nesse estudo. O

Pesquisador 5 destaca o descaso que a categoria vem enfrentando por parte do estado como causa dessa situação vivida pelo pescador artesanal.

“... Do ponto de vista mais geral, o que que continua idêntico neh? Eu acho que a... A exclusão dessas populações neh... É... Uma marca, acompanha a relação entre estado com elas neh... É... A expropriação dos territórios de, de trabalho delas, neh... dessas populações ainda continuam como um elemento importante nesse dialogo e...”
(PESQUISADOR 5, 2018).

Já o Pesquisador 3 enaltece a capacidade de sobrevivência e mesmo o desenvolvimento obtida pela categoria apesar de todas as dificuldades citadas que a pesca artesanal enfrentou e ainda enfrenta ao longo da sua história.

“...eu avalio a pesca artesanal como um movimento que vem se fortalecendo ao longo dos anos, então ele vem se fortalecendo pensando em questões... na... nas questões sociais, por exemplo, os pescadores artesanais ao longo dos últimos 20 anos, eles se fortaleceram, eles conquistaram várias Políticas Públicas direcionadas a eles...”
(PESQUISADOR 3, 2018).

Diante de toda essa conjuntura de fatores é possível afirmar que a situação da pesca artesanal dos pescadores da colônia Z9 em São José da Coroa Grande não é das melhores, assim como nas demais regiões do Brasil. Mesmo assim, a categoria vem sobrevivendo e alcançando certo desenvolvimento e tem sido de grande importância para aqueles que dependem dela para seu sustento.

CONCLUSÕES

É possível concluir que os pescadores da colônia Z9 em sua maioria são do sexo masculino, porém a mulher está inserida na atividade e tem alcançado conquistas importantes para a categoria. Em sua maioria são nativos do local, o que aumenta seu grau de conhecimento em relação a pesca ali desenvolvida. Não se observou a presença de pescadores menores de 20 anos, mostrando assim uma falta de interesse até mesmo dos pais para que os filhos sigam a sua atividade.

Ainda tratando dos filhos de pescadores membros da colônia percebeu-se a partir das entrevistas realizadas que o número de filhos foi baixo, demonstrando um maior controle de natalidade também dentro da pesca artesanal. Já o nível de escolaridade desses

pescadores é um ponto bastante preocupante, visto que, a grande maioria dos entrevistados declarou não ter concluído sequer o ensino fundamental. Esse fato se deve muito a falta de adequação das escolas a realidade da atividade.

De acordo com os pescadores a melhor época para a pesca vai depender do alvo da pescaria, para pesca da lagosta é melhor no inverno, já para a pesca de peixes na maioria dos casos, o verão é a melhor época. Ainda é forte a presença do atravessador dentro da cadeia produtiva do pescado também em São José da Coroa Grande, pois é esse o destino da produção da grande maioria dos entrevistados.

O barco a motor é o meio de locomoção mais utilizado pelos pescadores, devido a sua maior capacidade de distância percorrida, aumentando assim o poder de pesca. A arte de pesca mais usada é a linha de mão, devido as características dos organismos que são pescados no local. A função mais citada nas entrevistas dentro da pesca foi a de “pescador”, algo que limita muito o poder de lucro do indivíduo dentro da atividade.

São José da Coroa Grande não é diferente de outras partes do Brasil quando se pensa em pesca artesanal, são grandes as dificuldades enfrentadas por essas pessoas. Mesmo assim, ela vem sobrevivendo e conseguindo um certo grau de desenvolvimento e alcançando conquistas importantes para a categoria.

As dificuldades enfrentadas pelo pescador artesanal, a luta deles pela sobrevivência da atividade e a importância que as colônias tiveram e tem até hoje no tocante a manutenção e evolução da pesca também foram alvo da visão dos pesquisadores que fizeram parte desse estudo. Para esses a pesca vem sobrevivendo e conseguindo um certo grau de evolução a duras penas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pescadores da colônia Z9 em São José da Coroa grande e também aos pesquisadores por sua receptividade e boa vontade em responder as entrevistas que embasaram esse estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carmona, K.; Voivodic, R.; Corrêa, C. Projeto Orla: Plano de Intervenção na Orla Marítima de São José Da Coroa Grande. Recife: Ministério do Meio Ambiente (MMA)/ Secretaria do Patrimônio da União (SPU). 2003. 42p. Disponível em:<http://www.cprh.pe.gov.br/central_servicos/centro_documentacao_informacao_ambiental/central_downloads/39749%3B34001%3B020709%3B0%3B0.asp> Acessado em: 16 abr 2017.

Chaves, P.T.C.; Pichler, H.A.; Robert, M.C. 2002. Biological, technical and socioeconomic aspects of the fishing activity in a Brazilian estuary. *Journal of Fish Biology*, Inglaterra, v. 61, n.a, p. 52-59.

Chiba de Castro, W.A.; Assunção, A.W.A.; Takao, L.K.; Rocha, G.S.; Janke, H.; Valsko, J.; Ebert, L.A.; Figueroa, M.E.; Cunha, S. 2012. Caracterização da produção pesqueira ao longo do tempo, no município de Cananéia, litoral sul de São Paulo. *Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo*. v. 38 (3): 265 – 273.

Coleman, J.S. 1958. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. *Human Organization*. v. 17: p. 28-36.

Diegues, A.C.S. 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 287 p.

Diegues, A.C.S. 1998. Environmental impact assessment: The point of view of artisanal fishermen communities in Brazil. *Ocean e Coastal Management*, v. 39, p. 119-133,

Ferreira, B.P.; Maida, M.; Cava, F. 2000. Características e perspectivas para o manejo da pesca artesanal na APA Marinha Costa dos Corais. *Anais II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Campo Grande – MT.

FUNDAJ. Silveira, P.C. 2011. *Reservas Extrativas e Pesca Artesanal: Etnografia do Campo Socioambiental em Pernambuco*. Relatório Final de Pesquisa. Recife. 147p.

Gomes, E.T.A. 2003. Diagnóstico do Turismo nos Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e São José da Coroa Grande. Recife: Ministério do Meio Ambiente/SECTMA/CPRH-GERCO, p.58-71. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/central_servicos/centro_documentacao_informacao_ambiental/central_downloads/39749%3B34001%3B020709%3B0%3B0.asp> Acessado em: 16 abr. 2017.

Goodman, L.A.; 1961. Snowball sampling. *The annals of mathematical statistics*. Institute of Mathematical Statistics is collaborating with JSTOR to digitize, preserve, and extend access to. *The Annals of Mathematical Statistics*. v. 32: p. 148 – 170.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2001 Censo demográfico de 2000. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.

IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2014. Volume 74 – 2014. Rio de Janeiro.

ICMBio/MMA. Plano de Manejo APA Costa dos Corais. Dezembro de 2014. Tamandaré-PE. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/plano_de_manejo/PM_AP_ACC_2013_JANEIRO.pdf Acesso em: 20 de março de 2019.

Isaac, V.N.; 2006. Espírito-Santo, R.V.; Silva, B.B.; Castro, E. e Sena A.L. “Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Pará”. In: Isaac, V.N.; Haimovici, M.; Martins, S.A. e Andriguetto, J.M. *A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais*. Belém, UFPA. p.11-40;

Lessa, R.P.; Monteiro, A.; Duarte-Neto, P.J.; Vieira, A.C. 2009. Multidimensional analysis of fishery production systems in the state of Pernambuco, Brazil. *Journal of Applied Ichthyology*, v. 25 (1): p. 1 - 13.

Lima, S.A.O.; Andrade, H.A. 2017. Variações nas capturas das lagostas vermelha (*Panulirus meripurpuratus*), verde (*Panulirus laevicauda latreille*, 1817) e sapata (*Scyllarides brasiliensis rathbun*, 1906) na costa de Pernambuco. *Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo*. v. 43 (2): 194 – 206. Lima, J.R.C. 2015. Representação ambiental e caracterização da pesca artesanal realizada pela Colônia de Pescadores Z-3, Goiana, Pernambuco. Recife. 79p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em <http://www.pgpa.ufrpe.br/sites/ww2.pgpa.ufrpe.br/files/documentos/jrobson_2015.pdf> Acesso em 15 de maio de 2018.

Lüdke, M.; André, M. 1986. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 99p.

Martins, M.L.S.; Alvim, R.G. 2016. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*. v. 11, (2): p. 379-390.

Maruyama, L.S.; Castro, P.M.G.; Paiva, P. Pesca artesanal no Médio e Baixo Tietê, São Paulo, Brasil: aspectos estruturais e socioeconômicos. *Boletim do Instituto de Pesca*, v. 35, (1), p. 61–81,

Mendes, S.H.A. 2018. (In)visibilidade das mulheres na pesca artesanal: uma análise Sobre as questões de gênero na colônia de pescadores e Pescadoras z-16 em Miracema do Tocantins/TO. Palmas – TO. 83P. (Monografia graduação em Engenharia De Pesca). Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/197/1/Soraya%20Helena%20de%20Ara%20C3%BAjo%20Mendes%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 14 de novembro de 2018

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. *Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2010*. Brasília, 2012. Acesso em Disponível em < http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20MPA%202010.pdf >. Acesso em junho, 2012.

Oliveira, J.F.; Novaes, J.L.C.; Segundo, A.L.N.M.; Peretti, D. 2016. Caracterização da pesca e percepção de pescadores artesanais em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Nordeste brasileiro. *Revista Natureza Online*. v. 14 (1): p. 48-54.

Ramalho, C.W.N. 2016. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. *Boletim do museu paraense emílio goeldi. Ciências humanas*, v. 11, p. 391-414.

Ramalho, C.W.N. 2006. “Ah esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis; Campinas: CERES. v. 1, (2). p. 1 – 4.

Ribeiro, L.S. 2011 *Letramento dos pescadores e pescadoras marisqueiras: uma experiência do projeto pescando a cidadania*. Macau, RN. 96p. (Monografia de

Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,

Rodrigues, J.A.; Giudice, D.S. 2011. A pesca marítima artesanal como principal atividade socioeconômica: o caso de Conceição de Vera Cruz, BA. Cadernos do Logepa. v. 6, (2): p. 115-139.

Santos, M.P.N.; Seixas S.; Aggio, R.B.M.; Hanazaki, N.; Costa, M.; Schiavetti, A., Dias, J.A.; Azeiteiro, U.M.A. Pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sustentabilidade. Revista de Gestão Costeira Integrada, v.12, (4), p. 405-427

Seidman, I.E. 1991. Interviewing as qualitative research. A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences. Columbia: Teachers College Press. Third Edition. 177p.

Silva. A.F. 2008. Significado e identidade cultural da pesca em Portugal e no Brasil. Natal: Imagem, 240p.

Silva, M.C.; Oliveira, A.S.; Nunes, G.Q. 2007. Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de conceição do Araguaia, estado do Pará. Amazônia Ciência e Desenvolvimento v. 2 (4): p. 37-51.

Silva, M.T.G. 2014. A política do Seguro Defeso: intenções e avaliação de resultados; o caso de São José da Coroa Grande (PE). 69 p. (**Monografia Graduação**) Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1372>> Acesso em: 16 de março de 2019.

Sumaila, U.R.; William, W.L.; Cheung, V.W.Y.; Lam, D.P.; Climate, S.H. 2011. Change Impacts on the Byophysics and Economics of World Fisheries. Nature Climate Change, v. 1, p. 449–456.

4. 5 - Normas da Revista [Boletim do Instituto de Pesca de São Paulo]

Authors Guidelines for Publication

(Updated February 2019)

***The rules of Boletim do Instituto de Pesca may change. So be sure to check them before making the submission of a new article or note.**

The **BOLETIM DO INSTITUTO DE PESCA (BIP)**, ISSN 0046-9939 (print) and ISSN 1678-2305 (online), site: <http://www.pesca.sp.gov.br/publicacoes/boletim-do-instituto-de-pesca>. Its impact factor in JCR (2016/2017) 0,349.

The electronic files containing the original and other required documents should be sent to the Editorial Board of *Instituto de Pesca*, by e-mail: ceipboletim@gmail.com.

The BIP is intended to publish original documents (scientific articles and scientific notes) that contribute to the expansion of knowledge in fisheries (fishing technology, fisheries biology, sociology and economy fishing), aquaculture, aquatic ecology, technology and fish inspection and pathology of aquatic organisms.

Published papers present results from both fundamental as well as applied, or directed research.

Emphasis is given to results on interdisciplinary contributions, on innovative methodological or technical developments, on items with wide general applicability, and on local or regional experiments that can be a source of inspirations to other regions.

In terms of editorial management, the Open Journal Systems (OJS) platform of the Public Knowledge Project (PKP) is used, an editorial system that is used in Brazil under the name of Electronic Journaling System (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER) customized by the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT).

A volume is published annually with the relevant with 4 issues.

The *Boletim do Instituto de Pesca* will still accept publications in English only. Translation costs will be borne by the authors. In case of non-native authors from countries that speak these languages, the article must be reviewed by a specialist who himself Editorial Board of *Instituto de Pesca* may indicate.

Why to publish in Boletim do Instituto de Pesca?

Open access journals are freely available via the Internet for immediate worldwide open access to the full text of articles serving the best interests of the international research community. Open access journals are no different from traditional subscription-based journals; they undergo the same peer-review and quality control as any other scholarly journal.

Publishing in Boletim do Instituto de Pesca

Your article will be peer-reviewed and made available on-line very fast. All interested readers can read, download, and/or print open access articles (or the whole journal) at no

cost. Your article can be read by potentially millions of readers (which is incomparable to publishing in a traditional journal) what increases the potential to obtain more citations and consequently an increase on the impact index.

EDITORIAL POLICY

All paper submitted to the BIP will be evaluated preliminarily by the Editorial Board, if overcome this initial screening will be sent to two expert reviewers in the covered area. The publication will be made only with the approval of the document by the reviewers, being the Editorial Board of *Boletim do Instituto de Pesca* final decision accepted.

The selection of items will be based on originality, quality and scientific merit.

The evaluation process used by the Editorial Board of *Instituto de Pesca* is the system by peers "blind review", ie confidentiality of the identity of both authors and reviewers, which will be maintained throughout the process. All contributions will be initially assessed by the editor for suitability for the journal. Papers deemed suitable are then typically sent to a minimum of two independent expert reviewers to assess the scientific quality of the paper. The Editorial Board will take care that the reviewers of each article are compulsorily of different institutions of origin of those authors. The Editor is responsible for the final decision regarding acceptance or rejection of articles. The Editor's decision is final.

Plagiarism Policy

The *Boletim do Instituto de Pesca* has a tracking policy for plagiarism. Items that are detected will be automatically denied and returned. This journal aims to publish original high quality research work. Submission of manuscript to this journal indicates that the study has not been published anywhere or not been submitted elsewhere for publication. If author(s) are using any part of published paper (in English or any other language), they should give proper reference or in any case, if required they should get permission from the previous publisher or copyright holder (whichever is suitable). Plagiarized manuscripts would not be considered for publication. If plagiarism is found in any published paper after internal investigation, a letter would be immediately sent to all the authors, their affiliated institutes and funding agency, if applied and subsequently the paper will be retracted.

The views expressed in the papers are the sole responsibility of their authors. The original *Boletim do Instituto de Pesca* reserves the right to make minor adjustments in order to maintain the uniformity of publication.

Author rights

The Boletim do Instituto de Pesca (BIP) uses the CC BY License for all articles published after March 2018. The CC BY License allows others to distribute, remix, adapt and create from their work, even for purposes duly quoted. It is the most flexible license of all available licenses. It is recommended to maximize the dissemination and use of licensed materials.

Thus, by submitting your article to the BIP, the author agrees to its publication under the CC BY License, mentioned above. Consistent with this license, the BIP also follows the recommendations of the DOAJ - Directory of Open Access Journals - which encourages the publication of open access journals. In this way, once you have your article approved and published, the author retains all copyright and copyrights of the published version, transferring to the magazine the right to publish

and keep updated this version of official registration, under the terms indicated above. The authors are encouraged to archive this version of official registration, published by BIP, both in social media dedicated to scientific communication and in personal or institutional repositories.

As the author, you (or your employer or institution) have some rights to reuse your work, always bearing in mind the terms of the above CC BY license. In this case, the authors have the right to:

- **Share your article in the same manner as allowed to third parties, under the terms of the Creative Commons CC BY license, provided that the work used is referenced and quoted:**
- **Preserve patent, trademark and other intellectual property rights (including research data).**
- **Appropriate allocation and credit for the published work.**

Declaration of interest

All authors must disclose any financial and personal relationships with other people or organizations that could inappropriately influence (bias) their work. Examples of potential conflicts of interest include employment, consultancies, stock ownership, honoraria, paid expert testimony, patent applications/registrations, and grants or other funding. Authors must disclose any interests in two places: 1. A summary declaration of interest statement in the title page file (if double-blind) or the manuscript file (if single-blind). If there are no interests to declare then please state this: Declarations of interest: none This summary statement will be ultimately published if the article is accepted. 2. Detailed disclosures as part of a separate Declaration of Interest form, which forms part of the journal's official records. It is important for potential interests to be declared in both places and that the information matches.

Animal and Human rights

In works that involve the manipulation of vertebrates, a certificate must be sent that the research was approved by the Ethics and Biosafety Committee of the institution of origin of the research. Human Research Also, a certificate that the project was approved by the Ethics Committee in Research with Human Beings should be sent in case of socioeconomic or ethno-ecological studies. Authors should include a statement in the manuscript that informed consent was obtained for experimentation with human subjects. The privacy rights of human subjects must always be observed

Ethical Standards

The act of publishing involves the author, the journal editor, the peer-reviewer, the publisher and there are clear responsibilities that all involved to meet expected ethical standards at all stages in their involvement from submission to publication of an article.

The Boletim do Instituto de Pesca is committed to meeting and upholding standards of ethical behaviour at all stages of the publication process. We follow the Council of

Science Editors (CSE) that has set standards and provide guidelines for best practices in order to meet these requirements, with respect to: Monitoring/safeguarding publishing ethics by editorial board; Rules for retracting articles; Maintaining the integrity of the academic record; Precluding business needs from compromising intellectual and ethical standards; Always be willing to publish corrections, clarifications, retractions and apologies when needed. Banning any form of plagiarism and/or fraudulent data.

The Chief Editor, Associate Editors and Editorial Board guarantee the needs of readers and authors, ensure the quality of the material they publish, maintain the integrity of the academic record, guarantee intellectual standards and are always willing to publish corrections, clarifications, retractions and apologies in the implementation of Best Practice Guidelines on Publication Ethics, intellectual and ethical standards.

Types of Papers

Scientific paper

Paper resulting from scientific research, **presenting original data** obtained in a planned manner, based on scientifically accepted methods, strictly controlled and appropriate statistical planning that can be replicated and generalized. The discussion should be careful with sound scientific basis; should not be limited to comparisons of the results with the literature, but present inferences, assumptions and arguments about what was studied.

Short communications

Short communication unprecedented result of scientific research, whose immediate disclosure is justified, but with insufficient information to form a scientific article. Included in this category describing a technique, the record of the discovery of a new species, observations and results of surveys of experiments that can not be repeated, and other unique situations. It must have the same rigor of a scientific article and contain the elements necessary to assess the arguments presented.

EDITORIAL PROCEDURES

Served Cost

The cost is US\$ 30.00 (thirty dollars) per final page typeset for publication. For Brazilians this cost per page will be R\$ 90.00 (ninety Reais).

To transfer

Beneficiary: Fundação de apoio a pesquisa agrícola – FUNDAG

Bank: Banco do Brasil S/A

Branch: 3360-X – Empresarial Campinas

Account: 4200-5

Beneficiary Route Number: BRASBRRJCAS

Beneficiary Account Number: 0013360X0000042005

Beneficiary Payment Method: R-SWIFT

Beneficiary address: Av. Jesuíno Marcondes Salgado, nº 160 – Nova Campinas, ZIP CODE 13090-732 – Campinas/SP - Brasil

The proof of deposit or transfer must be sent to the e-mail of the Editorial Committee (ceipboletim@gmail.com).

In order not to be paralyzed the paper evaluation process and FUNDAG payment receipt, authors must send the following information: Name, CPF only (Brasilians), telephone and full address (include the neighborhood and zip code). Without the filer's ID, the job evaluation process will not start.

For the issuance of FUNDAG payment receipt, the authors must send the following data: Name, CPF, telephone and full address (include the zip code).

PAPER SUBMISSION

The paper must be sent by e-mail, duly identified in Microsoft Word file.

In paper involving the handling of vertebrates should be sent a certificate that the research was approved by the Ethics Committee and Biosafety research institution of origin.

After the approval of the paper, shall be submitted to the Editorial Board the Copyright Assignment and Authorization document for publication in Electronic Media, containing only the signature of the author responsible for the submission of paper, and whose model is:

Paper analysis

1. The submitted paper will be primarily evaluated by the Editorial Board.
2. After preliminary approval by the Editorial Board, and the chronological order of receipt, the paper is sent to at least two reviewers of recognized expertise. Then, if necessary, return to the (s) author (s) for changes / corrections. The return of the text may occur more than once, if the (s) author (s) request (in).
3. The paper will be accepted for publication if you have two favorable opinions, or rejected when at least two opinions are unfavorable. In case of conflicting opinions among reviewers, the paper is sent to a third reviewer.
4. The accepted paper will return to the (s) author (s) to finalize any proposed changes and perform rigorous review before the document is submitted to the process of editing and formatting the *Boletim do Instituto de Pesca* style. The deadline for return of this final revised version will be seven days.

Important: if the paper is rejected in the preliminary assessment of the editorial board (for the inadequacy of the BIP standards for not fit the theme of the journal scope for redaction problems [linguistic, morphological and syntax inadequacies] or lack of technical quality) or the final evaluation of the reviewers "ad hoc", the deposit will not be refunded or can be reused for other submissions of the authors.

Final dispositions

Omissions will be evaluated by the Editorial Board of *Instituto de Pesca*.

STRUCTURE OF THE PAPER - Formatting

General instructions

The paper must be typed in Microsoft Word text editor, according to the following format: Book Antiqua font, size 11; line spacing: 1.5; page size: A4; left and right margins: 2.5 cm; top and bottom margins: 3.0 cm; maximum number of pages, including Figure (s) and / or table (s) and References: Scientific Paper: up to 25 pages; Short communications: up to 15 pages. Lines should be numbered sequentially, from first to last page. Pages should also be numbered.

Scientific paper structure

The Scientific paper format should follows the order: Title (written in English and Portuguese; the same for Spanish), Author(s), institutional addresses (complete) and electronic, Abstract and Keywords (written in English and Portuguese too; also in Spanish), Introduction, Material and Methods, Results, Discussion, Conclusions, Acknowledgements (optional) References.

The Title, Abstract and Keywords must be translated to English, in the case of papers written in Portuguese or Spanish, and Portuguese, in the case of papers written in English or Spanish.

The terms: Introduction, Material and Methods, Results, Discussion, Conclusions, Acknowledgements and References should be aligned to the left and spelled in capital letters and bold.

TITLE

Must be clear and concise (not to extend for more than two lines or ten words) written in Portuguese and English and, if applicable, in Spanish, English and Portuguese. It should be written in capital letters and centered on the page. In the case of paper with financial support, inform on the first page where the financing agent, indicated with an asterisk, also affixed to the end of the title. It is recommended that is not inserted the scientific name of the species and the reference to its descriptor, unless it is essential (for poorly known species).

NAME (S) AUTHOR (S)

(Are) to be presented (s) complete (s) and direct order (first and surname), with only the surname by which the (s) author (s) must (m) be identified (s) in capital letters. The affiliation (s) of author (s) as well as a complete mailing address and an e-mail should be placed on the first page, following the authors' names, being identified (s) by Arabic numbers, separated by commas when necessary.

Note: It not be accepted more than six authors

ABSTRACT and Keywords

The abstract must contain concisely the objectives, methodology, results and conclusions, using a maximum of 200 (two hundred) words. It must be written so that the reader is interested in reading the entire paper.

Keywords: at least three (3) and at most six (6) written in small letters and separated by semicolons. It should not repeat words already in the title.

INTRODUCTION

Should occupy preferably no more than two pages, with the scientific problem to be solved and its importance (rationale for conducting the paper), and the development / current status of the researched subject. The last paragraph must express the objective, being consistent with that contained in the abstract.

MATERIAL AND METHODS

Must briefly describe the applied methodology, organized preferably in the order of application and so the experiment can be reproduced. This item may vary depending on the thematic nature of the document, but in general should contain a description of the site sampling procedure, frequency, period, instrument and methods, other relevant variables or the design of the experiment, the description of the treatments and variables, the number of repetitions and characteristics of the experimental unit. It should contain information about the statistical methods and data transformations. One should avoid unnecessary detail, the description of extensive use of current techniques and the use of unusual abbreviations.

RESULTS

The results should be presented separately from the discussion. And this can be done literally or under the form of tables and / or figures. Data presented in tables or figures should not be systematically repeated in the text.

Tables:

Should be numbered with Arabic numerals and legend placed on the top of the table. It is recommended that the data presented in tables are not repeated in graphics, unless absolutely necessary. Tables should have a maximum of 16 cm wide. Should be avoided whenever possible, tables in a "landscape". Abbreviations should also be avoided unless for measuring units. If necessary, however, should have their meaning indicated in caption under the table.

Figures (graphs, drawings, maps or photos):

Should be no more than 16 cm wide and 21 cm high, numbered in Arabic numerals, with self-explanatory title below. Words in graphs and maps should be readable font. It is recommended not insert graphics, maps or photos in tables or frames. Graphics should not have grid lines or edges.

Original drawings, maps and photos should be sent in separate files, preferably in digital format "tif" or "jpeg, and allow reduction to 16 cm or 7.5 cm wide without loss of resolution.

DISCUSSION

Should be prepared and not just a comparison of data obtained with the available literature. Should focus on and demonstrate the main ideas and contributions made by paper, as well as comment on whether there is need for further research or on any limitations found. Avoid repeating already figures in the results.

CONCLUSIONS

Should be clear, concise and respond to the objective of the study.

ACKNOWLEDGEMENTS (optional)

Should be succinct, directed the institution or person who has effectively contributed to the realization of the paper. Preferably should not exceed five lines.

STRUCTURE OF SHORT COMMUNICATION

Should follow the similar order of the scientific paper containing Title, Author, institutional addresses and electronic, Summary, Keywords, Title in English, Abstract, Key words, Introduction, Material and Methods, Results (s) and, eventually, Discussion, Acknowledgement (s) (optional) and References. Results and Discussion in this case may be presented as a single item.

The format follows the same pattern, but with a maximum 15 pages (including tables and figures).

Note: It not be accepted more than six authors

REFERENCES (for ALL types of paper)

Should be presented in alphabetical order of surname of the authors, unnumbered.

Should contain the names of all authors, publication year, article title (in full) and periodical (also full), volume number and / or editing and number and / or page range.

The accuracy and appropriateness of the references that have been cited in the text are those of the author.

Dissertations and theses should be avoided as references. However, it is accepted when absolutely necessary, but should be available online.

Papers completed undergraduate and abstracts presented at conferences are not valid references.

Note: inadequacies in the references also result in the refusal of paper

Text citations

Use the system author/date, ie the author's last name the year in which the paper was published. Examples:

* For an author: "Mighell (1975) observed ..."; "According to Azevedo (1965), the spawning ..."; "These statements were confirmed in later papers (Wakamatsu, 1973)."

* For two authors: "Richter and Efanov (1976) researching ..."

* For three or more authors: the first author should be followed by "et al." (Example: "Soares et al. (1978) found ... "or" This fact was found in Africa (Soares et al., 1978)."

* To the same author in different years of documents, respecting chronological order, separated by commas year. Example: "According to Silva (1980, 1985) ..."

* When citing several authors sequentially, the chronological order of publication year should be respected and separated by semicolons. Example: "... in commercial nurseries (Silva, 1980; Ferreira, 1999; Giamas and Barbieri, 2002)"

Citations in the REFERENCES list

1. THE PRINTED DOCUMENTS

Papers are listed as follows:

Barbieri, E.; Bondioli, A.C.V.; DE Melo, C.B.; [Henriques, M.B.](#) 2014. Nitrite toxicity to *Litopenaeus schmitti* (Burkenroad, 1936, Crustacea) at different salinity levels. *Aquaculture Research*, 47(4): 1260-1268.

2. DOCUMENTS WITH DOI

Barbieri, E.; Coa, F.; Rezende, K.F.O. 2016. The exotic species *Litopenaeus vannamei* (Boone, 1931) occurrence in Cananea, Iguape and Ilha Comprida lagoon estuary complex. *Boletim do Instituto de Pesca*, 42(3): 479-485. <http://dx.doi.org/10.20950/1678-2305.2016v42n1p479>.

References should be ordered alphabetically by last name of the first author. If there is more than one paper with the same last name, it is considered the chronological order and, continuing the coincidence, the alphabetical order of the third reference element.

Recalling after the authors' names, enter the year of publication, article title, journal title (to repeat, MUST NOT BE SHORT), volume, the issue and the number / page range.

The citation dissertation and thesis, types of documents that can be used only when necessary ABSOLUTELY and is available online, it must be made as follows:

Bernadochi, L.C. 2012. Captação de sementes em coletores artificiais e cultivo da ostra perliífera *Pinctada imbricata* (Mollusca: Pteriidae), São Paulo, Brasil. São Paulo. 75f. (Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesca, APTA). Disponível em: <<http://www.pesca.sp.gov.br/dissertacoes.pg.php>> Acesso em: 22 ago. 2014.

To book, also used only when necessary ABSOLUTELY, the citation should be:

Gomes, F.P. 1978. Curso de estatística experimental. 8ª ed. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. 430p.

Engle, R.F.; Granger, C.W.J. 1991. Long-run economic relationship: readings in cointegration. New York: Oxford University Press. 301p.

New, M.B.; Valenti, W.C.; Tidwell, J.H.; D’Abramo, L.R.; Kutty, M.N. Freshwater prawns: biology and farming. Wiley-Blackwell, Oxford. 544 p.

Book chapter or publication on collective paper, is cited:

Moraes-Valenti, P.; Valenti, W.C. 2010. Culture of the Amazon river prawn *Macrobrachium amazonicum*. In: NEW, M.B.; VALENTI, W.C.; TIDWELL, J.H.; D’Abramo, L.R.; Kutty, M.N. Freshwater prawns: biology and farming. Wiley-Blackwell, Oxford. p. 485-501.

Laws, Decrees, Normative Ordinances and instructions are included in the list as follows:

Brasil, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de outubro de 1988, nº. 191-A, Seção 1, p. 1.

Brasil, 2000. LEI nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1º., incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2000, nº. 138, Seção 1: p. 45.

Brasil, 1990 Decreto nº. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 1990, nº. 22, Seção 1, p. 2.

Brasil, 2007. Instrução Normativa nº. 02, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Diário Oficial da União, 20 de setembro de 2007, nº. 182, Seção 1, p. 102.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2010b Portaria nº. 77, de 27 de agosto de 2010. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ. Diário Oficial da União, Brasília, 01 de setembro de 2010, nº. 168, Seção 1: p. 69.

3. ELECTRONIC REFERENCES (journals published exclusively online, documents online consulted)

Examples:

Lam, M.E.; Pauly. D. 2010. Who is right to fish? Evolving a social contract for ethical fisheries. *Ecology and Society*, 15(3): 16. [online] URL: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss3/art16/>>

Castro, P.M.G. (sem data, *on line*) *A pesca de recursos demersais e suas transformações temporais*. Disponível em: <<http://www.pesca.sp.gov.br/textos.php>> Acesso em: 3 set. 2014.

Toledo Piza, A.R.; Lobão, V.L.; Fahl, W.O. 2003. Crescimento de *Achatina fulica* (gigante africano) (Mollusca: Gastropoda) em função da densidade de estocagem. In: Reunião Anual da Sociedade brasileira para o Progresso da Ciência, 55, Recife, 14-18 jul./2003. Anais... Recife: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 1 CD-ROM.

ADDITIONAL INSTRUCTIONS

1. Formula, expression and mathematical equation

If without special characters can be inserted in the text. Example: Weight Gain = end Weight - initial weight. If you have special characters, must appear in isolated line.

2. Measurement units

It should be presented in the International System of Units. Example: 10 m²; 100 fish m⁻¹; 20 t ha⁻¹.

3. Number of decimal places

Should be standardized for all text. For example, spelled the length of the specimens sampled to one decimal place, throughout the text the figures for this parameter should be spelled with one decimal place.

Appendices and attachments

Not accepted

4. Considerações finais

Com base em todos os dados levantados e analisados nesse estudo é possível concluir que a pesca praticada em São José da Coroa Grande, mais especificamente pelos membros da colônia Z9, mesmo com todas as adversidades, permanece sendo fundamental para essas pessoas. A colônia em estudo tem obtido êxito em vários projetos que melhoraram substancialmente a vida dos pescadores locais. Isso faz com que ela seja uma exceção diante do quadro apresentado por tantas outras em todo o Brasil. Mesmo assim, a situação dos pescadores locais ainda requer muita atenção e cuidado devido a tantos problemas que enfrentam.

Foi possível perceber que ainda hoje a atividade recebe menos atenção do que deveria por parte dos órgãos governamentais responsáveis por gerir a atividade. Apesar de projetos de grande valia para o pescador local, são poucos aqueles que tem uma vida digna, sobrevivendo somente dos ganhos com trabalho na pesca. Esse quadro leva o pescador em muitos casos a buscar formas alternativas de obter um complemento a sua renda. Uma outra questão preocupante é o desinteresse por parte dos jovens em seguir a atividade muitas vezes praticada por seus pais, fato explicado pelos motivos já citados.

A pesca tem sobrevivido apesar das dificuldades e seus praticantes seguem exibindo seu vasto conhecimento acerca da atividade e do ambiente a sua volta. Tal conhecimento ainda é pouco levado em conta e muitas vezes é desperdiçado ao se tomar decisões que lidam diretamente com eles. A forma como eles sempre foram tratados, tem reflexo em muitas características que exibem até hoje. Uma delas diz respeito a dificuldade em se organizar em torno de objetivos comuns. A colônia precisa oferecer benefícios para manter os filiados, pois trata-se de uma classe acostumada a receber e não a buscar. Nesse sentido na colônia Z9 destacou-se o trabalho da mulher, a luta delas por benefícios para o pescador, sendo assim uma exceção importante ao quadro que se apresenta na maioria dos casos.

As esclarecedoras informações fornecidas pelos pesquisadores entrevistados mostram que essas constatações estão presentes também no seu ponto de vista. Eles têm em comum uma grande preocupação com a situação enfrentada pelo pescador artesanal e com os caminhos que a pesca vem tomando. Mas também em comum, enaltecem a capacidade da atividade sobreviver mesmo com tantas dificuldades e o papel de grande importância que as colônias conseguiram ao longo da história.

Fica claro a necessidade de melhores condições de trabalho, maior valorização da atividade, dar mais voz a classe e principalmente e mais políticas públicas que sejam voltadas especificamente para o pescador e principalmente que visem não apenas o aumento da produção, mas sim o bem-estar desses pescadores. Em São José da Coroa Grande a pesca é uma atividade vital do ponto de vista econômico, sendo fonte de renda e sustento de várias famílias. Aí tem-se a necessidade de um olhar mais atento a situação que esses pescadores enfrentam no local.

APÊNDICE A

APENDICE A. QUESTIONÁRIO PESCADOR

NUMERO DO QUESTIONÁRIO: _____ DATA: ___/___/___

PESQUISADOR: _____

1 ASPECTOS SOCIAIS

1) Nome: _____

2) Idade: _____ 3) Local de nascimento: _____

4) Sexo: Masculino [1]; Feminino [2]; 5) É aposentado(a): Sim [1]; Não [2].

6) Estado Civil: Casado (a) [1]; Solteiro (a) [2]; Viúvo (a) [3]; Divorciado (a) [4]; Amigado (a) [5].

7) Há quanto tempo reside nesta Comunidade? _____

8) Qual o tipo de moradia? Própria [1]; Alugada [2]; Emprestada [3]; Outros [4].

9) Qual o tipo de construção de sua casa? Alvenaria [1]; Madeira [2]; Mista [3].

10) Você tem filhos? Sim [1]; Não [2]. Se sim, quantos? _____

11) Qual o seu nível de escolaridade: Não estudou [1]; Ensino fundamental incompleto [2]; Ensino fundamental completo [3]; Ensino médio completo [4]; Ensino médio incompleto [5]; Ensino superior incompleto [6]; Ensino superior completo [7].

2 ASPECTOS DA PESCA

1) Qual o local de pesca? Mar aberto [1]; Lagoa ou Baía [2]; Manguezal [3]; Costão [4]; Outros [5].

2) Qual a melhor época para se pescar? _____

3) Que tipo de recursos pesqueiros você costuma retirar na atividade pesqueira?

Mariscos [1]; Peixes no mar [2]; Peixes no rio [3]; Pesca da lagosta [4]; Caranguejos [5]; Camarão [6]; Outros recursos pesqueiros [7]. Quais? _____

4) Quais as principais espécies de recursos pesqueiros você costuma pescar? Em qual localidade? _____

5) Qual o destino da produção? Subsistência [1]; Venda [2]; Ambos [3].

6) Você vende a produção para quem? População local [1]; Atravessador [2] Turista [3]; Peixarias [4]; Mercados [5]; Outros [6]. E por quê? _____

7) Você utiliza embarcações? Sim [1]; Não [2].

8) Qual o tipo de embarcação utilizada? Jangada [1]; Barco a motor [2]; Bote a vela [3]; Pacote [4]; Outro [5] _____

9) Qual a arte de pesca utilizada? Rede de Emalhar [1]; Tarrafa [2]; Rede de Arrasto [3]; Armadilhas [4]; Linhas de mão [5]; Outros [6] _____

10) Na atividade da pesca, você é? Dono de barco [1]; Mestre [2]; Pescador empregado/parceiro [3]; Pescador autônomo [4]; Outros [5]

3 INCLUSÃO SOCIAL

1) Já recebeu algum crédito/financiamento, projeto produtivo ou assistência técnica para a sua atividade? Não recebeu [1]; Sim – Individual [2] _____; Sim – Coletivo [3]; Qual? _____

2) Você (ou alguém em sua casa) é assistido por algum programa social? (Pode marcar mais de uma opção) Nenhum [1]; Bolsa Família [2]; Seguro desemprego [3]; Seguro defeso [4]; Benefício Assistência de Prestação Continuada – BPS/LOAS (aposentado deficiente/idoso) [5]; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [6]; Não sabe [7]; Outros [8] _____

3) Você tem conhecimento de algum órgão/ ação/ instituição que realize algum tipo de ação na área de meio ambiente no seu município? (Pode marcar mais de uma opção) Nenhum [1]; Conselho de Defesa do Meio Ambiente [2]; Órgão Ambiental no município (Secretaria, diretoria, chefia) [3]; Código Municipal de Defesa do Meio Ambiente [4]; SEAP [5]; ONGs [6]; IBAMA [7]; Marinha/ Capitania dos Portos [8]; CIPOMA [9]; Universidades [10]; Outros [11]

4) Que tipo de assistência à saúde você tem onde reside? Somente posto de saúde [1]; Somente hospital [2]; Visita medica periódica [3]; Todas as resposta [4]; Nenhuma [5].

5) Como você julga o acesso ao ensino escolar nessa localidade? Péssimo [1]; Ruim [2]; Regular [3]; Bom [4]; Ótimo [5]. Por que? _____

4 ASPECTOS DO ASSOCIATIVISMO

1) Faz parte da colônia de pescadores? Sim [1] **Prosseguir com as perguntas; Não [2] pular para a parte 4.**

2) Mais alguém da sua família faz parte da colônia? Sim [1]; Não [2]. Se sim quantas pessoas? _____

3) Paga alguma quantia mensal para se manter associado? Sim [1]; Não [2]. Se sim, qual essa quantia? _____

4) Há quanto tempo faz parte da colônia? Menos de 5 anos [1]; Entre 5 e 10 anos [2]; Entre 10 e 20 anos [3]; Mais de 20 anos [4].

5) Como e por que se tornou membro da colônia? _____

6) Está satisfeito com o trabalho da colônia? Sim [1]; Não [2]. Por quê? _____

8) Quais os principais benefícios que a colônia traz para a sua atividade?

9) Quais os principais problemas que você julga que deveriam ser solucionados pela colônia? _____

10) Como avalia a administração atual da colônia? Péssima [1], Ruim [2], Regular [3], Boa [4], Ótima [5]. Por que? _____

11) Ela é melhor que as anteriores? Sim [1]; Não [2]. Se não, por quais motivos? _____

12) Como avalia as administrações anteriores da colônia? Péssimas [1]; Ruins [2]; Regulares [3]; Boas [4]; Ótimas [5]. Por que? _____

13) Participa das reuniões da colônia? Sim [1]; Não [2]. Por que? _____

14) Os pescadores participam das decisões que a colônia vem tomando? Sim [1]; Não [2]; As vezes [3]; Nunca [4].

15) Existe uma prestação de contas de tudo que recebido e gasto pela colônia? Sim [1]; Não [2]; As vezes [3].

16) Você acha que a colônia investe bem os recursos que recebe? Sim [1]; Não [2]; Por que? _____

17) Você recebe algum tipo de benefício do governo? Sim [1]; Não [2]. Se sim,

qual? _____
A colônia auxiliou na aquisição desse benefício? Sim [1]; Não [2] Se sim, em
que? _____

APÊNDICE B

APENDICE B. QUESTIONÁRIO ADMINISTRADOR

NUMERO DO QUESTIONÁRIO: _____ DATA: ___/___/___

PESQUISADOR: _____

1) Nome: _____

2) Idade: _____ 3) Local de nascimento: _____

4) Sexo: Masculino [1]; Feminino [2]. 5) É aposentado(a): Sim [1]; Não [2]

6) Estado Civil: Casado [1]; Solteiro [2]; Viúvo [3]; Divorciado [3]; Amigado [4].

7) Há quanto tempo reside nesta Comunidade? _____

8) Qual o tipo de moradia? Própria [1]; Alugada [2]; Emprestada [3]; Outros [4].

9) Qual o tipo de construção de sua casa? Alvenaria [1]; Madeira [2]; Mista [3]

10) Você tem filhos? Sim [1]; Não [2] Se sim, quantos?

11) Qual o seu nível de escolaridade:

Não estudou [1]; Ensino fundamental incompleto [2]; Ensino fundamental completo [3];
Ensino médio completo [4]; Ensino médio incompleto [5]; Ensino superior incompleto
[6]; Ensino superior completo [6].

12) Qual sua profissão? _____

13) Você é/foi presidente dessa colônia em qual período? _____

14) Como você chegou até a presidência? _____

15) Como é/foi o processo de escolha de presidente da colônia? _____

16) Como você avalia o seu período como presidente da colônia? Péssimo [1]; Ruim [2];
Regular [3]; Bom [4]; Ótimo [5]. Por que? _____

17) Quais foram os principais benefícios trazidos a colônia durante sua administração?

18) Quais foram os principais problemas enfrentados pela colônia durante sua administração? _____

19) Quais programas governamentais assistiram os pescadores da colônia durante sua administração? A colônia teve ou tem participação nesse processo? _____

20) A colônia recebeu/recebe recursos de órgãos governamentais durante sua administração? Sim [1]; Não [2]. Se sim, quais? _____

21) Você tem conhecimento sobre os principais programas assistencialistas que trouxeram benefícios para os pescadores durante sua gestão? _____

22) Como eram a educação e saúde oferecidas aos pescadores durante sua gestão? Péssimas [1]; Ruins [2]; Regulares [3]; Boas [4]; Ótimas [5]. Muito diferentes de hoje? Sim [1]; Não [2]. Por que? _____

23) Qual o papel da colônia na comercialização do pescado produzido por seus associados? _____

24) Quais as principais espécies capturadas pelos membros da colônia durante sua administração? Houve grande variação na produção? _____

25) Como você avalia a participação dos pescadores filiados nas reuniões e no dia a dia da colônia? _____

26) Quais eram/são as principais reclamações dos pescadores? _____

27) Qual sua opinião sobre a não filiação de parte dos pescadores?_____

28) Existiu/existe espaço para participação dos associados nas decisões da colônia durante sua administração?_____

29) Você acha que atingiu todos os seus objetivos em sua administração na colônia? Sim [1]; Não [2]. Se não, quais você não conseguiu atingir?_____

30) Se houver oportunidade você pretende voltar a presidência da colônia? Sim [1]; Não [2]. Por que?_____

APÊNDICE C

APENDICE C. QUESTIONÁRIO PESQUISADOR

NUMERO DO QUESTIONÁRIO: _____ DATA: ___/___/___

PESQUISADOR: _____

1. Como você avalia a situação atual da Pesca Artesanal no Brasil?

2. De que forma você vê a evolução da atividade ao longo dos tempos?

3. Com relação ao modo de vida dos Pescadores Artesanais você avalia que houve mudanças muito bruscas?

4. Na sua opinião quais foram os principais problemas enfrentados pela Pesca Artesanal ao longo da sua história?

5. Porque mesmo com tantas dificuldades ela ainda consegue sobreviver?

6. O que a Pesca Artesanal representa na história do Brasil?

7. O que levou essa atividade a não alcançar o desenvolvimento esperado?

8. Como você vê o surgimento das Áreas de Proteção abrangendo pontos de atuação do Pescador Artesanal?

9. Para você, o Associativismo Pesqueiro tem cumprido o papel que se espera para a atividade?

10. Porque as Colônias de Pescadores não obtiveram o mesmo desenvolvimento que outras formas de associativismo no meio rural?

11. A forma como as primeiras colônias foram implantadas no Brasil teve que tipo de influência para o desenvolvimento das mesmas?

12. Na sua opinião o que poderia mudar para que as colônias de pescadores consigam maior sucesso e tragam mais benefícios para o pescador?

13. Por que ainda é tão difícil fazer com que o pescador participe das atividades de uma colônia?

14. O engajamento político de muitos representantes de colônias é bom ou ruim para a própria colônia e para o pescador?

15. A corrupção dentro das colônias é um fator muito citado por pescadores membros, como você vê essa questão?

16. As Colônias de Pescadores são a forma mais adequada de associativismo destinado a pesca artesanal ou haveria alguma outra forma que poderia ter obtido maior sucesso no Brasil?

17. Com relação as Políticas Públicas destinadas a pesca artesanal ao longo da história do Brasil, por que elas não conseguiram alcançar o objetivo esperado?

18. O que poderia ter sido diferente nessas Políticas Públicas para alcançar os objetivos esperados?

19. Qual você considera ser a principal falha do governo no gerenciamento da Pesca Artesanal como um todo?

20. Atualmente o Pescador Artesanal é bem assistido pelas ações do governo que visam sua melhoria de vida e benefícios para sua atividade?

21. Qual seria o melhor exemplo no mundo de gerenciamento da Pesca Artesanal que o Brasil poderia seguir?

22. Qual a principal forma de Capital Social adquirido pelo pescador ao longo de sua vida de trabalho na atividade?

23. A forma como o governo brasileiro vem gerindo a Pesca Artesanal exerce que tipo de influência no Capital Social adquirido pelo pescador?

24. Existem exemplos de maior engajamento dos pescadores em cooperação entre si tem levado a maiores ganhos de Capital Social, por que esses resultados ainda são exceções quando se observa a atividade como um todo?

25. A exclusão, em muitos casos, dos pescadores do gerenciamento da sua própria atividade tem alguma importância no Capital Social acumulado por eles?
